



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

População e
Sociedade

tema

Revista de Estudos Demográficos

nº 40



Ano de edição 2007

FICHA TÉCNICA:

Título

Revista de Estudos Demográficos

Editor

Instituto Nacional de Estatística
Av. António José de Almeida
1000-043 LISBOA
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente da Direcção

Alda de Caetano Carvalho

Composto

DDC - Departamento de Difusão e Clientes

Capa e Composição Gráfica

DDC - Departamento de Difusão e Clientes

Impressão

DFA - Dep. Financeiro e Administrativo

Tiragem

450 exemplares

ISSN 1645-5657

Depósito legal nº: 185856/02

Periodicidade Semestral

Preço

€ 15,00 (IVA incluído)

DIRECÇÃO EDITORIAL:

Editor Chefe:

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Editores Adjuntos:

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Conselho Editorial:

Alfredo Bruto da Costa - Universidade Católica, Lisboa

Ana Nunes de Almeida - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

António Barreto - Instituto de Ciências Sociais (ICS), Lisboa

Fernando Casimiro - Instituto Nacional de Estatística

Gilberta Rocha - Universidade dos Açores

Joaquim Manuel Nazareth - Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação (ISEGI), Lisboa

Jorge Arroiteia - Universidade de Aveiro

Karin Wall - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), Lisboa

Leston Bandeira - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Emprego (ISCTE), Lisboa

Maria Filomena Mendes - Universidade de Évora

Maria Ioannis Baganha - Universidade de Coimbra

Maria José Carrilho - Instituto Nacional de Estatística

Secretária:

Liliana Martins - Instituto Nacional de Estatística

Os pontos de vista expressos nesta publicação são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente a opinião do Instituto Nacional de Estatística. Por questões de arredondamento, os totais de alguns quadros podem não corresponder à soma das parcelas.

Serviço de Apoio ao Cliente 808 201 808

O INE na Internet

www.ine.pt

As questões demográficas têm dominado os debates públicos contemporâneos tanto na esfera económica como na social. A baixa da fecundidade, o aumento da longevidade, os fluxos migratórios, o acelerar do envelhecimento demográfico, os novos modelos familiares, a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, os grupos populacionais mais vulneráveis a situações de pobreza e discriminação integram de modo directo ou indirecto a actual agenda política nacional e internacional devido às suas consequências e aos desafios que colocam às sociedades. Os estudos demográficos assumem assim uma importância e uma procura crescente.

Reeditada em Junho de 2002, depois de um interregno de quase dez anos, a Revista de Estudos Demográficos (RED) tem, desde então, dois números anuais, sendo um número temático, o do primeiro semestre, e outro generalista.

O presente número da RED aborda um conjunto de temas tais como a fecundidade feminina e masculina segundo o nível de educação. São analisados quatro níveis de ensino: da escolaridade: até ao 6º ano, 9 anos de escolaridade, ensino secundário e ensino superior bem como a relação entre a intensidade da fecundidade e a escolaridade. Apresentam-se as grandes alterações ocorridas e as esperadas nas próximas décadas na estrutura da população portuguesa e, recorrendo a um conjunto de indicadores, tenta-se identificar as disparidades regionais do fenómeno do envelhecimento demográfico. Finalmente, um artigo que se pretende como referência sistemática da RED, no segundo semestre de cada ano, que analisa a situação demográfica do país com base na informação mais recente e destaca as mudanças mais relevantes e os factores que as determinam. Nas notas e documentos divulga-se um trabalho sobre o enquadramento genérico das estatísticas oficiais, desde a última reestruturação do Sistema Estatístico Nacional, em particular na área estatística da Demografia e das actividades exercidas, nos últimos quinze anos, pelo respectivo grupo de trabalho constituído para o efeito.

Os nossos agradecimentos dirigem-se aos autores dos artigos que integram este número da revista, estendem-se aos membros do Conselho Editorial e a outros especialistas que conosco colaboraram, dando sugestões que permitiram melhorar os trabalhos divulgados.

Maria José Carrilho

Editora Chefe

Novembro 2006

Índice

Artigo 1º

Fecundidade e Educação 5
Fertility and Education

Isabel Tiago de Oliveira

Artigo 2º

Envelhecimento crescente mas espacialmente desigual 21
Ageing – An increasing phenomenon with geographical differences

Maria José Carrilho e Cristina Gonçalves

Artigo 3º

A Situação Demográfica Recente em Portugal 39
The Demographic changes in Portugal

Maria José Carrilho e Lurdes Patrício

Notas e Documentos

Estatísticas Demográficas – Acção desenvolvida no âmbito do Conselho Superior de Estatística 77
Demographic statistics – Improvement action in the context of the High Council of Statistics

Humberto Moreira



Fecundidade e Educação¹

Fertility and Education¹

Autor: Isabel Tiago de Oliveira

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e Empresa - Departamento de Métodos Quantitativos

Email: isabel.oliveira@iscte.pt

Resumo:

Esta investigação estuda a fecundidade feminina e masculina segundo o nível de educação. São analisados quatro níveis de ensino: escolaridade até ao 6º ano, 9 anos de escolaridade, ensino secundário e ensino superior.

A intensidade da fecundidade mostra uma relação em U com a escolaridade de forma bastante clara no sexo masculino e menos nítida no sexo feminino.

Palavras Chave: Fecundidade Feminina, Fecundidade Masculina, Educação.

Abstract

This investigation concerns men and women's fertility in different educational groups. Four educational groups are compared (6 years or less, 9 years, high school and university) in the female and male population.

Aggregate measures of overall fertility, like the TFR, show a U relationship between fertility and education. This type of relationship is nevertheless clearer for men's than for women.

Key words: Female Fertility, Male Fertility, Education.

¹ Nota: Gostaria de agradecer todo o apoio e acompanhamento, deste e de outros trabalhos, dado pela minha colega Sónia Cardoso

1. Introdução

Desde há muito que a educação, em especial a educação feminina, é considerada um factor chave para perceber a fecundidade. A perspectiva dominante aponta para uma associação entre os maiores níveis de ensino e menores níveis de fecundidade. É uma reflexão que traduz o percurso histórico de sociedades com elevada fecundidade e baixos níveis de escolarização para as sociedades da actualidade, caracterizadas por baixa fecundidade e elevadas habilitações. Constitui também uma visão coerente com as assimetrias entre as grandes regiões do globo ao nível da fecundidade e da educação. Trata-se de uma concepção estreitamente ligada à teoria da transição demográfica, na sua versão clássica e nas suas reformulações (Notestein, 1945; Davis, 1945; Coale e Watkins, 1986), mas também apoiada nas investigações sobre os países em desenvolvimento no período contemporâneo (Jejeebhoy, 1995; Boongarts, 2003; Cleland, 2002) e, por outro lado, sustentada nas teorias económicas sobre a fecundidade (em especial na perspectiva de Becker, 1981).

O argumento fundamental defende que os maiores níveis de educação estão associados a um status mais elevado, a um maior rendimento, a uma maior orientação para a carreira versus família e conseqüentemente a uma maior participação feminina no mercado de trabalho o que origina maiores custos associados aos cuidados maternos. Nos países em desenvolvimento a educação feminina traduziria igualmente uma maior ocidentalização de valores e atitudes. A educação feminina associa-se também à maior capacidade para utilizar eficazmente os métodos contraceptivos e à entrada mais tardia na reprodução e no casamento¹.

Grande parte da bibliografia actual sobre este tema estuda relações entre a educação feminina e a fecundidade em países em vias de desenvolvimento (Jejeebhoy, 1995; Boongarts, 2003; Cleland, 2002; Kradval, 2002). Nessas regiões os resultados são inequívocos. Quer se trate de análises agregadas (para diferenças regionais ou com séries temporais), ou de análises com base em dados individuais (a partir dos *Demographic and Health Surveys*), inevitavelmente a maior educação está ligada a uma diminuição da fecundidade.

O efeito da educação sobre a fecundidade não pode ser considerado de forma isolada, dada a estreita relação dos níveis de educação com o rendimento, o estatuto social, o trabalho feminino, a mobilidade social entre gerações, etc. Neste sentido, parece importante perceber a relação entre educação e fecundidade em função de um contexto mais alargado.

Investigações recentes, sobre a relação entre a fecundidade e o trabalho feminino, mostram uma transformação nos países ocidentais (Brewster e Rindfuss, 2000; Sleetbos, 2003; Billari e Kohler, 2004). Análises com base em dados agregados de diferentes países, mostram uma associação negativa entre fecundidade e trabalho feminino até aos anos 80, e uma transformação desta relação a partir dos anos 90, período a partir do qual a correlação passa a ser positiva, ou seja, na actualidade é nos países com maior taxa de trabalho feminino que se encontram os maiores níveis de fecundidade².

Terá também mudado a relação entre educação e fecundidade? Em termos agregados, encontra-se apenas uma referência pontual mostrando uma correlação positiva nos anos 90 quando era negativa anteriormente (Sleetbos, 2003). Mas, existe um razoável número de investigações baseadas em dados individuais (fundamentalmente nos *Fertility and Family Surveys* ou inquéritos similares) em que foram encontrados efeitos positivos, se bem que parcelares (porque se verificam apenas em algumas ordens de nascimento Kravdal, 2001; Koppen, 2006). Encontra-se uma relação globalmente positiva, independentemente da ordem de nascimento, entre a educação e a fecundidade, em alguns estudos na Finlândia, e na Alemanha e Áustria (Vikat, 2004; Kelly, 2005). Outras investigações apontam para uma relação positiva da educação com a fecundidade desejada (Heiland, Prskawetz, Sanderson, 2005) e um outro ensaio revela que o ramo da educação é uma variável influente (Hoem, Neyer, Anderson, 2006).

¹ A relação entre o adiamento da fecundidade e a educação tem sido objecto de múltiplos estudos que confirmam esta ideia. Sobokta (2004a), aponta a educação como o factor mais importante para explicar o adiamento da fecundidade na Europa, fundamentando-se em múltiplas investigações (nomeadamente Rindfuss, Morgan e Swicegood, 1998; Blossfeld e Huinink, 1991; Kradval, 1994; Blossfeld, 1995; Hoem, 2000; Baizan, Aassev e Billari, 2003). Sobokta aponta, em particular, o texto de Beets (2001) onde se conclui que 50% do adiamento da fecundidade é explicado pela educação. Vários outros estudos mostram também um adiamento da fecundidade em função da educação (Rindfuss, Morgan e Offutt, 1996; Martin, 2000) encontrando-se fortes relações de interdependência entre a fecundidade e a educação ao longo do ciclo de vida dos indivíduos (Blossfeld e Huinink, 1991 e Billari e Philipov, 2004).

² Esta hipótese de uma associação positiva entre trabalho feminino e fecundidade foi recentemente criticada, por não contemplar outras variáveis de controlo (Kogel, 2006). Outros estudos, baseados em dados individuais, mostram uma associação positiva entre trabalho feminino e fecundidade nos países nórdicos (Vikat, 2004).

Dois estudos, com base em inquéritos, revelam algumas características da fecundidade segundo a escolaridade das mulheres em Portugal³. Os resultados do inquérito à fecundidade e família de 1997 revelam que a idade ao nascimento é mais tardia quando aumenta a escolaridade (INE, 2001). Numa outra investigação, Cunha (2005) analisa a descendência das mulheres segundo o seu nível de escolaridade e encontra uma diminuição da fecundidade à medida que aumenta a educação, até atingir um mínimo no ensino secundário, assistindo-se nos níveis de escolaridade seguintes a uma ligeira recuperação da descendência. Nesta pesquisa foi também encontrada uma tendência para os primeiros nascimentos serem cada vez mais tardios à medida que aumenta a educação e, em simultâneo, um maior espaçamento entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento. Ainda para Portugal, é possível encontrar um outro estudo sobre a relação entre a fecundidade e a educação. Nesta investigação Mendes, Rego e Caleiro (2006) encontram uma relação negativa entre a educação e a fecundidade feminina, num modelo econométrico para o índice sintético de fecundidade dos concelhos portugueses em 2001

Todas estas investigações se baseiam em duas metodologias base: correlações de dados agregados por país, ou análises a partir de inquéritos individuais. Em nenhum dos estudos foram calculados os indicadores demográficos típicos, como o índice sintético de fecundidade, para os diferentes grupos educacionais. Neste trabalho, sobre Portugal, será analisada a fecundidade dos vários grupos educacionais no sexo feminino mas, também, no sexo masculino. Serão apresentadas as curvas de fecundidade segundo a idade e os principais indicadores de intensidade e de calendário para a população feminina e masculina com diferentes níveis de ensino.

Para o cálculo destes indicadores foi necessário compatibilizar os dados do recenseamento e das estatísticas demográficas. O momento estudado reporta-se ao último recenseamento (2001) que foi analisado em função dos acontecimentos médios dos dois anos adjacentes (2000-2001)⁴. Trata-se da última data para a qual é possível calcular estes indicadores para os subgrupos segundo a qualificação académica com algum rigor. Uma outra decisão refere-se aos níveis educacionais considerados – optou-se por considerar quatro graus: até ao 6º ano de escolaridade, 9º ano completo, ensino secundário e ensino superior⁵.

Os indicadores habituais, como o índice sintético de fecundidade, mostram desde há muito um declínio da fecundidade em Portugal, tal como em outros países europeus. No início dos anos 60, o índice sintético de fecundidade situava-se em torno dos 3 filhos por mulher e tem diminuído de forma gradual até chegar a um patamar em torno dos 1.5 filhos, em meados dos anos 90. Desde aí os valores têm sofrido ligeiras oscilações anuais mas parecem manter-se sensivelmente ao mesmo nível.

Esta evolução da intensidade da fecundidade foi acompanhada por diferentes tendências de evolução na idade média ao nascimento. Entre o início dos anos 60 e meados dos anos 80 encontra-se uma diminuição do calendário dos nascimentos ligada à diminuição dos nascimentos de ordem superior (necessariamente mais tardios): a idade ao nascimento desce de valores em torno dos 30 anos, para cerca de 27 anos. Desde meados

³ Outros estudos, numa perspectiva mais sociológica, não definem a comparação das mulheres com diferentes escolaridades como objectivo central. Ainda assim, apontam para algumas diferenças entre mulheres com distintos percursos escolares: diferentes percentagens de nascimentos nas várias idades (Nunes et al., 1995), desigualdade nos tipos de contracepção praticada (Nunes, 2002) e diferenças a nível da sexualidade (Nunes et al., 2004).

⁴ Consideraram-se acontecimentos médios dos anos adjacentes ao recenseamento, para esbater as flutuações anuais e conseguir uma imagem mais consolidada deste momento (em 2000 e 2001 verificaram-se respectivamente cerca de 120 mil e 113 mil nascimentos - valores muito diferentes entre si). Nos anos que rodeiam 2000-2001 os nascimentos rondaram os 115 mil anuais. Parece preferível utilizar os acontecimentos médios dado que se pretende perceber a situação no início desta década e não estudar flutuações anuais. Esta opção é tanto mais necessária quanto se estudam subgrupos populacionais.

⁵ Existem alguns problemas na compatibilização dos níveis de educação do recenseamento, classificados pelo INE (Qualificação Académica), com a auto-classificação feita pelos próprios indivíduos no acto do registo do nascimento. Apesar do quadro referente à educação dos pais ter uma pergunta clara, "Nível de Instrução Completo", há indícios de que alguns indivíduos optem por assinalar um grau de ensino que não completaram, em especial nos níveis mais baixos de ensino (a análise dos resultados por ordem de nascimento apontaria para intensidades de primeira ordem superiores a 1 em alguns casos). Esta foi a razão fundamental para agregar as categorias "sem qualificações académicas", "ensino básico 1º ciclo" e "ensino básico 2º ciclo" – desta forma, perde-se em detalhe o que se ganha em segurança.

Uma outra questão refere-se à população com ensino médio, dado que esta opção não existe como opção no formulário de registo do nascimento. Considerou-se que os indivíduos com ensino médio se auto-classificariam com ensino superior, porque na actualidade a maioria destes cursos é ministrado em institutos politécnicos e é considerado superior. Por precaução, foram ensaiadas as duas soluções (agregar o ensino médio ao secundário, além da agregação com o superior, que foi a escolhida). Os resultados mostraram que as diferenças são mínimas: quando muito, alteram a segunda decimal da intensidade e ou a primeira decimal do calendário.

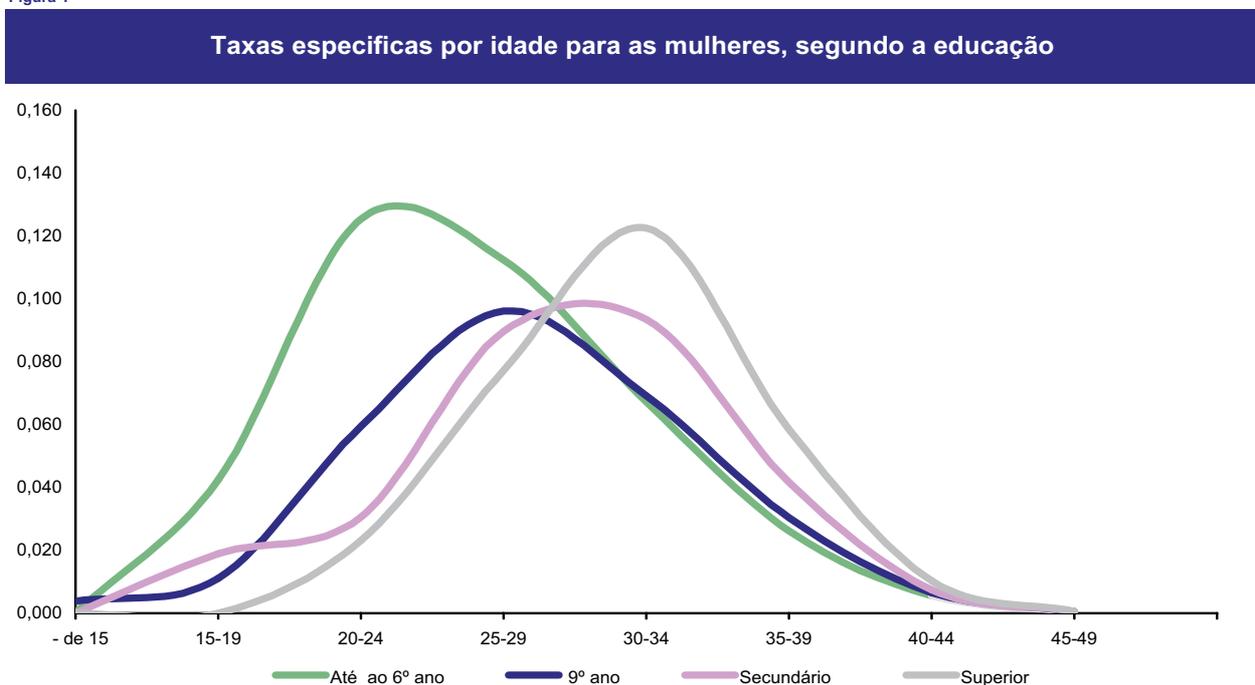
dos anos 80 assiste-se a um adiamento constante dos nascimentos, encontrando-se actualmente a idade média ao nascimento, novamente em cerca de dos 30 anos⁶. Este aumento do calendário dos nascimentos é uma tendência nova em Portugal, mas também no resto da Europa.

Na realidade pode afirmar-se que o adiamento dos nascimentos é uma característica fundamental da fecundidade europeia, particularmente acentuada na Europa do sul e no antigo bloco soviético (as regiões onde se encontram índices sintéticos de fecundidade mais baixos). O adiamento é tão expressivo que é ser considerado uma das principais características da segunda transição demográfica⁷. Trata-se aliás de um fenómeno que tem sido objecto de análises comparativas em muitos países da Europa, sendo apontado o aumento da educação e da duração dos estudos como uma das suas principais causas (Sobotka, 2004a; Kohler, Billari e Ortega, 2002; Lesthaeghe e Willems, 1999).

2. A fecundidade das mulheres

Na figura seguinte podem observar-se as curvas de fecundidade da população feminina nos quatro grupos considerados: escolaridade até ao 6º ano, 9º ano completo, ensino secundário e ensino superior.

Figura 1



As curvas mostram um adiamento da fecundidade à medida que se avança na escolaridade, deixando de estar centradas nos 20-24 anos, para se deslocarem progressivamente para os 30-34 anos quando as mulheres têm ensino superior. Por outro lado, estas curvas parecem revelar uma área maior nas mulheres menos escolarizadas, sugerindo maiores intensidades neste grupo.

Os indicadores de intensidade, que indicam o número médio de filhos por mulher, e os de calendário, que apontam a idade média ao nascimento de um filho, baseiam-se na ideia de uma coorte sintética que viveria, ao

⁶ Em 1960 o ISF era de 3.1 e a idade média ao nascimento era 29.6 anos. Em 1995 é atingido um dos valores mais baixos do ISF: 1.4, desde essa data verificam-se oscilações com variações em torno dos 1.4 e 1.5 filhos por mulher. Relativamente ao calendário, o valor mais baixo é observado entre 1983 e 1986 com 27.0 anos da idade média ao nascimento dos filhos; em 2005 este valor situa-se nos 29.5 anos de idade.

⁷ Em conjunto com outras alterações demográficas como a diminuição do número de filhos, o adiamento do casamento, o aumento do divórcio e da coabitação sem casamento e da importância dos filhos fora do casamento.

longo da sua vida fértil, os níveis de fecundidade observados num dado momento. Os valores resultantes destes cálculos não correspondem a nenhuma geração real, mas a uma geração hipotética que seguisse estas curvas de fecundidade durante o seu ciclo de vida.

O cálculo destes indicadores por grupos educacionais não é um procedimento standard e, por isso, levanta algumas questões. Em rigor, seria necessário garantir a manutenção do mesmo grau de ensino durante toda a vida fértil, para que as taxas das diferentes idade pudessem ser somadas. A ideia de constância num mesmo grau de instrução pode ser separada em duas componentes:

- 1-Se um indivíduo tem um determinado nível educativo a meio da idade reprodutiva, tende a permanecer nesse nível de ensino. Isto é geralmente verdade devido ao peso das normas sociais sobre a sequência de fases no ciclo de vida (estudar, trabalhar, formar família e ter filhos). Na maioria das situações, o nascimento de um filho durante os estudos leva ao abandono da escola e ao início da vida activa. Por outro lado, se alguém tem filhos pequenos é muito difícil retomar os estudos; por isso, se um adulto reinicia novos estudos, usualmente já terminou a sua carreira reprodutiva⁸.
- 2-Entre os 15 e os 25 anos os indivíduos são frequentemente estudantes⁹ e estão a mudar de nível educacional. Nesta situação, a questão é como usar as taxas específicas de fecundidade segundo a idade para calcular a fecundidade acumulada até ao 25º aniversário. A solução encontrada baseia-se no conhecimento da idade média em que os indivíduos completaram os estudos, em cada um dos quatro grupos educacionais¹⁰. Antes desta idade média considera-se que a soma das taxas específicas é zero; depois dessa idade, somam-se as taxas pelo período correspondente à diferença entre a idade média de completar os estudos e o final do grupo etário correspondente¹¹e a partir daí adicionam-se as taxas considerando a sua duração habitual de 5 anos.

Mais do que uma leitura como um valor real referente a um qualquer grupo ou geração, os indicadores resumo mostram uma leitura sintética e conjuntural que permite perceber as diferenças, num dado momento do tempo, da intensidade e calendário da fecundidade.

Na tabela seguinte encontram-se expressos os valores do índice sintético de fecundidade (ISF) e alguns indicadores de calendário: a idade média ao nascimento (IMN) para a população feminina com vários níveis de ensino.

Quadro 1

Índice sintético de fecundidade, idade média ao nascimento (todos os nascimentos e primeiro filho), e proporção da fecundidade realizada antes e depois dos 30 anos, segundo a educação, Portugal 2000-2001					
Educação	ISF	IMN	IMN-1ºF	Até aos 30	Depois dos 30
Até ao 6º ano	1.9	26.5	24.1	0.74	0.26
9º ano	1.32	29.2	27.3	0.6	0.4
Secundário	1.29	31.0	29.5	0.44	0.56
Superior	1.36	32.5	31.2	0.29	0.71
Total	1.5	28.7	26.5	0.59	0.41

O índice sintético de fecundidade mostra que a intensidade da fecundidade diminui entre os dois primeiros níveis de ensino e aumenta do terceiro para o quarto nível. São as mulheres com menores habilitações, as únicas que

⁸ Na prática, o censo de 2001 mostra que só 3% da população com idades entre os 20 e os 50 anos estava a estudar nos dois níveis de ensino mais baixos e 5% no ensino secundário, a única fracção importante encontrava-se no ensino superior, 7.7%.

⁹ No recenseamento de 2001 a percentagem de pessoas a frequentar algum grau de ensino era de 66,9% e 75,3% no o sexo masculino e feminino dos 15-19 anos; no grupo etário seguinte, dos 20-24 anos, as percentagens são de 29,9% e 37,8% também para homens e mulheres.

¹⁰ Esta informação foi calculada a partir do Inquérito a Fecundidade e Família de 1997. As idades médias foram: 13.7, 18.8, 21.0 e 24.4 anos para as mulheres destes quatro grupos educacionais, e 14.1, 18.9, 21.3 e 26.0 anos para os homens nos mesmos níveis de instrução.

¹¹ Por exemplo, para as mulheres com grau universitário, considera-se que não tinham fecundidade até aos 24.4 anos e estavam durante 0.6 anos submetidas à taxa anual encontrada para este grupo.

ainda se encontram próximas do limiar de substituição de gerações. Entre o segundo e o terceiro níveis a diminuição é tão ligeira, que faz mais sentido falar de estabilidade. A última diferença é já no sentido positivo, isto as mulheres com ensino superior tem uma fecundidade ligeiramente superior ao grupo anterior.

Na idade das mães ao nascimento dos filhos a tendência encontrada é muito linear – quanto maior o nível de escolaridade mais tarde as mulheres têm filhos. Considerados todos os nascimentos, independentemente da ordem, observa-se uma diferença entre os 26.5 anos das mulheres com escolaridade até 6 anos, para 32.5 anos quando as mulheres têm o ensino superior.

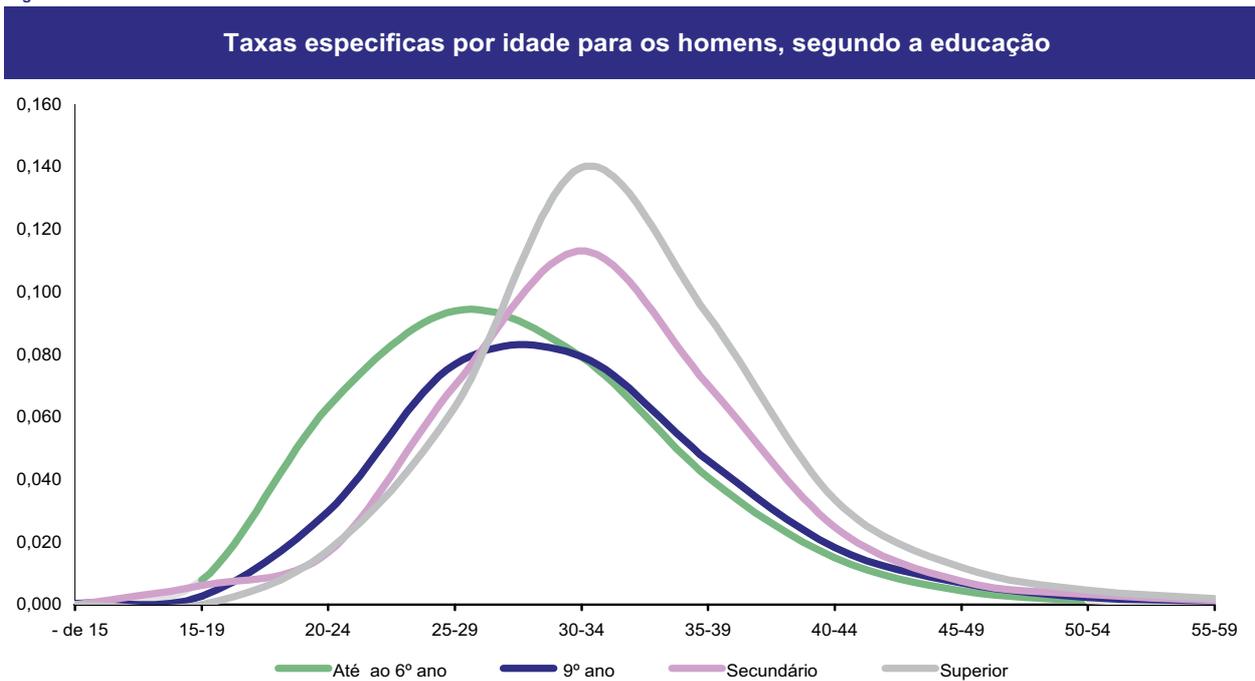
O mesmo tipo de indicador mostra que os primeiros nascimentos ocorrem em média aos 24.1 anos para as mulheres com menos qualificações e vão sendo cada vez mais tardios à medida que as qualificações académicas aumentam – as mulheres com ensino superior têm o seu primeiro filho em média aos 31.1 anos¹².

É também possível observar que a percentagem de nascimentos que acontece antes e depois dos 30 anos¹³ é muito diferente em função da educação feminina. As mulheres menos escolarizadas teriam cerca de 74% dos nascimentos até aos 30 anos, percentagem que vai diminuindo com o aumento das qualificações, até que, no caso das mulheres com ensino superior, cerca de 71% dos nascimentos acontece depois dos 30 anos.

3. A fecundidade dos homens

A análise demográfica da fecundidade feminina baseia-se nos nascimentos das mulheres em idade fértil (dos 15 aos 49 anos, intervalo no qual ocorreram 99.9% dos nascimentos), mas para o sexo masculino os limites são menos claros. Se considerados os limites entre os 15 e os 59 anos, estão também compreendidos 99.9% dos nascimentos para os quais se conhece a idade do pai¹⁴.

Figura 2



¹² O cálculo destas idades ao nascimento baseou-se no mesmo tipo de metodologia utilizada para o ISF e a IMN (cálculos a partir das taxas específicas por idade, consideradas a partir da idade média em que cada grupo completou os estudos). Para cada ordem de nascimento os cálculos são idênticos, mas com base nas taxas de segunda categoria referentes a cada ordem de nascimento. Se fossem considerados os segundos nascimentos as idades médias ao nascimento nos grupos considerados seriam: 28.2, 30.6, 32.4, 33.7 e 30.5 anos.

¹³ Trata-se dos nascimentos calculados a partir das taxas específicas por idade segundo a perspectiva da coorte fictícia. Estas percentagens seriam diferentes se fossem calculados directamente a partir das estatísticas demográficas.

¹⁴ Na prática, o número de nascimentos para os quais não se conhece a idade do pai, 3.2%, é uma questão mais relevante do que a importância dos que ocorrem acima dos 50 anos (0.9%). Estes nascimentos sem informação sobre o pai são, na sua grande maioria, nascimentos fora do casamento.

Em primeiro lugar e tal como no sexo feminino, as curvas mostram um adiamento da fecundidade masculina à medida que aumenta a escolaridade, mas agora as curvas deslocam-se de um centro sobre os 25-29 anos para se centrarem nos 30-34 anos.

Estas curvas da fecundidade masculina mostram uma realidade distinta da encontrada no sexo feminino. As curvas com valores mais elevados e também com maior área verificam-se nos homens com maiores habilitações. Os menos escolarizados têm curvas com menor área, mas como iniciam a fecundidade muito mais cedo, a sua intensidade vai ser relativamente mais elevada do que um primeiro olhar poderia sugerir.

No cálculo dos indicadores sintéticos para o sexo masculino existem duas diferenças. Por um lado, o somatório das taxas específicas por idade compreende o intervalo dos 15 aos 59 anos. Por outro, foi efectuada uma correcção no índice sintético de fecundidade para compensar os 3.2% nascimentos não considerados nas taxas específicas¹⁵ por se desconhecer a idade do pai.

Quadro 2

Índice sintético de fecundidade, idade média ao nascimento, e proporção da fecundidade realizada antes e depois dos 30 anos, segundo a educação, Portugal 2000-2001				
Educação	ISF	IMN	Até aos 30	Depois dos 30
Até ao 6º ano	1.58	30,0	0.54	0.46
9º ano	1.35	32.1	0.41	0.58
Secundário	1.56	33.6	0.27	0.71
Superior	1.73	35.2	0.15	0.83
Total	1.5	31.6	0.42	0.57

Ao nível da intensidade da fecundidade masculina segundo a educação observamos o mesmo tipo de relação, com os valores mais elevados do ISF nos grupos menos e mais escolarizados. Mas enquanto no sexo feminino a intensidade das mulheres menos escolarizadas era superior à dos restantes grupos, no sexo masculino esta diferença só ocorre face ao grupo seguinte, pois todos os outros níveis de educação têm maior fecundidade. Aqui a curva em U desenha-se de uma forma mais nítida. Na análise da fecundidade masculina destacam-se os homens com ensino superior, aqueles que apresentam valores mais elevados.

Relativamente à idade média ao nascimento encontra-se exactamente a mesma relação linear encontrada no sexo feminino – quando mais elevadas as habilitações maior a média de idades ao nascimento que sobem sucessivamente desde os 30.0 para os 35.1 anos quando se avança nas qualificações académicas.

Tal como no sexo feminino pode observar-se ainda uma diminuição da fecundidade acumulada até aos 30 anos à medida que se avança na instrução. Apenas os indivíduos com menor escolaridade têm um pouco mais de metade (54%) da sua fecundidade realizada até esta idade. Todos os outros níveis de ensino mostram que a maioria dos nascimentos ocorre acima dos 30 anos. Esta tendência é de tal modo crescente com o aumento do nível educacional, que atinge os 83% dos nascimentos quando se trata de homens com ensino universitário.

¹⁵ Sobre as taxas específicas não foi aplicado qualquer factor de correcção, dado que não se pode saber em que idades e habilitações dos pais se concentram os dados em falta (se se aplicasse um factor igual em todas as taxas a forma das curvas seria exactamente a mesma). Foi apenas aplicado um factor de correcção ao índice sintético de fecundidade (o ISF que foi multiplicado por 1.032 de forma a compensar os nascimentos não considerados nas taxas).

4. Análise comparativa: a fecundidade feminina e masculina

Uma análise comparativa permite sumariar as diferenças já apontadas. Relativamente à intensidade, no caso feminino, as diferenças entre os níveis de educação mais baixo e todos os outros níveis é sempre negativa; no sexo masculino tal só acontece relativamente aos escalões intermédios e é positiva no último escalão. As diferenças entre os sexos começam por ser negativas nos níveis de habilitações mais baixos (os homens têm menor fecundidade que as mulheres), mas à medida que a escolaridade aumenta tornam-se positivas, chegando a uma diferença em favor do sexo masculino de aproximadamente 0.4 filhos no ensino superior¹⁶.

Quadro 3

Diferenças de intensidade e calendário entre os géneros, segundo a educação, Portugal 2000-2001						
Educação	ISF-Fem.	ISF-Masc.	Diferença	IMN-Fem.	IMN-Masc.	Diferença
Até ao 6º ano	1.9	1.58	-0.32	26.5	30,0	3.5
9º ano	1.32	1.35	0.02	29.2	32.1	2.9
Secundário	1.29	1.56	0.27	31.0	33.6	2.6
Superior	1.36	1.73	0.37	32.5	35.2	2.7
Total	1.5	1.5	0	28.7	31.6	2.9

No calendário, tanto nos homens como nas mulheres, a evolução da idade média ao nascimento tem uma relação linear com a escolaridade. Mas as diferenças de calendário entre os mais e menos escolarizados são maiores no sexo feminino que no masculino (5.2 v.s. 4.2 anos). Por outro lado, as diferenças de idade entre os dois sexos no mesmo nível de ensino tendem a diminuir (de 3.5 para 2.7 anos) quando aumenta a escolaridade. Apesar das diferenças encontradas, em termos de calendário, à medida que aumenta a escolaridade os comportamentos femininos e masculinos tornam-se mais comparáveis.

5. Análise comparativa: a intensidade da fecundidade nos diferentes níveis educacionais

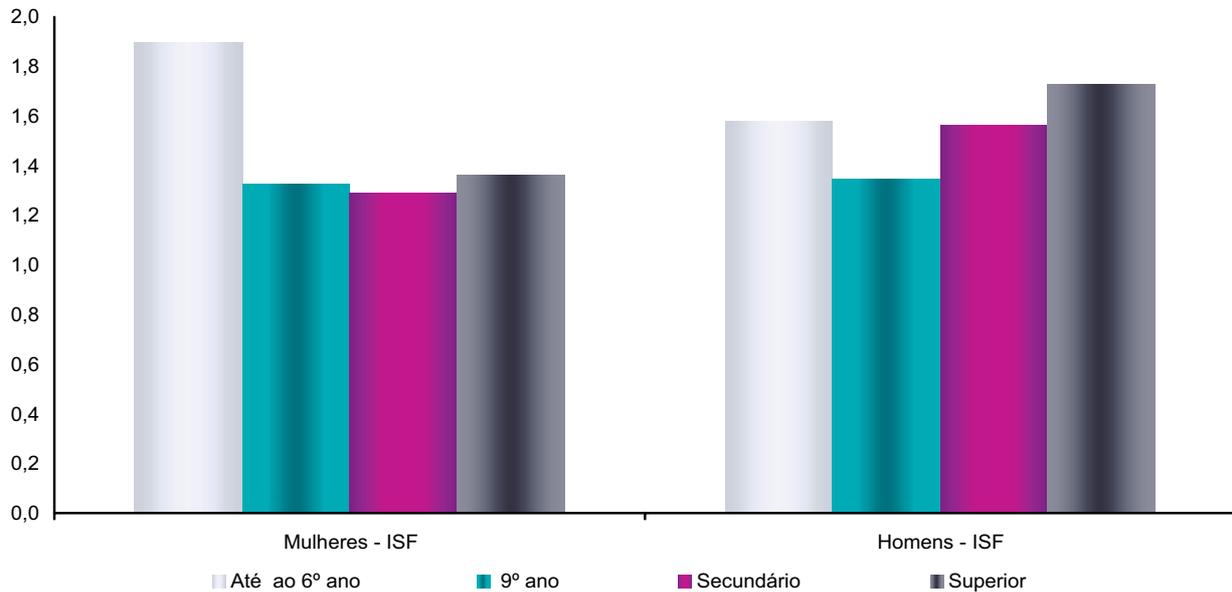
Nos gráficos seguintes podemos observar a intensidade e calendário da fecundidade masculina e feminina. Tanto os homens como as mulheres apresentam esta distribuição da fecundidade em U, mas é notório que a curva é mais acentuada à esquerda no sexo feminino e mais marcada à direita no sexo masculino.

¹⁶ Esta diferença parece revelar estruturas de comportamento totalmente distintas entre os homens e as mulheres no que respeita à reprodução. É tanto mais surpreendente se se atender à existência de alguma homogamia (56% dos nascimentos ocorrem em pais com idênticas habilitações literárias, em 16% dos nascimentos o pai tem mais instrução que a mãe e em 28% dos casos é a mãe que tem um maior grau de instrução).

A explicação poderá estar ligada a dois pontos. Em primeiro lugar, a feminização da educação, que leva a que os mesmos nascimentos sejam divididos por uma maior população feminina que masculina nos níveis mais elevados de escolaridade (baixando as taxas sobretudo nas jovens e jovens adultas). Por outro lado, as recomposições familiares, em muitos casos com novos filhos, são mais frequentes no sexo masculino, e serão talvez mais frequentes nos grupos mais educados.

Figura 3

Índices sintéticos de fecundidade feminino e masculino, segundo a educação

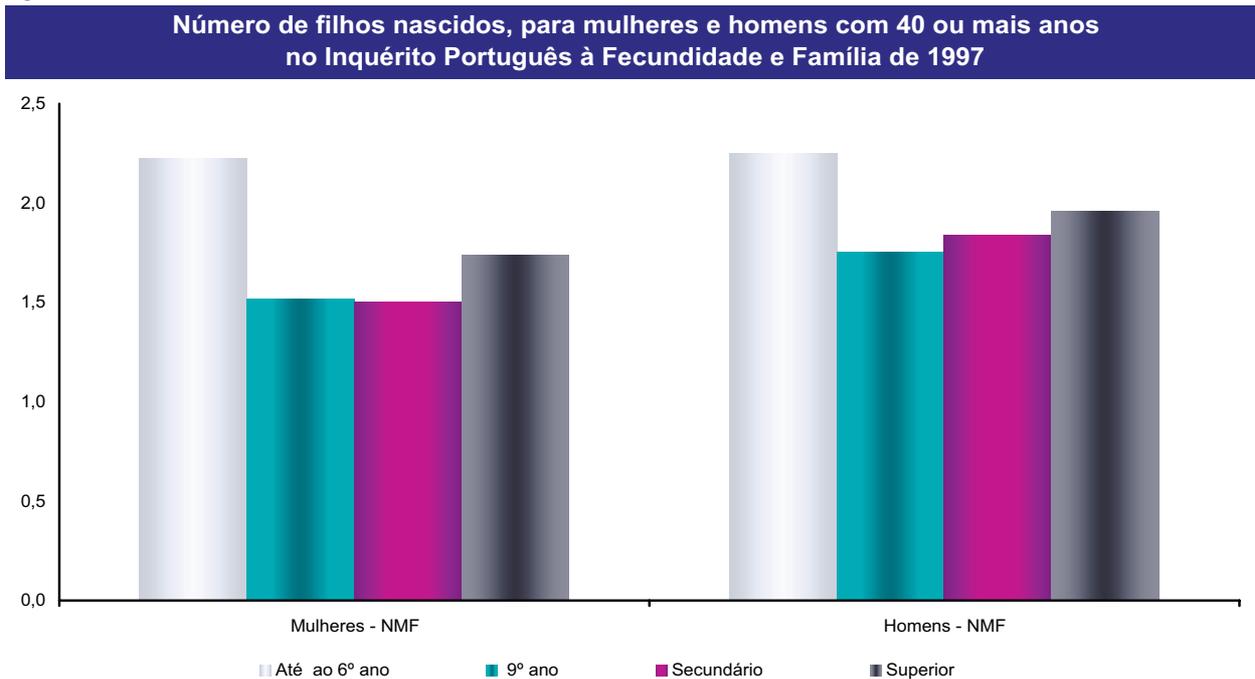


No sexo masculino a curva em U é relativamente bem desenhada, com um aumento nítido da intensidade da fecundidade à medida que se aumenta o nível educativo dos pais. Para as mulheres trata-se de um U apenas esboçado dado que a recuperação dos níveis de fecundidade é visível, mas é de pequena dimensão (5.4%). Por isso mesmo, valerá a pena discutir melhor esta questão. Este índice sintético de fecundidade é uma medida de natureza transversal e, por isso, encontra-se necessariamente afectada por alterações de calendário.

Numa situação de adiamento da fecundidade, como é a actual em Portugal e na Europa, a variação da idade média ao nascimento pode ser diferente nos vários grupos aqui comparados. O ideal seria poder comparar a intensidade da fecundidade no final da idade reprodutiva. O Inquérito sobre Fecundidade e Família de 1997 permite a comparação da intensidade da fecundidade atingida em diversas idades nos diferentes níveis educacionais.

Como o calendário da fecundidade depende do grupo educacional, a intensidade da fecundidade deveria ser calculada numa fase tardia (depois de se manifestarem os efeitos de adiamento e de recuperação dos nascimentos). O melhor indicador de intensidade seria a descendência final, ou seja o número médio de filhos quando as mulheres atingiram o limite da sua vida reprodutiva. Neste caso, para se trabalhar com uma amostra de maior dimensão e, fundamentalmente, para que os dados se refiram também a coortes mais recentes, optou-se por considerar o número médio de filhos dos indivíduos com 40 anos ou mais.

Figura 4



O número médio de filhos, nas mulheres e nos homens com 40 ou mais anos, mostram uma primeira diminuição seguida por uma subida da descendência, à medida que se avança no nível de escolaridade. Ou seja, os dados do inquérito português à fecundidade apontam de forma mais nítida a referida relação em U nas mulheres e confirmam a análise anterior para o sexo masculino.

Conclusão

Os resultados deste trabalho sobre as características da fecundidade feminina e masculina segundo a educação são claros no que respeita ao calendário. Para o mesmo nível de ensino os homens tem filhos mais tarde do que as mulheres; por outro lado, em ambos os sexos quanto maior é a escolaridade dos indivíduos mais elevada é a idade média ao nascimento; por último, à medida que a escolaridade aumenta as diferenças de calendário entre os dois sexos esbatem-se parcialmente.

Relativamente à intensidade da fecundidade parece encontrar-se uma curva em U razoavelmente bem definida no sexo masculino, isto é, os maiores níveis de fecundidade encontram-se nos homens que ocupam as posições extremas na escala de níveis educacionais.

Para as mulheres os resultados são menos claros. O índice sintético de fecundidade revela descidas claras nos três primeiros níveis e sugere uma recuperação da fecundidade nas mulheres com ensino superior. Trata-se de uma diferença relativamente pequena e por isso o U aparece apenas esboçado. Se se tentar confirmar esta percepção a partir dos dados das mulheres que responderam ao inquérito à fecundidade, e que já se encontram na fase final da sua vida reprodutiva, a curva sugerida anteriormente aparece de forma mais clara.

Convirá referir que este resultado é muito pouco habitual e, por isso mesmo, não é geralmente discutido nos textos demográficos sobre a relação entre fecundidade e educação. Não é possível saber, neste momento, se se trata de uma nova tendência ou de um resultado circunstancial. Ainda assim vale a pena discuti-lo.

A visão clássica aponta para uma relação inversa entre a fecundidade e educação, isto é quanto maior o nível de instrução menor a fecundidade das mulheres. É uma visão profundamente enraizada na perspectiva de Becker, sobre os maiores custos económicos da criança associados ao aumento da educação feminina, devido à maior tendência das mulheres com maiores qualificações para trabalhar e auferir melhores rendimentos. Esta concepção supõe a existência de um conflito entre o trabalho feminino e a maternidade. No entanto, tem-se assistido a uma tendência crescente da participação feminina no mercado de trabalho e da inserção das crianças no ensino pré-escolar, o que poderá levar a reequacionar esta visão tradicional.

Como os efeitos da educação, trabalho e rendimento estão intrinsecamente ligados, seria necessário perceber os efeitos da educação em contextos de menor e maior prevalência do trabalho feminino e de maiores ou menores diferenças salariais em função da educação.

É possível que as diferenças educacionais tenham um efeito negativo sobre a fecundidade, até um dado patamar de escolaridade, porque aumentam a probabilidade das mulheres trabalharem, mas em trabalhos com poucas diferenças salariais em função da educação. Neste caso, o aumento da educação teria um efeito sobre a fecundidade, fundamentalmente por aumentar a probabilidade de trabalho feminino. A partir de certo nível de escolaridade, as diferenças de nível educativo traduzem-se em aumentos do rendimento, fazendo diminuir o custo relativo de ter um filho, tanto mais que a partir de certo nível de escolaridade a probabilidade de uma mulher não trabalhar é reduzida. Vejamos os dados sobre trabalho feminino e salários em Portugal, em função do nível de escolaridade¹⁷.

Quadro 4

Salários médios, emprego feminino e masculino segundo o nível educativo, Portugal 2000-2001			
Educação	Salários médios (euros)	Mulheres empregadas (%) (dos 25 aos 64 anos)	Homens empregados (%) (dos 25 aos 64 anos)
Até ao 6º ano	611	60	82
9º ano	770	77	88
Secundário	947	80	85
Superior	1815	87	91

Fontes: Salários Médios - Direcção de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social (2002), Quadros de Pessoal, 2002, Quadro 98 - "Ganho médio mensal, por actividade económica, segundo a habilitação". 2) Mulheres e Homens Empregados - OCDE (2004), Education at a Glance, Table A10.1a - Employment Ratios and Educational Attainment (2002).

Nos primeiros níveis de escolaridade, o aumento da educação traduz-se em maiores probabilidades de a mulher trabalhar, mas os ganhos salariais são muito limitados. A partir do ensino secundário o aumento da educação repercute-se em aumentos do rendimento muito claros, enquanto a percentagem de mulheres que trabalha aumenta muito menos que os salários. Assim, os dados relativos a salários e ao trabalho feminino, apontam para a possibilidade das diferenças de fecundidade em função da educação passarem por um efeito educação-trabalho nos níveis mais baixos de instrução e por um efeito educação-rendimento nos níveis mais elevados.

¹ Em alguns casos o valor apresentado neste quadro não foi retirado directamente das fontes, porque estas apresentavam uma maior discriminação que a desejada. Nestes casos, o salário médio e a percentagem de mulheres e homens empregados, foi estimada a partir dos valores originais referidos pelas fontes, calculando-se a média ponderada de cada grupo educacional a partir do peso relativo de cada nível de habilitação (com a discriminação usada nas fontes) no recenseamento de 2001 para a população entre os 20 e os 50 anos. É o caso dos salário médio do primeiro e último grupo considerados e da taxa de população empregada dos homens e mulheres com ensino superior. Embora fosse interessante explicitar os salários médios para homens e mulheres em separado, os dados publicados não o permitem.

Bibliografia

- Almeida, Ana Nunes de, Isabel M. André e Piedade Lalanda, 2002 – “Novos padrões de outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social*, 37 (163): 371-410.
- Almeida, Ana Nunes de, Duarte Vilar, Isabel M. André e Piedade Lalanda, 2004 – *Fecundidade e Contraceção, Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- Almeida, Ana Nunes, Cristina Ferreira, Filipa Ferrão e Isabel M. André, 1995 – *Os Padrões Recentes de Fecundidade em Portugal*, Cadernos da Condição Feminina nº41, Ministério do Emprego e Segurança Social, Lisboa.
- Bacci, Massimo Livi, 1971- *A Century of Portuguese Fertility*, Princeton University Press, Princeton.
- Bandeira, Mario Leston, 1996 - *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa
- Becker, Gary, 1981 - *A Treatise on the Family*, Harvard University Press (firth paperback edition, 1993), Harvard.
- Billari, Francesco e Dimiter Philipov, 2004 – “Education and transition to motherhood: a comparative analysis of Western Europe”, *European Demographic Research Papers n.º 3*, Vienna Institute of Demography, Vienna, (www.oeaw.ac.at/vid/download/edrp_3_04.pdf).
- Billari, Francesco e Hans Peter Kohler, 2004 – “Patterns of low and lowest-low fertility in Europe”, *Population Studies*, 58 (2): 161-176
- Blossfeld, Hans-Peter and Johannes Huinink, 1991 – Human capital investment or norms of role transition? How women’s schooling and career affect the process of family formation”, *American Journal of Sociology*, 97 (1): 143-168.
- Bongaarts, John e Griffith Feeney. 1998 - “On the quantum and tempo of fertility,” *Population and Development Review*, 24 (2): 271–291.
- Bongaarts, John, 2003 – “Completing the fertility transition in the developing world: the role of educational differences and fertility preferences”, *Population Council Working Paper n.º 177*, (www.popcouncil.org/pdfs/wp/177.pdf).
- Brewster, Karin e Rindfuss, Ronald, 2000 – “Fertility and women’s employment in industrialized nations”, *Annual Review of Sociology*, 26: 271-296
- Cleland, Jonh, 2002 – “Education and future fertility trends, with special reference to mid transitional countries”, *Expert Group Meeting on Completing Fertility Transition*, United Nations, (www.un.org/esa/population/publications/completingfertility/RevisedCLELANDpaper.PDF).
- Coale, Ansley e Susan Watkins 1986 - *The Decline of Fertility in Europe*, Princeton University Press, Princeton.
- Cónim, Custódio, 1977 - *Estimativas da População 1941-1975*, INE, Lisboa.
- Cónim, Custódio, 1990 - *Portugal e a sua População, vol. I e II*, Ed. Alfa, Lisboa.
- Cunha, Vanessa, 2005 – A fecundidade das Famílias Portuguesas, in *Famílias no Portugal* (Karin Wall, coord.), ICS, Lisboa.
- Davis, Kingsley, 1945 - “The world demographic transition”, *The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, vol. 273, Jan I:1-11.
- Direcção de Estudos, Estatística e Planeamento do Ministério do Trabalho e Segurança Social, 2002 – *Quadros de Pessoal de 2002*, Ministério do Trabalho e Segurança Social, Lisboa.
- Ferreira, Pedro Moura e Sofia Aboim, 2002 – “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, *Análise Social*, 37 (163): 411-446.

Heiland, Frank, Alexia Prskawetz, e Warren C. Sanderson, 2005 - "Do the More-Educated Prefer Smaller Families?", *Vienna Institute of Demography Working Papers*, Vienna Institute of Demography, , Vienna, (mailer.fsu.edu/~fheiland/preferences_ver7.pdf).

Hoem, Jan, Gerda Neyer e Gunnar Anderson, 2006 - "Educational attainment and ultimate fertility among Swedish women's born in 1955-59", *Demographic Research*, vol. 14, Article 165, 381-404, Rostock, (www.demographic-research.org).

INE, 2001 - *Inquérito à Fecundidade e Família 1997*, INE, Lisboa.

INE, *Recenseamento Geral da População de 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População.

INE, *Estatísticas Demográficas de 2000 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População.

Jejeebhoy, Shireen. 1995 - *Women's Education, Autonomy and Reproductive Behaviour: Experience from Developing Countries*, Clarendon, Oxford.

Kelly, Louise, 2005 - "Education distribution in fertility choice: the Us-European fertility gap", *Working Paper*, (<http://www.ssc.wisc.edu/~lkeely/>).

Kogel, Tomas, 2006 - "An explanation of the positive correlation between fertility and female employment across Western European Countries", *Loughborough University Discussion Paper Series 2006-11*, (http://ideas.repec.org/lbo/lbowps/2006_11.html).

Kohler, Hans Peter, Francesco Billari e Jose Antonio Ortega, 2002 - "The emergence of lowest-low fertility in Europe during the 1990's", *Population and Development Review*, 28 (4): 641-680.

Kopen, Katja, 2006 - "Second births in western Germany and France", in *Demographic Research*, Vol. 14, Article 14, 295-330, Rostock, (www.demographic-research.org).

Kravdal, Øystein, 1994 - "The importance of economic activity, economic potential and economic resources for the timing of first births in Norway", *Population Studies*, 48: 249-267.

Kravdal, Øystein, 2001 - "The High Fertility of College Educated Women in Norway: An Artefact of the Separate Modelling of Each Parity Transition", *Demographic Research*, Vol. 5, Article 6, pp. 185-216, Rostock, (www.demographic-research.org)

Kravdal, Øystein, 2002 - "Education and fertility in sub-Saharan Africa: Individual and community effects", *Demography*, 39 (2): 233-250.

Lesthaeghe, Ron e Paul Willems, 1999 - "Is low fertility a temporary phenomenon in European Union?", *Population and Development Review*, 25 (2): 211-228.

Martin, Steven, 2000 - "Diverging fertility among US women who delay childbearing past age 30", *Demography*, 37 (4): 523-533.

Mendes, M^a. Filomena, Conceição Rego e António Caleiro, 2006 - "Educação e Fecundidade em Portugal: as diferenças nos níveis de educação influenciam as taxas de fecundidade?", *Documento de Trabalho do Departamento de Economia da Univ. de Évora*, (http://www.decon.uevora.pt/working_papers.php?id=212).

Nazareth, J. Manuel, 1977 - "Análise regional do declínio da fecundidade da população portuguesa", *Análise Social*, nº23 (52) : 901-986.

Notestein, F.W., 1945 - "Population the long view", E. Schultz ed., *Food for the World*, University of Chicago Press: 36-56.

OCDE, 2004 - *Education at a Glance*, OCDE, Paris.

Rindfuss, Ronald e Philip Morgan, and Kate Offutt, 1996 – “Education and the changing age pattern of American Fertility”, *Demography*, 33 (3): 277-290.

Sleeboos, Joelle, 2003 – “Low fertility rates in OCDE countries: facts and policy responses”, in *OCDE Social, Employment and Migration Working Papers n° 15*, OCDE, Paris, (<http://ideas.repec.org/p/oec/elsaaa/15-en.html>).

Sobotka, Thomas, 2004(a) – Postponement of childbearing and low fertility in Europe, PhD dissertation University of Groningen, Groningen (<http://irs.ub.rug.nl/ppn/270156518>).

Sobotka, Tomás. 2004(b) - “Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing?” *Population and Development Review* 30 (2): 195–220.

Vickat, Andres, 2004 – “Women’s Labour Force attachment and childbearing in Finland”, *Demographic Research*, Vol. 3, article 8, 175-212, Rostock, (www.demographic-research.org).



**Envelhecimento
crescente mas
especialmente
desigual**

**Ageing – An increasing
phenomenon with
geographical differences**

Autoras:

Cristina Gonçalves

Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Sociais

E-mail: cristina.goncalves@ine.pt

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística, Unidade de Relações Externas e Cooperação

E-mail: mjose.carrilho@ine.pt

Resumo

A população portuguesa continua a envelhecer mas o ritmo é diferente nas várias regiões. Os baixos níveis de fecundidade e o aumento da esperança de vida são as causas da intensidade do fenómeno.

No presente artigo analisam-se as grandes alterações ocorridas e as esperadas nas próximas décadas na estrutura da população. Com recurso a um conjunto de indicadores habitualmente utilizados para medir o fenómeno do envelhecimento procura-se identificar as disparidades regionais que o mesmo regista.

Palavras-chave:

Envelhecimento demográfico, Fecundidade, Esperança de vida, Migrações, Disparidades Regionais.

Abstract:

The ageing process continues in the Portuguese population. The low fertility levels and the increase of longevity are the demographic factors that explain the intensity of the phenomenon.

This article presents the substantial changes observed in population structures and the expected trends for the coming decades. A set of indicators on ageing is used to identify the regional differences of the phenomenon.

Key words: demographic ageing, low fertility, longevity, migrations, regional gaps.

A society for all ages encompasses the goal of providing older persons
with the opportunity to continue contributing to society.
In, UN Madrid International Plan of Action on Ageing 2002

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido a partir da comunicação com o mesmo título, apresentada nas Jornadas de Desertificação e Despovoamento que decorreram entre 20 e 21 de Novembro de 2006, na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, em Lisboa, e pretende actualizar o artigo “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001”, editado em Notas e Documentos da Revista de Estudos Demográficos nº 36.

Como o título indica, o objectivo é analisar a evolução de dois fenómenos que marcaram a conjuntura demográfica das últimas décadas do século XX e com tendência para agravar no tempo presente e no futuro próximo, a saber, o envelhecimento demográfico e, conseqüentemente, o despovoamento e a desertificação de algumas regiões do país.

Assim, procura-se não só caracterizar a situação em termos de estrutura etária, realçando a contínua perda de efectivos populacionais jovens, que equilibrem a base da pirâmide etária, a par do progressivo aumento da longevidade populacional, evidenciando os diferentes ritmos de crescimento da população em diferentes idades. Simultaneamente, apresentam-se as assimetrias regionais que o fenómeno reveste, vetando certas zonas do país a uma situação de impossibilidade de substituição de gerações populacionais, praticamente irreversível.

No trabalho anterior subjacente ao mesmo tema¹, demonstrou-se que embora o fenómeno do envelhecimento demográfico fosse transversal a todas as regiões do país, persistia ainda alguma heterogeneidade geográfica, devido em boa parte à herança dos comportamentos demográficos de cada região ou sub-região.

O envelhecimento estender-se-á a todo o país nas próximas décadas, em momentos e com ritmos de mudança diferenciados, tornando-se o ritmo mais lento à medida que a população idosa reforça a sua importância na população total.

¹ cf. *Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001*.

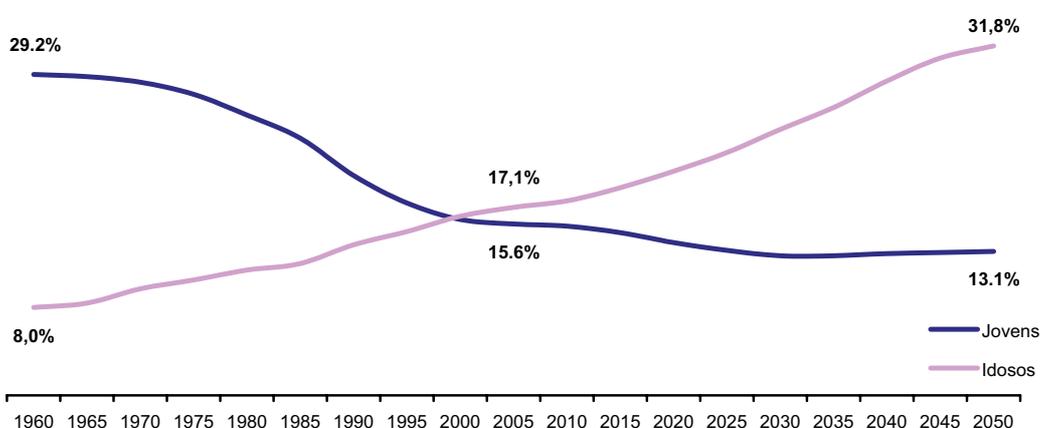
I. Envelhecimento Demográfico: passado e futuro

O fenómeno de envelhecimento demográfico assenta na teoria da transição demográfica, ou seja, na passagem de um modelo demográfico em que a mortalidade e fecundidade assumiam valores elevados para um modelo em que ambos os movimentos assumem níveis baixos. Apresentando-se como um processo dinâmico, é comum definir-se o envelhecimento demográfico a partir do momento em que a proporção de população idosa na população total aumenta, quer como resultado da perda de importância relativa da população jovem ou da população em idade activa, ou de ambas.

A estrutura etária da população reage primeiro à descida dos níveis de fecundidade e quando estes forem suficientemente baixos aos da mortalidade.

Figura 1

Evolução da proporção da população jovem e idosa no total da população (%), Portugal, 1960 - 2050



Fonte: INE, cálculos das autoras a partir dos dados de base (Censos de População, Estimativas e Projecções de População Residente)

Em Portugal, a proporção de pessoas com 65 ou mais anos duplicou nos últimos 45 anos, passando de 8% no total da população em 1960, para 17% em 2005.

De acordo com o cenário médio das projecções demográficas mais recentes, elaboradas pelo INE ², estima-se que esta proporção volte a duplicar nos próximos 45 anos, representando, em 2050, 32% do total da população³.

Em paralelo, a população jovem diminui de 29% para 16% do total da população entre 1960 e 2005 e irá atingir os 13% em 2050.

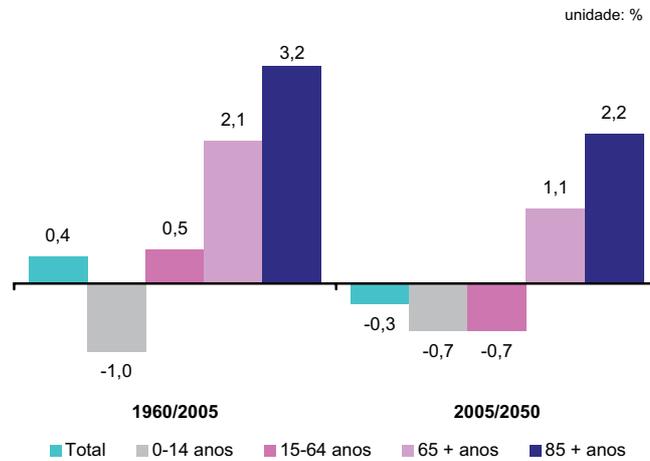
O ritmo de crescimento da população idosa e da população muito idosa é bastante superior ao da população total, quer no período retrospectivo, quer no período de projecção.

² Cf. *Projecções da População Residente, Portugal 2000-2050*.

³ Este cenário assenta em hipóteses que têm subjacente um aumento gradual da fecundidade (1,7 crianças por mulher em 2050, nível ainda inferior ao de substituição das gerações: 2,1 crianças por mulher), numa hipótese moderada de acréscimo de esperança de vida à nascença (79,0 anos para os homens e 84,7 anos para as mulheres, em 2050), bem como num saldo migratório positivo, decrescente e igual a 10 mil indivíduos até 2010, nível que se mantém constante até ao final do período de projecção.

Figura 2

Taxa média anual de crescimento da população por grandes grupos etários, Portugal 1960/2005 e 2005/2050



Fonte: INE, cálculos das autoras a partir dos dados de base (Censos de População, Estimativas e Projecções de População Residente)

Entre 1960 e 2005, a população total cresce em média 0,4% ao ano, um ritmo muito próximo do observado no grupo da população em idade activa dos 15-64 anos (0,5%). No entanto, neste mesmo período destacam-se, desde logo, grandes contrastes nas dinâmicas de evolução da população jovem, que diminui a um ritmo médio de 1% ao ano e a população idosa que regista taxas de crescimento anual de 2,1%.

Esta evolução afirma-se ainda mais na população muito idosa, ou seja, nos indivíduos com 85 ou mais anos, que aumentam mais de 3% ao ano. Nesta análise fica bem patente o acréscimo da longevidade da população, ou seja, o envelhecimento da própria população idosa.

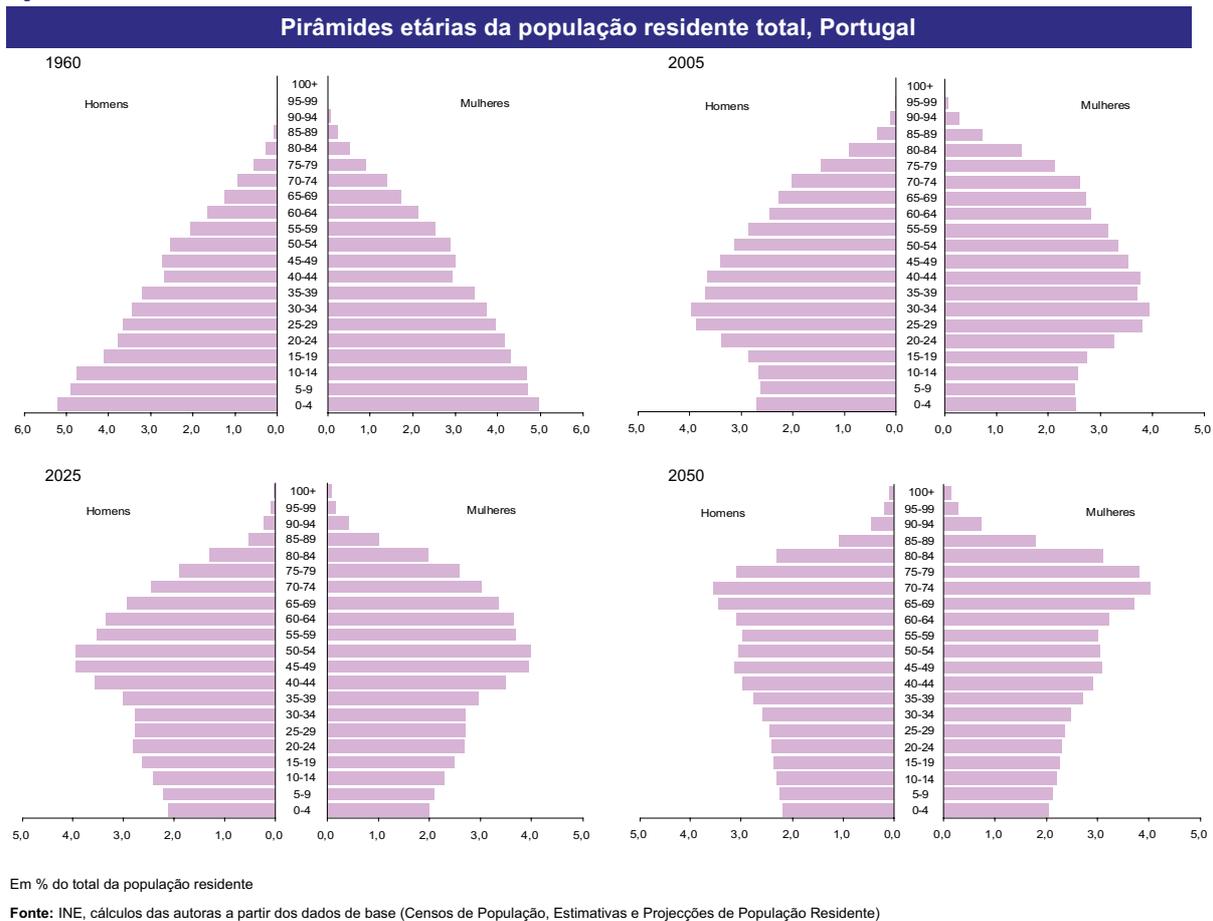
Uma análise mais detalhada permite verificar que entre 1960 e 1970 o processo de envelhecimento da população portuguesa resultou da baixa da população em idade activa decorrente dos fortes fluxos emigratórios ocorridos. Em contrapartida, nos anos mais recentes, a inversão do saldo migratório devido às fortes correntes imigratórias determinou que apenas a queda da população jovem influenciasse o agravamento do fenómeno.

Nos próximos 45 anos, de acordo com o cenário médio de evolução demográfica, o panorama apresenta-se bem diferente. Como se pode observar, a população total sofrerá um decréscimo de cerca de 0,3% ao ano, tal como irão decrescer a população jovem e a população em idade activa, a ritmos semelhantes. A população jovem abrandará o ritmo de decréscimo, mas em consequência dos efeitos dessa diminuição (de jovens), a população em idade activa será afectada negativamente, diminuindo cerca de 0,7% ao ano. Se se considerar a população entre os 25 e os 64 anos, o ritmo será ainda mais forte (v. Quadro 1).

Assim, no período de projecção (2005/2050) apenas a população idosa continuará a aumentar: 1,1% ao ano se considerarmos os de 65 e mais anos e 2,2% considerando os de 85 e mais anos. O que se verifica também é que os ritmos de crescimento tendem a abrandar, o que acontece naturalmente dado que a população já atingiu um elevado grau de envelhecimento. O mesmo se verifica com o decréscimo dos jovens, cujo ritmo diminui.

As repercussões na estrutura etária da população são bem visíveis nas pirâmides etárias que se apresentam a seguir, respectivamente em 1960, 2005, 2025 e 2050.

Figura 3



Consta-se que a forma triangular ainda visível na pirâmide que retrata a população residente em Portugal, segundo o sexo e por idades, em 1960, desvaneceu-se e os perfis das pirâmides são totalmente diferentes no horizonte do período da projecção. Em 2050, a base reduziu-se a mais de metade, apesar da hipótese de fecundidade em que o cenário base se apoia ser tendencialmente crescente, reflectindo o ocorrido em alguns países da Europa nos últimos anos do século XX. Estes países, depois de estabilizarem os níveis de fecundidade em níveis muito baixos, assistiram a uma recuperação que, no caso da Suécia, levou mesmo à substituição das gerações no espaço de dez anos, conhecendo posteriormente nova fase de decréscimo seguida, no presente de novo aumento. Igualmente, Espanha, Itália e Grécia, que viraram o século com níveis de fecundidade extremamente fracos a rondarem o valor de 1,1 - 1,2 crianças por mulher registam, no presente, ligeiros aumentos.

Sendo certo que a subida de natalidade exige medidas de política social para o seu incentivo, paralelamente a alterações sociais e de âmbito pessoal, no que se refere à decisão de ter ou não (mais) filhos é uma hipótese que no longo prazo se deve equacionar. Caso não se venha a concretizar, então a base de sustentação da pirâmide da população portuguesa terá efectivos populacionais ainda mais diminutos.

As diferenças entre os níveis de fecundidade, mortalidade e a capacidade de atracção ou repulsão entre as várias regiões do país deram origem a várias estruturas etárias.

As alterações demográficas profundas manifestam-se lentamente e os seus efeitos só são visíveis ao fim de várias gerações.

Analisando a taxa média anual de crescimento da população a um nível geográfico mais fino, NUTS III ^{4 e 5}, e considerando o mesmo período de projecção, pode verificar-se que o decréscimo de população será uma constante em todas as sub-regiões do país entre 2010 e 2050, com uma única excepção: a região do Algarve que apresenta uma taxa média anual de crescimento de 0,3%. De referir ainda que a Região Autónoma dos Açores regista uma taxa negativa embora a tender para zero. O Alentejo é a região com a perda populacional mais acentuada, com todas as sub-regiões a diminuírem entre 1% e 1,1% em média todos os anos entre 2010 e 2050.

É possível igualmente observar que apenas a população idosa continuará a aumentar, com excepção de duas sub-regiões do interior do país (região Centro), a saber, Beira Interior sul e Pinhal Interior Sul, que apresentam taxas negativas em todas as idades. As sub-regiões mais envelhecidas, designadamente as pertencentes ao Alentejo e ao Centro, registam ritmos de crescimento muito mais baixos do que as restantes, precisamente porque atingiram um grau de envelhecimento demográfico bastante elevado. Pela mesma razão, as sub-regiões do Norte, especialmente, Cávado e Tâmega, e as regiões autónomas observam taxas médias de crescimento que rondam os 2% ao ano.

As projecções de população a nível de NUTS III devem ser utilizadas com um especial cuidado devido à dimensão dos efectivos populacionais envolvidos, em alguns casos e à dificuldade em escolher as hipóteses de evolução, e a própria metodologia adoptada que não têm em conta a especificidade demográfica de cada região. Em projecções desta natureza é importante outro factor, as migrações internas de difícil previsão.

Como se constata, o efeito da baixa de natalidade afectará os grupos etários dos adultos jovens e da população em idade activa (25-64 anos) no período de projecção em análise. Este facto verifica-se em todas as sub-regiões do país, variando apenas a sua intensidade. À semelhança do que se afirmou anteriormente, as regiões que iniciaram há mais tempo o processo de envelhecimento, apresentam-se actualmente e no futuro próximo com dinâmicas mais brandas. Ao contrário, o ritmo intensifica-se nas (sub) regiões que detinham uma população mais jovem.

Quadro 1

Taxa média anual de crescimento da população por grandes grupos etários, NUTS II e III, 2010/2050					
NUTS II e III ⁽¹⁾	TOTAL	0-14 anos	15-24 anos	25-64 anos	65+ anos
Portugal	-0,33	-0,74	-0,74	-0,83	1,14
Norte	-0,38	-0,91	-0,98	-0,95	1,48
Minho Lima	-0,55	-0,84	-1,00	-1,02	0,63
Cávado	-0,21	-0,92	-0,98	-0,78	2,07
Ave	-0,28	-0,92	-1,03	-0,88	1,96
Grande Porto	-0,47	-0,97	-0,86	-1,14	1,45
Tâmega	-0,16	-0,92	-1,07	-0,65	2,07
Entre Douro e Vouga	-0,37	-0,93	-0,97	-0,98	1,66
Douro	-0,54	-0,79	-1,13	-0,97	0,61
Alto Trás os Montes	-0,73	-0,69	-1,18	-1,10	0,04
Centro	-0,58	-1,01	-1,05	-1,11	0,73
Baixo Vouga	-0,45	-1,06	-1,01	-1,04	1,28
Baixo Mondego	-0,64	-1,04	-0,87	-1,29	0,79
Pinhal Litoral	-0,48	-1,06	-1,03	-1,05	1,13
Pinhal Interior Norte	-0,67	-1,03	-1,13	-1,06	0,28
Dão-Lafões	-0,52	-0,94	-1,16	-0,96	0,70
Pinhal Interior Sul	-0,93	-0,84	-1,30	-1,18	-0,49
Serra da Estrela	-0,74	-0,84	-1,27	-1,14	0,15
Beira Interior Norte	-0,73	-0,88	-1,19	-1,12	0,13
Beira Interior Sul	-0,87	-0,97	-1,03	-1,31	-0,11
Cova da Beira	-0,70	-0,97	-1,13	-1,22	0,46
Lisboa e Vale do Tejo	-0,20	-0,46	-0,33	-0,66	1,02
Oeste	-0,17	-0,42	-0,45	-0,54	0,94
Grande Lisboa	-0,21	-0,47	-0,27	-0,69	1,07
Península de Setúbal	-0,17	-0,47	-0,32	-0,65	1,19
Médio Tejo	-0,25	-0,36	-0,51	-0,57	0,61
Lezíria do Tejo	-0,28	-0,42	-0,39	-0,66	0,61
Alentejo	-1,04	-1,59	-1,66	-1,63	0,23
Alentejo Litoral	-1,10	-1,53	-1,69	-1,75	0,22
Alto Alentejo	-1,08	-1,58	-1,68	-1,59	0,02
Alentejo Central	-0,99	-1,64	-1,61	-1,59	0,39
Baixo Alentejo	-1,04	-1,58	-1,71	-1,61	0,20
Algarve	0,26	-0,03	-0,01	-0,17	1,51
R. A. Açores	-0,02	-0,84	-1,05	-0,31	2,01
R. A. Madeira	-0,20	-0,84	-1,10	-0,64	1,77

Fonte: INE, cálculos das autoras com base nas Projecções de População Residente NUTS II e III, 2000-2050

⁽¹⁾ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, geografia de 2001 (NUTS 2001)

⁴ Cf. *Projecções de População Residente, Portugal, NUTS III, 2000-2050*.

⁵ NUTS 2001 (de acordo com a desagregação geográfica em vigor a 12/03/2001). Para informações adicionais consultar www.metaweb.ine.pt

De referir, as alterações na estrutura da população revelam diferentes comportamentos a nível regional, apesar do fenómeno do envelhecimento demográfico se generalizar em todo o território.

Em 2050, o Índice de Envelhecimento ascenderá a 243 idosos por cada 100 jovens, e a proporção de pessoas idosas no total da população será de 32%. Contudo, quando se compara a um nível geográfico mais fino ficam bem evidentes as assimetrias regionais, constatando-se também que o processo do envelhecimento demográfico será uma realidade em todas as regiões e sub-regiões.

Figura 4

Proporção da população com 65 ou mais anos, por NUTS III ⁽¹⁾, 2050

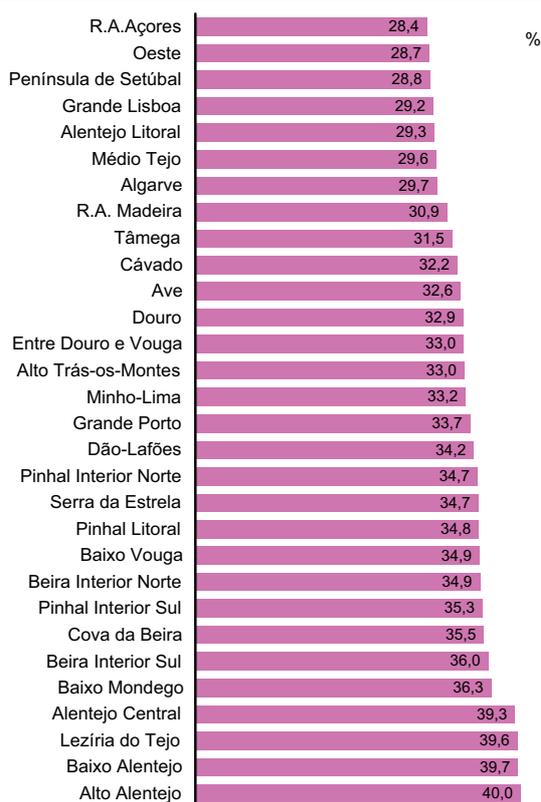
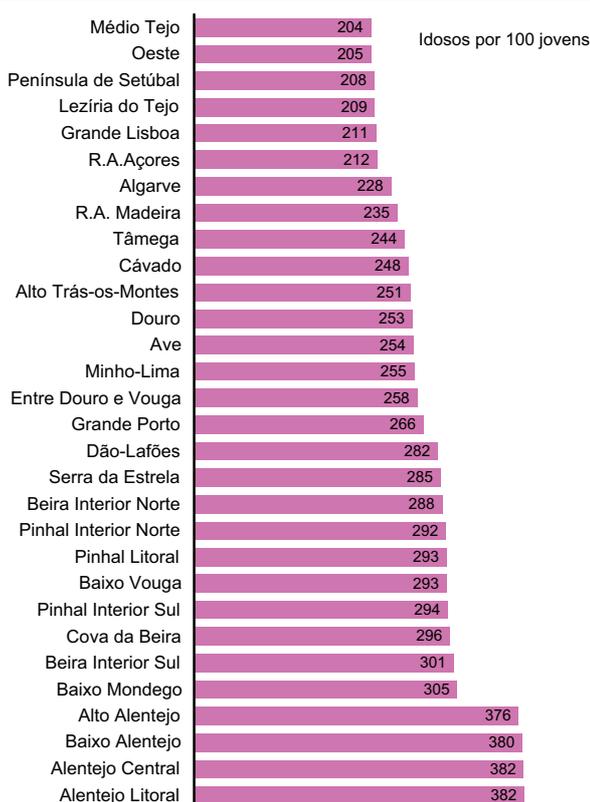


Figura 5

Índice de Envelhecimento por NUTS III ⁽¹⁾, 2050



Fonte: INE, cálculos das autoras com base nas Projeções de População Residente NUTS II e III, 2000-2050

⁽¹⁾ NUTS 2001

Ressalta, desde logo, que todas as sub-regiões terão em 2050 mais de 2 idosos por cada jovem. Com menos de 2,4 apenas as regiões autónomas, o Algarve, as sub-regiões de Lisboa e Vale do Tejo, como o Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Península de Setúbal. No Alentejo todas as NUTS III terão mais de 3,7 idosos por cada jovem.

O índice de dependência de idosos nas sub-regiões do Alentejo representará mais de 78 idosos por cada 100 indivíduos em idade activa. Apenas os Açores registam um índice menor que 50. O Algarve, e as NUTS de Lisboa e Vale do Tejo com menos de 55,5.

Como mencionado atrás, este é o efeito resultante de uma retoma de população jovem em algumas destas regiões e de proporções de população em idade activa mais acentuadas que nas regiões do Norte e do Centro, sobretudo no interior, e de todo o Alentejo.

As regiões Norte e Centro, bem como as duas regiões autónomas observam os maiores decréscimos de população jovem entre 2005 e o final do período de projecção.

Em 2050, os Açores, a Madeira e o Norte perdem a posição de regiões mais jovens, passando a observar proporções muito próximas das esperadas para o total do país. Naquele ano, a concretizarem-se as hipóteses subjacentes ao cálculo das projecções demográficas, pertencerá à região de Lisboa e Vale do Tejo a maior proporção de jovens.

A população idosa, por seu lado, regista um aumento contínuo em todas as regiões, mais intenso nas menos envelhecidas e que só muito recentemente deixaram de assegurar a substituição das gerações (Norte e regiões autónomas).

No que se refere à população em idade activa, prevê-se que Lisboa e Vale do Tejo, Algarve, Açores e Madeira registem as maiores proporções no final do período de projecção. Em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve sobretudo como consequência dos fluxos migratórios (imigração) e nas regiões autónomas devido ao efeito conjugado das correntes migratórias com a baixa de natalidade, tendência que começou mais tarde nestas regiões.

A dependência demográfica em si mesma, significa apenas relações entre grupos etários. Se pretendemos chegar a conclusões em matéria de dependência financeira, ou mensurar encargos económicos, é necessário utilizar um conjunto de variáveis que definam a dependência desta natureza.

O futuro demográfico de Portugal pode resumir-se, de acordo com as mais recentes projecções disponíveis no INE, da seguinte forma:

- A população residente diminuirá de 10 626 mil indivíduos em 2010, para 9 302 indivíduos em 2050.
- O país perderá cerca de 1 324 mil indivíduos em quarenta anos.
- O número de crianças com menos de quinze anos continuará a diminuir passando de 15,4%, em 2010, para 13,1%, em 2050, o que representa uma perda de cerca de 418 mil crianças. A baixa será mais acentuada se a hipótese de fecundidade não for tão favorável como a prevista neste cenário.
- A população em idade activa, dos 15-64 anos, manterá ao longo do período uma variação negativa situando-se próximo de 5 124 mil indivíduos em 2050, valor que traduz uma queda de praticamente 2 milhões de indivíduos, em quarenta anos.
- O número de pessoas com 65 ou mais anos, ou seja, o número de pessoas idosas manterá a tendência em alta e aumentará cerca de 1,1 milhão. A sua proporção no total de passará de 17,7% para 31,8%, entre 2010 e 2050. Na eventualidade da probabilidades de sobrevivência se manifestarem mais próximas de 1, esta proporção será ainda mais elevada.
- A população feminina em idade fértil recuará ao longo do período projectado e reduzir-se-á em cerca 900 mil efectivos, não ultrapassado os 1,7 milhões em 2050.
- O índice de dependência de idosos duplicará, passando de 26 para 58 idosos por cada 100 indivíduos em idade activa.
- O Índice de envelhecimento subirá de 115 para 243 idosos por cada 100 jovens.

Desta mudança tão forte na estrutura etária da população portuguesa deve resultar uma nova solidariedade de gerações, na medida em que há cada vez menos jovens e adultos e cada vez mais pessoas idosas, em particular, muito idosas. Será fácil, no futuro próximo, e mesmo no tempo actual, encontrar famílias em que coabitem três e quatro gerações.

II. As disparidades do envelhecimento demográfico no presente

Idade média global avança

Entre o último momento censitário, a 12 de Março de 2001 e 31 de Dezembro de 2005 a idade média da população residente em Portugal avançou cerca de 1 ano. A idade média das mulheres atinge, em 2005, 41,9 anos (40,9 anos em 2001) e como seria expectável, supera a dos homens (39,0 em 2005 contra 38,1 anos em 2001).

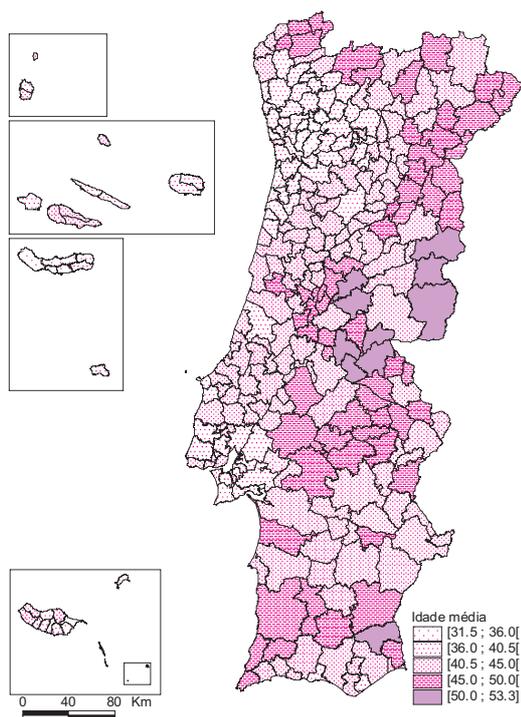
O cartograma com a representação gráfica das idades médias a nível de município evidencia bem a disparidade do envelhecimento: 214 dos 308 municípios têm, em 2005, uma idade média superior à do país: 40,6 anos, sendo que 10 municípios têm uma idade média superior a 50 anos, situados no interior do país, e apenas 6 concelhos apresentam idade inferior a 35 anos, que se localizam quase exclusivamente nas regiões autónomas.

O Continente está dividido por linhas bem marcadas: a parte Leste, a norte do Tejo, onde a idade média é superior a 40,5 anos, a parte ocidental, a norte do rio Tejo, com idades médias inferiores a 40,5 anos. O Alentejo Sul e Litoral surgem como zona separadora do Alto Alentejo.

Comparativamente aos resultados dos Censos 2001, Lisboa e Porto não envelheceram tanto com seria de esperar provavelmente devido ao efeito das migrações.

Figura 6

Idade média da população residente, por Municípios, 2005



Fonte: INE, Serviço de Geoinformação (cálculos das autoras com base nas Estimativas de População Residente), NUTS 2002

Envelhecimento crescente

A proporção de idosos varia entre 28,4 % nos Açores e os 40,0% no Alto Alentejo e Médio Tejo, valores muito afastados da média nacional.

As regiões autónomas e o Norte, ainda observam níveis de natalidade significativamente elevados, quando comparados com a média nacional, equilibrando o rácio entre a população mais jovem e a mais idosa.

Em 2005, o índice de envelhecimento da região Norte era de 91 idosos por 100 jovens, nos Açores era de 63 e na Madeira de 72. Esta realidade contrasta com outras regiões do país, como o Alentejo, com um índice de 171 idosos e o Centro (140). Em Portugal: 110 idosos por 100 jovens.

O índice de envelhecimento oscila entre duas a quatro pessoas idosas por cada jovem.

O índice de envelhecimento ascendeu a 102 idosos por cada 100 jovens em 2001. Este rácio era de 27 em 1960 passando para 110 em 2005. Mais uma vez, as diferenças entre os sexos são bem evidentes sendo o envelhecimento mais notório nas mulheres, sendo o rácio de 132 nas mulheres e de 90 nos homens.

Em 85 municípios (representando 28% do total) este indicador ainda se situava abaixo dos 100, ou seja, os jovens superavam os idosos em número. Entre estes, destacam-se Câmara de Lobos (com 296 jovens por cada 100 idosos); Ribeira Grande, Lagoa, Vila Franca do Campo e Ponta Delgada (nos Açores) e Paços de Ferreira, Vizela, Lousada, Paredes e Felgueiras (no Norte, sub-regiões de Tâmega e Ave), todos com mais de 2 jovens por cada pessoa idosa.

Vila Velha de Ródão era o concelho mais envelhecido com cerca de 5 idosos por cada jovem, havendo ao todo cerca de 12 concelhos com o índice superior a 300, i.e., com mais de 3 idosos por cada jovem.

A proporção da população com mais de 75 anos no total da população idosa, revelada através do índice de longevidade, permite visualizar uma mancha idêntica, colorindo todo o interior de Portugal. O índice de longevidade aumentou de 33 em 1960 para 44 em 2005 indivíduos e ultrapassará os 50% do total da população idosa em 2050 (54 indivíduos).

Em 2001, mais de metade da população idosa em 7 municípios tinham 75 ou mais anos. Esta proporção não tinha sido atingida por qualquer concelho em 1991, facto que ajuda a confirmar o envelhecimento da própria população idosa.

Esta realidade entra em contraste quando comparamos o mapa que representa a proporção de pessoas idosas com a população jovem.

Figura 7

Índice de Envelhecimento, por Municípios, 2005

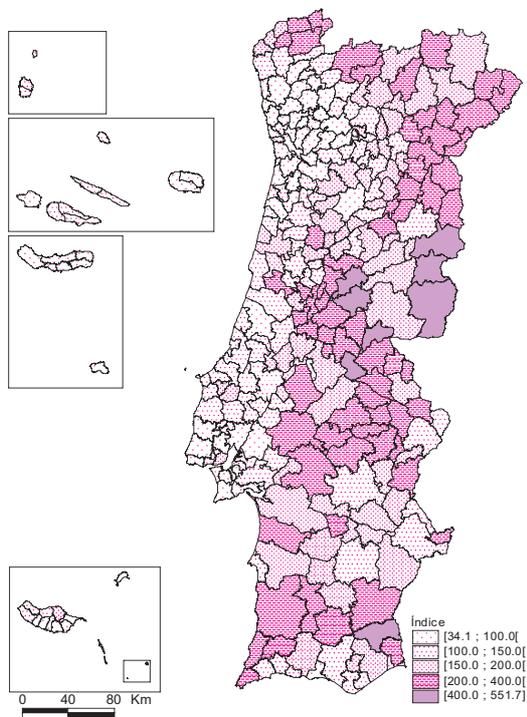
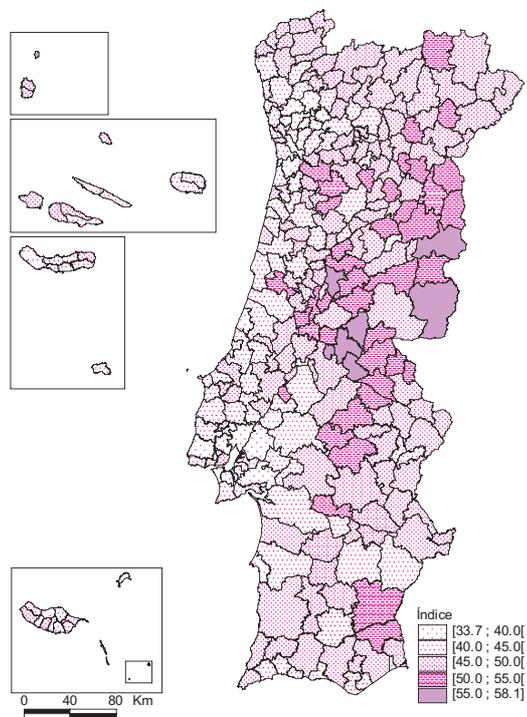


Figura 8

Índice de Longevidade (%), por Municípios, 2005



Fonte: INE, Serviço de Geoinformação (cálculos das autoras com base nas Estimativas de População Residente), NUTS 2002

Figura 9

Proporção da população idosa (65 ou + anos) no total da população(%), por Municípios, 2005

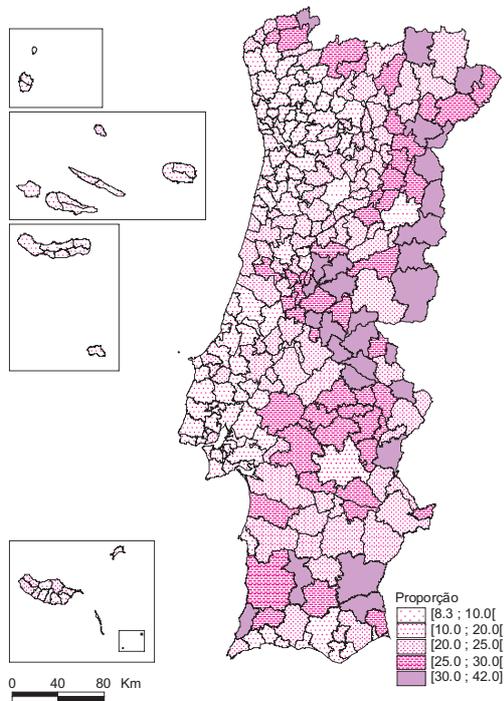
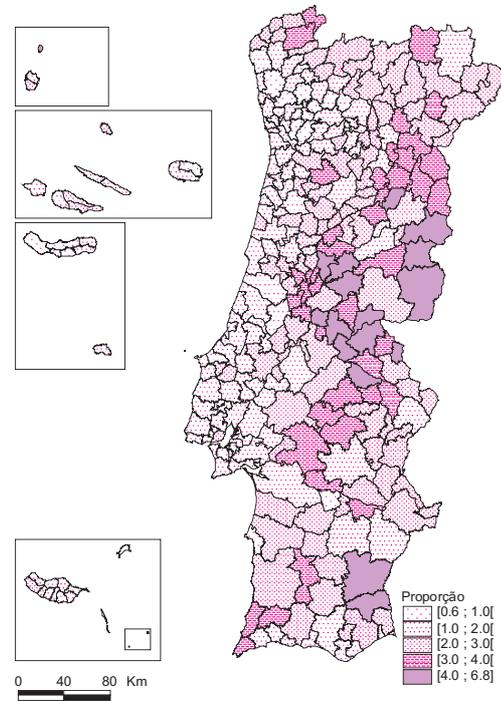


Figura 10

Proporção da população mais idosa (85 ou + anos) no total da população (%) , por Municípios, 2005



Fonte: INE, Serviço de Geoinformação (cálculos das autoras com base nas Estimativas de População Residente), NUTS 2002

As alterações na população em Idade Activa

Em 16 municípios a população em idade activa não se renovava, ou seja, o índice situa-se a abaixo do valor 100; neste conjunto insere-se o município de Lisboa com outros 15 que se localizam nas regiões mais envelhecidas do interior do país.

O índice de sustentabilidade potencial é bastante revelador da dicotomia litoral e interior. Em 19 municípios este indicador registava entre 6 a 8 pessoas em idade activa por cada indivíduo idoso. Contudo em 30 municípios o valor era inferior a 2 e em 8 destes era menor que 1,5.

Figura 11

Índice de Renovação da População em Idade Activa, por municípios, 2005

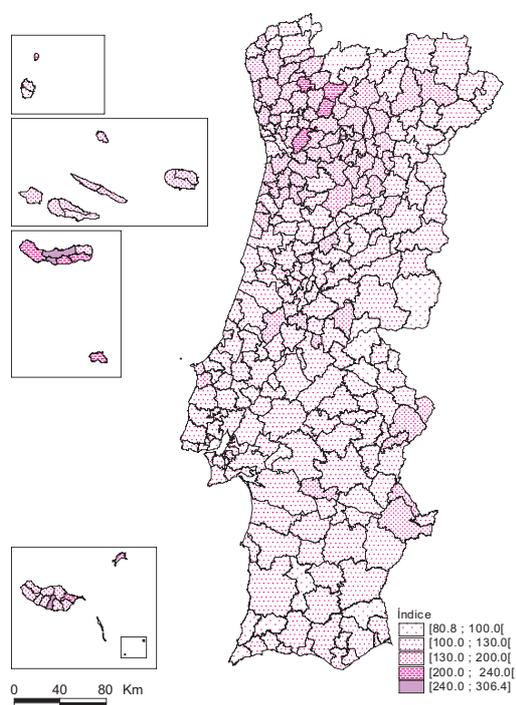
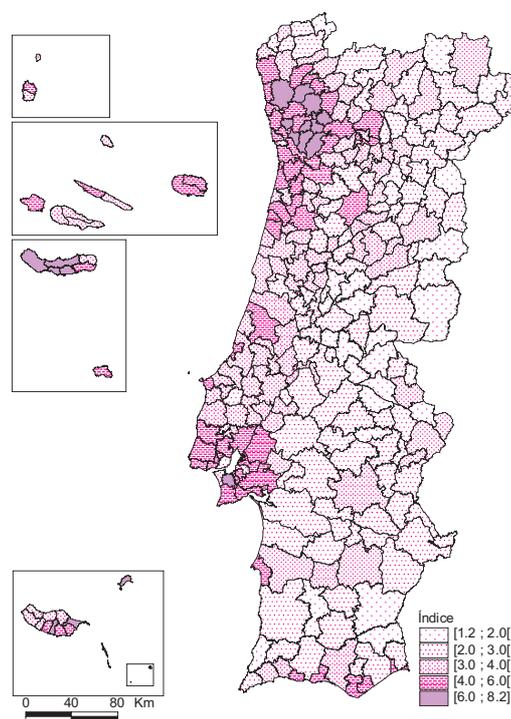


Figura 12

Índice de Sustentabilidade Potencial, por municípios, 2005



Fonte: INE, Serviço de Geoinformação (cálculos das autoras com base nas Estimativas de População Residente), NUTS 2002

No seguimento da exposição anterior, a análise do índice de dependência de jovens e idosos é bem revelador da importância que os segundos representam em relação à população em idade activa.

O índice dependência total é utilizado para medir as necessidades potenciais de apoio. Parte do princípio que todas as pessoas com menos de 15 anos e com mais de 64 anos dependem da população em idade activa dos 15-49 anos e assume-se que esta faixa etária apoia de modo directo ou indirecto. Este indicador só de um modo rudimentar traduz alguma dependência na medida em que nem todos os jovens e nem todos os idosos requerem apoio; e, por outro lado, nem todas as pessoas em idade activa dão directa ou indirectamente apoio. Aliás, em muitas sociedades, as pessoas idosas são “chamadas” a prestar cuidados, designadamente às suas crianças, constituindo mais um apoio para os adultos em exercício de actividades profissionais.

Figura 13

Índice de Dependência de Idosos,
por municípios, 2005

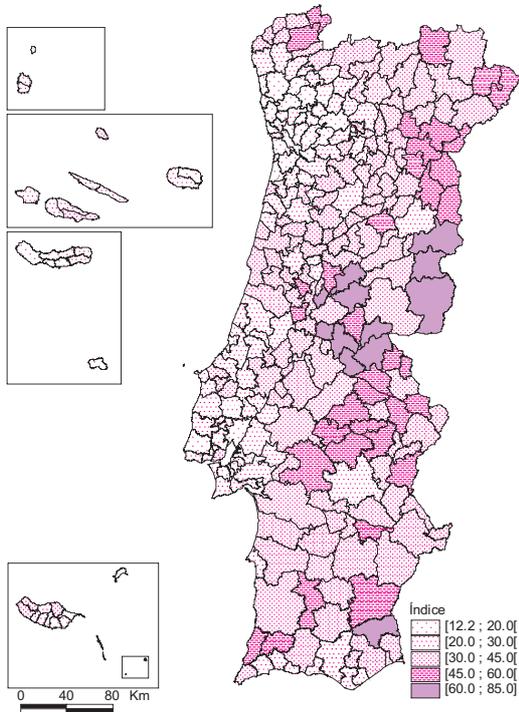
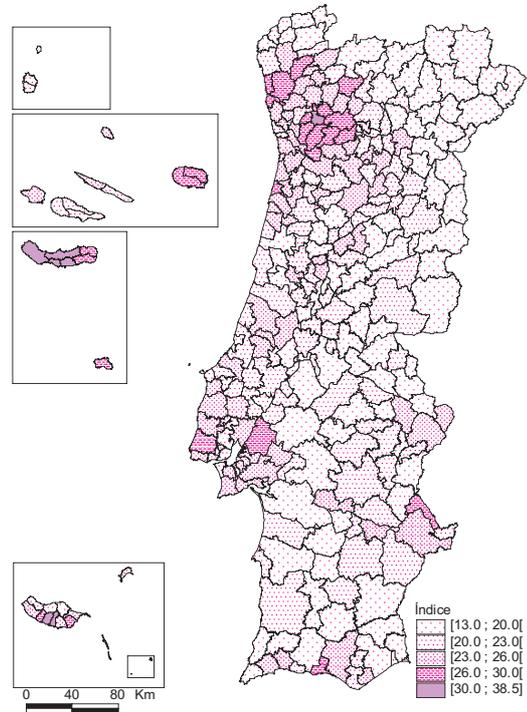


Figura 14

Índice de Dependência de Jovens, por municípios,
2005



Fonte: INE, Serviço de Geoinformação (cálculos das autoras com base nas Estimativas de População Residente), NUTS 2002

O índice de dependência total aumentou devido ao substancial acréscimo da proporção de pessoas e idosas. A tendência para aumentar está prevista nos próximos.

As actuais diferenças regionais no índice de dependência de idosos persistam no futuro esperando um notável acréscimo do indicador. De 2010 até 2020 o rácio de pessoas idosas por pessoas em idades activa prevê-se que cresça de por cento.

As diferenças regionais nos indicadores que medem o envelhecimento são substanciais. Como as taxas de fecundidade caíram para níveis muito baixos o declínio da mortalidade, sobretudo nas idades mais avançadas, torna-se um importante factor no envelhecimento demográfico. Espera-se que as diferenças regionais diminuam e a esperança de vida convirja.

Considerações Finais

A população envelheceu e espera-se que a população idosa com 65 ou mais anos e a mais idosa continuem a envelhecer embora o ritmo tenda a atenuar-se. Estas faixas etárias são as únicas a evoluir positivamente no futuro.

As diferenças entre os níveis de fecundidade, de mortalidade e o sentido das correntes migratórias determinaram os diversos graus de envelhecimento nas várias regiões do país.

Actualmente o fenómeno do envelhecimento estende-se a todo o território nacional, mas com diferente intensidade. As disparidades etárias futuras dependem das estruturas actuais que revelam.

Perante esta realidade, irrefutável, as recomendações internacionais apontam para encarar o envelhecimento das sociedades como um desafio e uma oportunidade. É preciso potenciar tanto a experiência como as capacidades das pessoas idosas de modo a dar-lhes oportunidades para intervirem na vida em sociedade. Paralelamente, e como medidas para a inclusão social, destaca-se a importância para a integração das pessoas idosas no seio da família, constituindo um intercâmbio de forças e potencialidades favorável a todas as partes: em 2001, cerca de 57 mil pessoas idosas encontravam-se institucionalizados em convívios de apoio social, saúde e religiosas, representando quase 4% da população idosa total⁶.

As pessoas idosas constituem um segmento de mercado em ascensão que disponibiliza produtos e serviços específicos nos quais se incluem os prestadores de cuidados de saúde, operadores de turismo, as marcas de cosméticos, os bancos, as empresas de telecomunicações e imobiliárias. Em Portugal, o número de empresas e serviços a operar para um público que designam como *Sénior* ou *Outono da Vida*, tem vindo a crescer.

As ofertas de serviços a esta franja da população vão do simples cosmético às residências em condomínios fechados que incluem todos os serviços de apoio tais como saúde, lazer, limpeza, alimentação e até cabeleireiro. No entanto, ofertas esta natureza só estão ao alcance das pessoas idosas com uma sólida situação económica e estes condomínios levam à concentração dos idosos em grupos fechados. Juntar idosos com idosos pode não ser a melhor opção na medida em que o relacionamento intergeracional é muito importante.

A criação e expansão das universidades da terceira idade constitui mais um fenómeno que se pode referir e que exemplifica muito bem o *signal dos tempos*.

Também as empresas devem procurar soluções no sentido de potenciar o bem-estar das pessoas idosas, valorizando a condição física, e oferecem programas concebidos de acordo com as capacidades das pessoas idosas. Existem já programas preparados para serem implementados em empresas, públicas e privadas, com o objectivo de acompanhar os trabalhadores em fase final da vida activa a planear melhor o período de reforma.

Há que referir, contudo, que as situações enumeradas referem-se a um determinado grupo de pessoas que, para além da idade, têm em comum o acesso à informação, uma localização privilegiada para poder usufruir de determinados bens e equipamentos, geralmente situados apenas nas grandes cidades. No entanto, uma vasta percentagem de pessoas idosas estão longe desta realidade, quer porque constituem um grupo bastante vulnerável à pobreza, especialmente as que residem em zonas rurais⁷, quer porque é nas idades mais avançadas que surgem em maior número determinadas incapacidades, motoras ou do foro psicológico⁸. De facto, o isolamento social e geográfico, provoca geralmente sentimentos de solidão e abandono, com consequências graves e difíceis de ultrapassar por quem as sente.

⁶ cf. Gonçalves, Cristina (2003) "As pessoas idosas nas famílias institucionais segundo os Censos" in Revista de Estudos Demográficos n.º. 34, pp. 41-60, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

⁷ Sobre esta matéria consultar também Gonçalves, Cristina (2004) "Pobreza e exclusão social nas famílias com idosos em Portugal" in Revista de Estudos Demográficos n.º. 35, pp. 143-169, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

⁸ Sobre esta matéria consultar também Gonçalves, Cristina (2003) "Enquadramento familiar das pessoas com deficiência: uma análise exploratória dos resultados dos Censos 2001" in Revista de Estudos Demográficos n.º. 33, pp. 69-94, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.

Referências Bibliográficas

- BRANCO, Rui, GONÇALVES, Cristina (2000) **Envelhecimento Demográfico – Aspectos Demográficos, Económicos e Sociais da População Idosa em Portugal**, Instituto Nacional de Estatística, I Congresso Português de Demografia, org. ISCTE/INESLA, Tróia, Grândola, 21-23 Setembro, Sessão Plenária: População e Envelhecimento.
- CARRILHO, Maria José (1993) **O Processo de Envelhecimento em Portugal: Que Perspectivas...?** in Revista Estudos Demográficos nº 31, pp. 75-98, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José (2002) **Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal**, Jornadas sobre a Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES; Cristina (2004) **Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001** in Revista de Estudos Demográficos nº. 36, pp. 175-192, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- DECP/Serviço de Estudos sobre a População (2002) **O Envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas** in Revista de Estudos Demográficos nº. 32, pp.185-208, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Direcção Geral de Acção Social (2001) **Actas do Seminário de Encerramento Ano Internacional das Pessoas Idosas**, Lisboa.
- INE (1999) **As Gerações Mais Idosas** in Série Estudos nº 83, Instituto Nacional de Estatística - Gabinete de Estudos e Conjuntura, Lisboa.
- INE (2004) **Projecções de População Residente, Portugal e NUTS II, 2000-2050**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2005) **Projecções de População Residente, NUTS III, 2000-2050**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- INE (2006) **Estimativas Provisórias de População Residente, 2005, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios**, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa.
- Pestana, Nuno Nóbrega (2003) **Trabalhadores Mais Velhos: Políticas Públicas e Práticas Empresariais** in Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho, 01, Direcção Geral do Emprego e das Relações e do Trabalho, Lisboa.
- United Nations (2002)** Madrid International Plan of Action on Ageing 2002, **New York**.



A Situação Demográfica Recente em Portugal

The Demographic changes in Portugal

Autoras:

Maria José Carrilho

Instituto Nacional de Estatística / Unidade de Relações Externas e Cooperação

Email: mjose.carrilho@ine.pt

Lurdes Patrício

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais

Email: lurdes.patricio@ine.pt

Resumo:

O ritmo de crescimento da população portuguesa continua a atenuar-se, atingindo um nível modesto, e a imigração permanece como a componente principal da dinâmica populacional. A manutenção da fecundidade a um nível muito baixo, a acentuada queda da mortalidade infantil, o aumento da esperança de vida, em particular para os homens, e o desacelerar das correntes imigratórias são os aspectos marcantes da evolução demográfica recente. A importante diminuição do número de casamentos e o acréscimo, tanto dos nascimentos com coabitação dos pais como da idade média ao casamento, e ligeira baixa dos divórcios, explicam as mudanças nos modelos familiares em Portugal.

Analisam-se, no presente artigo os comportamentos das variáveis demográficas responsáveis pelas grandes alterações ocorridas na estrutura da população e que determinaram o grau de envelhecimento da população e a dimensão que a mesma observa.

Palavras Chave: População, Fecundidade, Mortalidade Infantil, Esperança de vida, Migrações, Envelhecimento

Abstract

The pace of population growth continues to slow down and the immigration flows remain its most important component. The low fertility, the increase of life expectancy, more rapid among men, a sharp decrease in infant mortality and the substantial migratory flux are the remarkable aspects of the demographic evolution in Portugal. The significant fall in the number of marriages, the rise in both the number of wedlock births and the average age at marriage and the relative decline in the number of divorces influence the new familiar models in Portugal.

This paper intends to study the patterns of demographic variables responsible for the major changes in both population size and age structure of the population and culminating in its significant ageing.

Key words: Population, fertility, infant mortality, expectancy of life, migrations, ageing

Introdução

A nova *Situação Demográfica Recente em Portugal* dá continuidade à análise divulgada na Revista de Estudos Demográficos nº 38 e actualiza-a com as mudanças ocorridas em 2005, no campo da natalidade, mortalidade e das migrações, procurando evidenciar os aspectos mais relevantes. Em termos de tendências confirma-se o desacelerar do crescimento da população.

Escolheu-se como período central de análise os anos entre 1 de Janeiro de 2001 e 1 de Janeiro de 2006 de modo a avaliar a situação demográfica do país nos primeiros cinco anos do século XXI. Como os efeitos dos fenómenos demográficos se revelam no longo prazo, em alguns casos, o estudo das variáveis abrangeu um período de tempo mais longo do que o previamente seleccionado.

No presente artigo utilizam-se as estimativas definitivas de população residente intercensitárias para o período 1991-2000 e as estimativas provisórias póscensitárias para os anos de 2001-2005 assentes nos resultados definitivos dos Recenseamentos Gerais da População de 1991 e 2001, ajustados com as taxas de cobertura medidas nos respectivos Inquéritos de Qualidade. As referidas estimativas de população residente reportam-se a duas geografias. Uma, a existente à data da realização dos Censos 2001 (Decreto Lei nº 46/89) e tendo em conta as mudanças entretanto observadas: a criação dos municípios de Vizela (5/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998). Outra, a geografia posteriormente adoptada (Decreto Lei nº 244/2002 de 5 de Novembro). As principais diferenças entre as duas geografias encontram-se a nível da NUTS II Lisboa e Vale do Tejo que dá origem a Lisboa, perdendo as NUTS III Oeste e Médio Tejo para o Centro e a NUTS III Lezíria do Tejo para o Alentejo. A caracterização da dinâmica regional, a nível de NUTS II, assenta, por vezes, nos dois enquadramentos geográficos e com o objectivo de comparar os resultados em termos de indicadores.

1. População

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal, em 31 de Dezembro de cada ano do período de 2000-2005, caracteriza-se pela substancial redução do saldo natural provocada pela queda da natalidade e acréscimo da mortalidade, por fortes saldos migratórios positivos, com tendência para desacelerar e pelo agravamento progressivo do envelhecimento demográfico isto é, pelo aumento da proporção da população idosa (65 ou mais anos) no total da população.

Quadro 1

Evolução da Situação Demográfica em Portugal, 2000- 2005						
Indicadores	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
População Residente Média (milhares)	10225,8	10293,0	10368,4	10441,1	10502,0	10549,4
População Residente em 31.XII (milhares)	10256,7	10329,3	10407,5	10474,7	10529,3	10569,6
<i>Homens</i>	4950,7	4988,9	5030,2	5066,3	5094,3	5115,7
<i>Mulheres</i>	5306,0	5340,4	5377,2	5408,4	5434,9	5453,9
Relação de Masculinidade (%)	93,3	93,4	93,5	93,7	93,7	93,8
Nados vivos	120 008	112 774	114 383	112 515	109 262	109 399
Óbitos	105 364	95 092	106 258	108 795	101 932	107 462
Saldo Natural	14 644	7 682	8 125	3 720	7 330	1 937
Saldo Migratório	47 000	65 000	70 000	63 500	47 240	38 400
Acréscimo Populacional	61 644	72 682	78 125	67 220	54 570	40 337
Taxa de Crescimento Natural (%)	0,14	0,07	0,08	0,04	0,07	0,02
Taxa de Crescimento Migratório (%)	0,46	0,63	0,68	0,61	0,45	0,36
Taxa de Crescimento Efectivo (%)	0,60	0,71	0,75	0,64	0,52	0,38

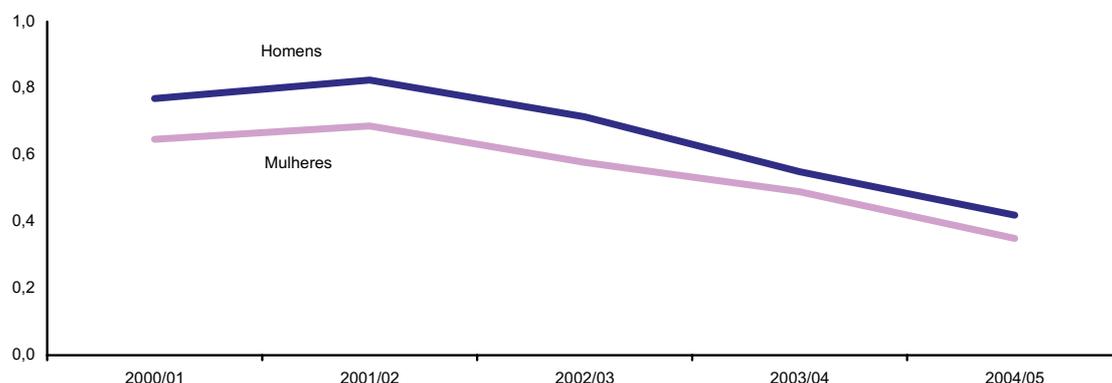
Fonte: INE, Estimativas de População Residente, 2000- 2005, aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os erros de cobertura dos Censos 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas.

O comportamento evolutivo das variáveis demográficas explica o acentuar do ritmo de crescimento da população residente em Portugal, sobretudo, a partir da segunda metade dos anos noventa no século XX, e o abrandar nos dois últimos anos observados.

De 1 de Janeiro de 2001 a 31 de Dezembro de 2005 estima-se que a população tenha aumentado cerca de 324 mil pessoas evoluindo segundo uma taxa moderada de 0,6%, média anual. O ritmo é mais acentuado nos homens, correspondendo a maior diferença ao período mais intenso de entrada de imigrantes.

Figura 1

Taxas de crescimento da população residente (%), Portugal 2000-2005



Fonte: INE, Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

As diferentes evoluções das variáveis demográficas não foram uniformes ao longo do período em análise podendo-se dividi-lo em duas fases.

Uma, corresponde aos dois primeiros anos do século XXI e mostra saldos migratórios sempre crescentes e saldos naturais fracos com a população a aumentar a um ritmo médio de 0,7 % ao ano.

A segunda fase coincide com os anos de 2003 a 2005 durante os quais a população evolui segundo uma taxa média anual de 0,5%. Os saldos migratórios abrandam, embora reforcem a sua importância relativa no crescimento da população (cerca 90%), e os saldos naturais tendem para zero.

Em 31 de Dezembro de 2005¹ a população residente em Portugal foi estimada em 10 569 592 indivíduos, dos quais 5 115 742 homens e 5 453 850 mulheres. Comparativamente ao ano anterior, a população residente aumentou 40 337 indivíduos, ou seja 0,38%, confirmando-se a desaceleração do ritmo iniciada em 2003. O acréscimo manteve-se mais acentuado nos homens (0,42%) do que nas mulheres (0,35%).

O saldo migratório positivo (0,36%), apesar de fraco, permanece como a principal causa do crescimento da população, à semelhança do que ocorre desde 1999 dado que o saldo natural se tornou praticamente nulo (0,02%). De notar que o excedente dos nados vivos sobre os óbitos, durante o período em estudo, se tornou inferior a 10 000 no começo do actual século.

Tanto o número de nados vivos (0,13%) como o de óbitos (5,43%) registam evoluções positivas face a 2004, sendo a variável *óbitos* a que explica, em 2005, a diminuição do saldo natural (1 937) para quase um quarto do observado no ano anterior. Se a variação dos nados vivos se inscreve nas oscilações normais anuais, quer no sentido positivo quer negativo que o acontecimento observa, a dos óbitos revela, tanto em 2004 como em 2005 significativas flutuações, superiores a 5 % e de sentido contrário.

Estima-se que em 2005, o saldo migratório tenha atingido cerca de 38 400 indivíduos (49 200 entradas e 10 800 saídas), valor inferior em 8 840 ao do ano anterior, e o mais baixo de todo o período, como consequência do atenuar dos fluxos de entrada e o aumento dos fluxos de saída.

¹ INE, "Estimativas Provisórias de População residente em 31 de Dezembro de 2005, NUTS I, NUTS II, NUTS III e Município", www.ine.pt, Junho 2006, Lisboa

No último ano analisado o acréscimo populacional registado reparte-se entre 5% para o saldo natural e 95 % para o saldo migratório.

Tendo como comparação a Europa composta por 25 países, Portugal apresenta em 2005 (0,38%) um ritmo de crescimento próximo da média estimada pelo Eurostat² (UE25= 0,4% em 2005) e semelhante ao da Grécia, Finlândia e Suécia. A Irlanda detém a taxa de crescimento forte e a mais elevada (2,4%), seguida do Chipre (2,3%) e da Espanha (1,7%) enquanto a Lituânia (-0,65%), Letónia (-0,51%) Estónia e Hungria (-0,21%), bem como a Alemanha (- 0,08%) e Polónia (-0,04) registam variações negativas.

As comparações internacionais devem ser cautelosas, pois o documento do Eurostat não clarifica se os países membros que realizaram a última vaga de Censos 2000 concluíram a revisão da série retrospectiva das estimativas de população e indicadores com base nos novos resultados, nem explicita os aspectos metodológicos. Por outro lado, alguns países não divulgaram ainda a informação definitiva, sendo em alguns casos os resultados provisórios ou previstos pelo órgão estatístico comunitário.

Norte (35%) e Lisboa e Vale do Tejo (34%) são as regiões que mais contribuem para os efectivos populacionais do país. Mais de metade da população residente em Portugal concentrava-se, em 2005, nas NUTS Norte e Centro (52,4%). Se a estas duas NUTS se adicionar Lisboa e Vale do Tejo a concentração eleva-se a 86,9%.

Alentejo, Algarve e as Regiões Autónomas em conjunto não atingem o milhão e meio de habitantes. Contudo, apresentam evoluções opostas, pertencendo ao Algarve o mais forte acréscimo do período, quatro vezes superior à média do país (1,7%). Ao contrário, o Alentejo é a região do país que perde população, (-0,2 %). Esta tendência inverte-se se analisarmos a distribuição da população segundo o novo enquadramento geográfico e administrativo do país. Neste caso, enquanto o Alentejo regista um crescimento nulo Lisboa perde importância (26,3%) enquanto o Centro afirma a sua posição (26,3%).

A nível regional os ritmos de variação da população diferem como consequência dos comportamentos das variáveis demográficas e provocam as conhecidas assimetrias entre o interior e o litoral do país.³ Ao Norte, às Regiões Autónomas e a Lisboa e Vale do Tejo pertencem as taxas de crescimento natural mais elevadas. No caso das duas NUTS do Continente o efeito conjugado de taxas migratórias positivas, bem mais intenso em Lisboa e Vale do Tejo, justifica o acréscimo populacional evidenciado. As Regiões Autónomas compensam a baixa gradual dos saldos naturais com a alteração de sentido dos movimentos migratórios ocorridos no início deste século. Em contraste, é no Alentejo e no Centro que se localizam as taxas de crescimento natural negativas. O Algarve é a região que tem a taxa migratória mais forte e tripla da do país.

Descendo a um nível geográfico mais fino, denota-se que saldos naturais fortemente negativos associados a saldos migratórios igualmente negativos originaram grandes perdas populacionais no período em análise, em particular nas regiões do interior. Em algumas zonas o ritmo de diminuição da população desacelerou nos anos mais recentes devido aos fluxos imigratórios.

^{2 e 3} Eurostat (2006) - Statistics in Focus, Population and Social conditions, 16/2006. Lisboa, Setembro 2006.

2. Natalidade e Fecundidade

O número de nados vivos de mães residentes em Portugal em 2005 foi de 109 399, mantendo-se praticamente estável face a 2004. A variável inverteu a tendência em baixa retomada em 2003, sendo o ritmo de variação positivo face ao observado no ano anterior (0,1%).

Quadro 2

Indicadores sobre a Natalidade, Portugal, 2000-2005						
Indicadores	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Nados vivos	120 008	112 774	114 383	112 515	109 298	109 399
<i>Homens</i>	62 222	58 365	59 303	58 210	56 212	56 643
<i>Mulheres</i>	57 786	54 409	55 080	54 305	53 086	49 657
Relação de masculinidade à nascença	107,7	107,3	107,7	107,2	105,9	107,2
Nados vivos fora do casamento	26 642	26 814	29 117	30 236	31 766	33 633
Nados Vivos fora do casamento (%)	22,2	23,8	25,5	26,9	29,1	30,7
Nados Vivos fora do casamento com coabitação	20 190	20 062	23 308	24 219	25 408	27 093
Nados Vivos fora do casamento com coabitação (%)	75,8	74,8	80,0	80,1	80,0	80,6
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação	6 452	6 752	5 809	6 017	6 358	6 540
Nados Vivos fora do casamento sem coabitação(%)	24,2	25,2	20,0	19,9	20,0	19,4
Taxa Bruta de Natalidade (‰)	11,7	11,0	11,0	10,8	10,4	10,4
Índice Sintético de Fecundidade (nº médio de crianças por mulher)	1,56	1,46	1,47	1,44	1,40	1,41
Idade média ao nascimento do 1º filho	26,5	26,8	27,0	27,4	27,5	27,8
Idade média ao nascimento de um filho	28,6	28,8	29,0	29,2	29,4	29,6
Taxa de Reprodução Bruta	0,760	0,712	0,719	0,705	0,685	0,687
Taxa de Reprodução Líquida	0,743	0,697	0,704	0,695	0,676	0,680

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2005.

A taxa bruta de natalidade, que estabilizara nos últimos anos perto dos 11 nascimentos com vida por mil habitantes, recuou para 10,4‰ em 2004 valor que manteve no ano seguinte, nível ligeiramente inferior ao estimado pelo Eurostat⁴ para o conjunto dos 25 países membros (10,5‰). A taxa varia entre os 8,3‰ nados vivos por mil habitantes na Alemanha e os 14,7‰ na Irlanda, país que só muito recentemente deixou de assegurar as gerações. Tendo presente a limitação do indicador, que não reflecte a estrutura por idades, pode afirmar-se que a taxa bruta de natalidade segue a evolução contrária registada na maioria outros países da Europa Comunitária. De notar que a Espanha, Grécia e Itália, que no passado recente detinham taxas com níveis muito fracos, apresentam uma ligeira tendência em alta nos valores do indicador, no caso dos dois primeiros países e apenas a Itália parece ter estabilizado o nível (à volta de 9,5‰). Por outro lado, muitos dos novos países membros surgem com taxas claramente inferiores à média comunitária.

Os nados vivos de mães com nacionalidade estrangeira e residência no país têm multiplicado de forma contínua a sua proporção no total nos nascimentos com vida e ascenderam a 8,4%.

Apesar da tendência em baixa, os nados vivos cujas mães são nacionais dos países africanos de língua portuguesa (PALP) continuam a deter a parte mais importante do total dos nados vivos: 3,2 % em 2000 contra 2,9% em 2005.

De ressaltar a variação positiva dos nascimentos de filhos de mães imigrantes provenientes de países da Europa do Leste (0,1% em 2000 e 1,7% em 2005). Os filhos de mães nacionais da Ucrânia e Roménia assumem-se, entre estes, como os mais importantes e representam quase dois terços.

A variável *nacionalidade* passou a ser inquirida em 1995 mas o período, embora curto, permite concluir que o ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal. O ritmo de crescimento dos nados vivos cuja mãe tem a nacionalidade estrangeira marca a variação anual recente dos nascimentos com vida em Portugal.

⁴ Eurostat (2006) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 16/2006. Lisboa, Setembro 2006.

No período compreendido entre 2000 e 2005, a variação negativa da natalidade (-10 609) atribui-se exclusivamente à diminuição dos nascimentos de mães portuguesas.

Quadro 3

Nados vivos de mães residentes em Portugal, por nacionalidade, 2000-2005												
Continente / País de Nacionalidade	2000		2001		2002		2003		2004		2005	
	nº	%										
TOTAL	120 008	100	112 774	100	114 383	100	112 515	100	109 298	100	109 457	100
Europa	115 110	95,9	107 934	95,7	108 622	95,0	106 816	94,9	103 332	94,5	102 934	94,0
Portugal	114 174	95,14	106 869	94,76	106 683	93,27	104 484	92,86	100 863	92,28	100 320	91,65
Alemanha	104	0,09	101	0,09	80	0,07	110	0,10	113	0,10	97	0,09
Bélgica	19	0,02	14	0,01	21	0,02	17	0,02	18	0,02	21	0,02
Espanha	120	0,10	99	0,09	132	0,12	147	0,13	119	0,11	162	0,15
França	356	0,30	280	0,25	340	0,30	330	0,29	300	0,27	286	0,26
Itália	36	0,03	24	0,02	25	0,02	31	0,03	27	0,02	36	0,03
Países Baixos	40	0,03	44	0,04	44	0,04	44	0,04	54	0,05	28	0,03
Reino Unido	75	0,06	95	0,08	70	0,06	108	0,10	103	0,09	119	0,11
Moldava	21	0,06	63	0,06	175	0,15	223	0,20	238	0,22	302	0,28
Roménia	29	0,02	83	0,07	276	0,24	384	0,34	492	0,45	568	0,52
Ucrânia	17	0,02	120	0,11	481	0,42	590	0,52	664	0,61	661	0,60
Rússia	17	0,01	46	0,04	101	0,09	131	0,12	139	0,13	129	0,12
Outros países Europa	152	0,13	381	0,34	1 194	1,04	1 517	1,35	1 707	1,56	1 832	1,67
África	3 928	3,3	3 649	3,2	3 873	3,4	3 469	3,1	3 391	3,1	3 363	3,1
Angola	1 559	1,30	1 396	1,24	1 496	1,31	1 277	1,13	1 205	1,10	1 208	1,10
Cabo Verde	1 156	0,96	1 136	1,01	1 260	1,10	1 119	0,99	1 092	1,00	1 080	0,99
Guiné Bissau	495	0,41	495	0,44	490	0,43	483	0,43	492	0,45	480	0,44
Moçambique	250	0,21	218	0,19	185	0,16	163	0,14	146	0,13	141	0,13
S.Tomé e Príncipe	322	0,27	278	0,25	306	0,27	279	0,25	285	0,26	286	0,26
<i>Total dos PALP</i>	<i>3 782</i>	<i>3,15</i>	<i>3 523</i>	<i>3,12</i>	<i>3 737</i>	<i>3,27</i>	<i>3 321</i>	<i>2,95</i>	<i>3 220</i>	<i>2,95</i>	<i>3 195</i>	<i>2,92</i>
Outros Países África	146	0,12	126	0,11	136	0,12	148	0,13	171	0,16	168	0,15
América	716	0,6	920	0,8	1 567	1,4	1 856	1,6	2 178	2,0	2 605	2,4
América do Norte	93	0,08	78	0,07	109	0,10	107	0,10	86	0,08	90	0,08
América Central e do Sul	623	0,52	842	0,75	1 458	1,27	1 749	1,55	2 092	1,91	2 515	2,30
Brasil	469	0,39	711	0,63	1 309	1,14	1 568	1,39	1 909	1,75	2 367	2,16
Outros Países América	247	0,21	209	0,19	258	0,23	288	0,26	269	0,25	238	0,22
Ásia e Oceania	232	0,2	255	0,2	304	0,3	372	0,3	444	0,4	550	0,5
China	158	0,13	160	0,14	212	0,19	257	0,23	292	0,27	367	0,34
Outros Países Ásia e Oceania	74	0,06	95	0,08	92	0,08	115	0,10	152	0,14	183	0,17
Apátridas e Desconhecida	27	0,02	30	0,03	22	0,02	16	0,01	2	0,00	11	0,01
Total de nados vivos de mães estrangeiras	5 894	4,9	5 905	5,2	7 700	6,7	8 031	7,1	8 493	7,8	9 137	8,3

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

Em Portugal é nas Regiões Autónomas dos Açores (12,5‰) e da Madeira (12,1‰) que o indicador regista, em 2005, os valores mais elevados. Em oposição, é a região do Alentejo que detém a taxa mais baixa (8,6‰) no caso das NUTS antigas. Se considerarmos as NUTS Novas, criadas em 2002, o Alentejo continua a ser a região com menor taxa de natalidade do país (9,0‰) apesar de incluir a Região de Lezíria do Tejo. A nova região Centro sobe ligeiramente para 9,1‰, consequência de integrar mais 2 regiões, o Oeste e o Médio Tejo, com níveis de natalidade superiores, enquanto a região de Lisboa ascende a 11,8‰.

O declínio da fecundidade deve ser avaliado quer pelo número anual dos nascimentos, com efeitos directos na dimensão da população, quer pela ordem de nascimento que permite estudar a concentração dos nascimentos, quer pelo indicador sintético de fecundidade que evidencia as modificações na dimensão da família e o grau de substituição das gerações.

Desde há vinte cinco anos que o nível de fecundidade em Portugal permanece continuamente inferior ao nível de substituição de gerações (2,1 crianças por mulher). A fecundidade em Portugal é caracterizada pelo seu envelhecimento, com a maior frequência a passar do grupo etário dos 20-24 anos para o grupo dos 25-29 anos e o incremento dos nascimentos entre as mães com idades superiores a trinta anos.

Em 2000, a taxa de fecundidade no grupo etário dos 20-24 anos era de 63,0‰ e no final do período em análise, ou seja em 2005, situava-se em 47,6‰; evolução inversa sofreu o grupo etário dos 30-34 anos que subiu de 84,5‰ para 85,3‰ ao longo do mesmo período.

A análise do fenómeno segundo a ordem dos nascimentos evidencia um comportamento semelhante com os nascimentos nas idades mais avançadas a ganharem importância. De reter que entre 2000 e 2005 as taxas de fecundidade depois dos trinta anos praticamente duplicaram no que se refere aos primeiros nascimentos, os quais determinam o calendário actual da fecundidade em Portugal. Em 2005, e tendo como referência o ano anterior, a taxa de fecundidade de segunda ordem aumentou a partir da idade igual ou superior a trinta e cinco anos.

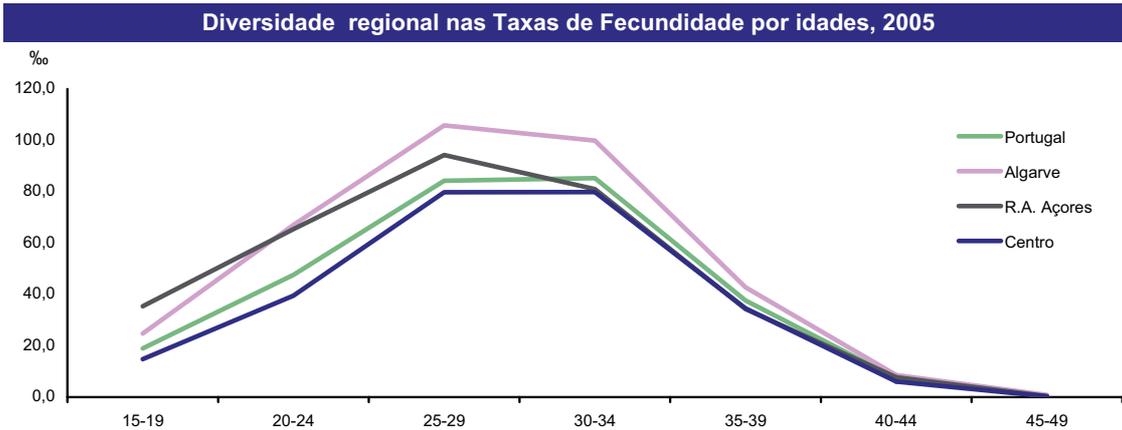
Quadro 4

Taxas de Fecundidade Segundo a Ordem de Nascimento (‰), Portugal, 2000-2005						
Idades	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Geral						
20-24	63,0	56,7	54,6	51,2	48,2	47,6
25-29	100,7	92,7	93,1	89,7	85,3	84,3
30-34	84,5	80,9	83,4	84,6	83,6	85,3
35-39	34,3	33,8	35,1	35,7	36,1	37,6
40-44	6,6	6,6	6,8	7,1	7,3	7,4
1ª. ordem						
20-24	47,8	41,9	40,9	37,7	35,5	34,8
25-29	61,3	56,0	58,0	56,4	53,3	53,2
30-34	30,7	30,1	33,1	35,5	35,3	37,2
35-39	8,4	8,0	8,7	9,3	9,2	9,9
40-44	1,4	1,5	1,5	1,7	1,7	1,8
2ª. ordem						
20-24	12,3	12,0	11,3	10,9	10,3	10,5
25-29	31,8	29,4	28,0	26,6	25,3	24,6
30-34	40,7	38,3	38,2	37,7	37,2	37,8
35-39	15,2	15,5	16,0	16,2	16,5	17,5
40-44	1,9	2,1	2,3	2,2	2,4	2,5

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas 2000-2005

Todas as regiões do país apresentam a mesma tendência para adiar a fecundidade. Desde 1992 que a Região Autónoma dos Açores possui a taxa de fecundidade mais elevada nas adolescentes (15-19 anos), atingindo em 2005, 35,4‰, enquanto as mais baixas se conservam no Centro (15,3‰) e no Norte (16,5‰). Em Lisboa e Vale do Tejo a taxa de fecundidade das adolescentes recuou de 23,4‰ em 2000, para 20,8‰ em 2005. Aos Açores pertence igualmente a maior frequência de nascimentos nas camadas etárias entre os 20-24 anos, situação que reflecte o desfasamento temporal do calendário em relação às outras regiões. Algarve é a única região com taxa superior a 100 nados vivos por mil mulheres em idade fértil com idades iguais a 25 anos e inferiores a trinta anos.

Figura 2

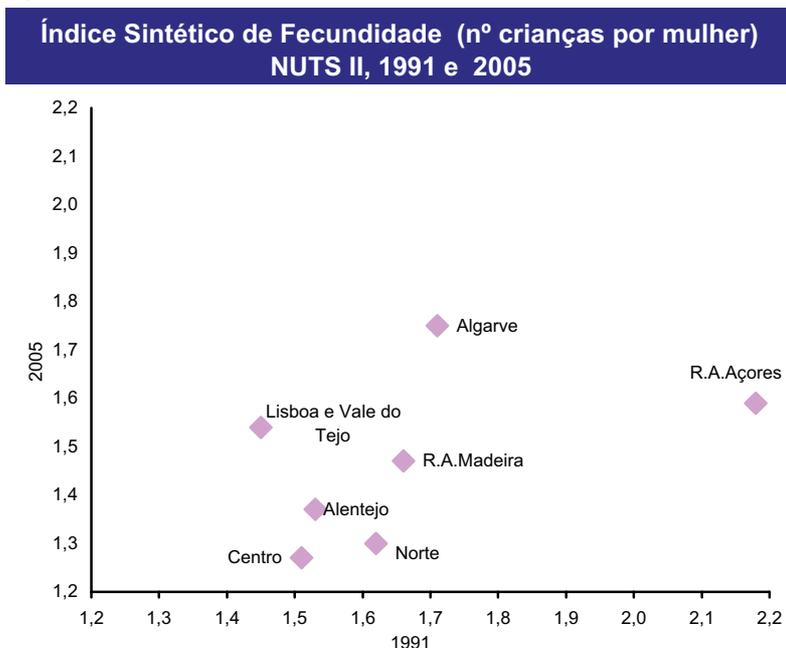


O índice sintético de fecundidade (ISF) que expressa o número de crianças por mulher tem descido embora não continuamente, para atingir o nível de 1,41 em 2005.

O indicador é inferior ao estimado para a UE⁵ (1,50 crianças por mulher). De referir que o espaço comunitário registou novamente um ténue acréscimo do indicador, comparativamente ao ano anterior, em particular na Suécia (1,75) que mantém a tendência em alta (1,57 em 2001, 1,65 em 2002 e 1,71 em 2004) o Reino Unido, igualmente com 1,74 (contra 1,71 em 2003 e 1,64 em 2002). O nível mais elevado permanece na Irlanda (1,99) e os mais baixos na Polónia com 1,24 crianças por mulher, nível muito próximo dos observados na Eslováquia (1,25) e na Eslovénia (1,26). Os níveis de fecundidade alcançados na Europa são tão fracos que a hierarquização dos países se procede na ordem das centésimas.

Em 2005, o Centro e o Norte (1,3 crianças por mulher) permanecem como as regiões que apresentam o mais baixo índice sintético de fecundidade. Os valores mais elevados mantêm-se na Região Autónoma dos Açores, a única que em 1991 ainda substituía as gerações, e no Algarve (1,6 e 1,7 crianças por mulher respectivamente).

Figura 3



⁵ Eurostat (2006) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 16/2006

As taxas de reprodução bruta e líquida traduzem bem a evolução do índice sintético de fecundidade. De facto, em 1981 a taxa líquida de reprodução era ligeiramente superior à unidade, o que significa que a substituição de cada geração estava assegurada ou seja, cada mãe tinha em média uma filha para a substituir. Nos anos noventa do século passado essa substituição não era garantida e cada mãe tinha ao longo do período fértil, em média 0,7 crianças do sexo feminino, situação que se prolongou no início do século XXI. Acompanhando o andamento do índice sintético de fecundidade, o número de filhas revela-se, desde há mais de vinte anos, insuficiente para substituir as gerações de mulheres.

A evolução da idade média ao nascimento de um filho confirma o adiar do nascimento. Numa primeira fase da baixa de natalidade, que corresponde aos anos sessenta e setenta, a idade média à maternidade seguiu a mesma tendência decrescente. O sentido inverte-se, quando a substituição das gerações deixa de ser assegurada, e que se localiza no início dos anos oitenta do século XX. Desde então, que a idade média ao nascimento do primeiro filho ou de um filho, independentemente da ordem que ocupa na hierarquia dos nascimentos com vida não cessa de elevar-se.

No período estudado as mulheres retardaram a idade média à primeira maternidade em 1,3 anos e tiveram em 2005, o primeiro filho com a idade de 27,8 anos em média.

É na Região Autónoma dos Açores que as mulheres são mães pela primeira vez mais cedo, sendo a idade média ao 1º nascimento de 25,4 anos, e é na Região de Lisboa e Vale do Tejo que a idade média ao nascimento do primeiro filho é mais tardia, aos 28,2 anos.

Da análise do Quadro das idades médias ao 1º nascimento e ao nascimento de um filho por NUTS Antigas e NUTS Novas, em anexo, constata-se que o Alentejo com o enquadramento geográfico mais recente agrava a idade média ao 1º nascimento em 0,3 anos e, em compensação, no Centro as mulheres têm o 1º filho mais cedo, mas a diferença só é visível a nível das centésimas.

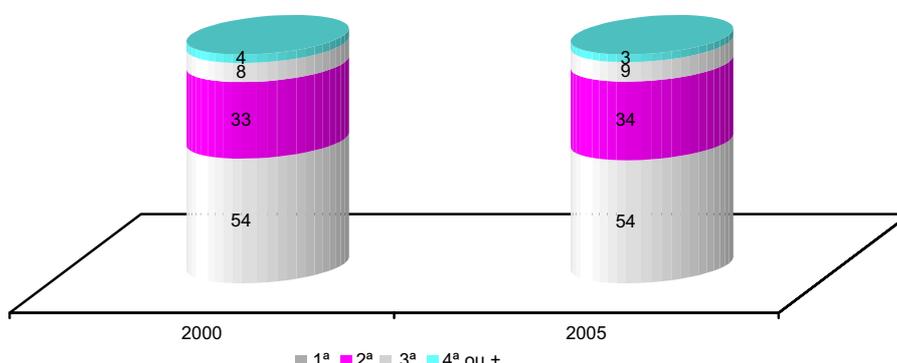
Quase 3 nados vivos em cada 10 ocorrem fora do casamento. O significativo acréscimo dos nados vivos fora do casamento de 22,2% em 2000 para 30,7% em 2005 surge como outra característica a ressaltar na evolução da fecundidade e permitiu que a proporção se aproximasse da estimada na UE (33,0% em 2005). Dentro dos países com informação disponível para 2005 a Grécia ocupa a posição mais fraca (5,1%) e a Estónia a mais elevada (58,5%), ultrapassando a Suécia (55,4%). Embora com ligeiras oscilações pode afirmar-se que quase todos os países evidenciam uma tendência em alta dos nascimentos com vida ocorridos fora do casamento. Em Portugal, o aumento, traduzido numa taxa de variação no período em análise, de cerca de 26%, conjugado com a diminuição do número de casamentos celebrados indicia outras formas de conjugalidade. No mesmo sentido, a importância relativa dos nascimentos fora do casamento com coabitação dos pais confirma a opção dos casais por esta forma de vivência em comum.

Os nados vivos fora do casamento têm uma tendência oposta à do total dos nascimentos.

É sobretudo na região do Algarve (46,0%) e de Lisboa e Vale do Tejo (40,4%) que se encontram as maiores proporções de nascimentos fora do casamento; em oposição, as percentagens mais baixas situam-se no Norte (21,0 %) e na Região Autónoma dos Açores (21,6%). Estas posições mantêm-se ao longo do período em análise, podendo avançar-se que é nas regiões de alta natalidade que o peso dos nados vivos fora do casamento é menor.

Figura 4

Nados Vivos por Ordem de Nascimento (%), Portugal, 2000 e 2005



Desde 1988 que metade dos nascimentos com vida se reporta ao primeiro filho, importância relativa que se reforçou e atingiu 53,7% em 2005, contra 53,5% no ano anterior. A parte dos nascimentos de segunda ordem acompanha o comportamento da fecundidade, diminuindo quando esta começa a ser insuficiente para assegurar a substituição das gerações. Apesar de algumas oscilações, nota-se uma ligeira tendência em alta dos nascimentos de segunda ordem no período em análise (34,4% em 2005 contra 33,4% em 2000), reflectindo o andamento da curva da natalidade nos últimos anos. Desde o final dos anos oitenta do século passado que a importância relativa dos nascimentos de terceira ordem representa menos de 10% do total dos nascimentos com vida, não cessa de recuar para se situar em 8,6% em 2005. Os nascimentos de ordem igual ou superior a quatro assumem, nos anos mais recentes, valores muito pouco expressivos.

3. Nupcialidade e divorcialidade

Em 2005, celebraram-se 48 671 casamentos, confirmando-se a redução observada no ano anterior e a taxa bruta de nupcialidade desceu para 4,6%.

Quadro 5

Indicadores sobre a Conjugalidade e Divorcialidade, Portugal, 2000-2005

Indicadores	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Casamentos	63 752	58 390	56 467	53 735	49 178	48 671
Taxa Bruta de Nupcialidade (‰)	6,2	5,7	5,4	5,1	4,7	4,6
Idade média ao 1º casamento (anos)						
Homens	27,5	27,8	28,0	28,4	28,6	28,9
Mulheres	25,7	26,1	26,4	26,8	27,0	27,3
Idade média ao casamento (anos)						
Homens	29,3	29,8	30,0	30,5	30,9	31,3
Mulheres	26,9	27,4	27,6	28,2	28,5	28,9
Indicador conjuntural dos 1ºs casamentos						
Homens	0,72	0,65	0,64	0,63	0,53	0,52
Mulheres	0,76	0,69	0,67	0,67	0,57	0,56
Divórcios	19 104	18 851	27 708	22 818	23 614	22 576
Taxa Bruta de Divorcialidade (‰)	1,9	1,8	2,7	2,2	2,2	2,1
Idade média ao divórcio (anos)						
Homens	40,9	40,8	40,3	40,5	43,0	41,0
Mulheres	38,4	38,2	37,8	39,3	40,4	38,6
Divórcios/Casamento	30,0	32,3	49,1	42,1	48,0	46,4
Taxa Bruta de Viuvez (‰)						
Homens	2,7	2,7	2,7	2,7	2,5	2,6
Mulheres	6,3	6,2	6,2	6,2	5,9	6,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

De ressaltar que Portugal passou a ocupar uma posição intermédia, em termos de taxa de nupcialidade, no conjunto dos 25 países que actualmente constituem a EU, cuja média foi estimada em 4,8‰, valores provisórios, em 2005⁶. O valor mais elevado é pertença do Chipre (7,2‰), seguido da Dinamarca (6,7‰) e o mais baixo, da Eslovénia (2,9‰), seguida da Bélgica (4,1‰). A Suécia regista dos níveis mais fracos (4,4‰), como seria de esperar tendo em conta a elevada proporção de nascimentos fora do casamento. O facto da Dinamarca associar o nível de nupcialidade mais forte com uma percentagem de nados vivos fora do casamento próxima de 46%, nível bastante acima da média comunitária, parece indiciar a formalização da vivência em comum após o nascimento dos filhos.

Quadro 6

Casamentos segundo o estado civil anterior (%) Portugal, 2000-2005						
Indicadores	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Casamentos de mulheres solteiras	92,3	91,5	91,9	90,2	89,2	88,4
Casamentos de homens solteiros	90,0	89,1	89,2	87,7	86,9	86,0
Casamentos de mulheres viúvas	0,9	1,0	0,8	0,9	1,0	0,9
Casamentos de homens viúvos	1,6	1,7	1,4	1,4	1,5	1,5
Casamentos de mulheres divorciadas	6,7	7,5	7,3	8,9	9,8	10,7
Casamentos de homens divorciados	8,4	9,3	9,5	10,9	11,7	12,5

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas (cálculos das autoras)

A parte de casamentos de solteiros no total de casamentos diminuiu, tanto para homens como para mulheres. facto que pode indiciar uma opção de viver só ou em coabitação. Reforçando a emergência de novos modelos familiares, nomeadamente a reconstituição de famílias, a importância relativa dos casamentos de divorciados continuou a crescer, representando, no final do período em análise, 10,7% entre as mulheres e 12,5% entre os homens. O recasamento de viúvos estabilizou e mantendo-se mais frequente entre os homens (1,5%), do que entre as mulheres (0,9%).

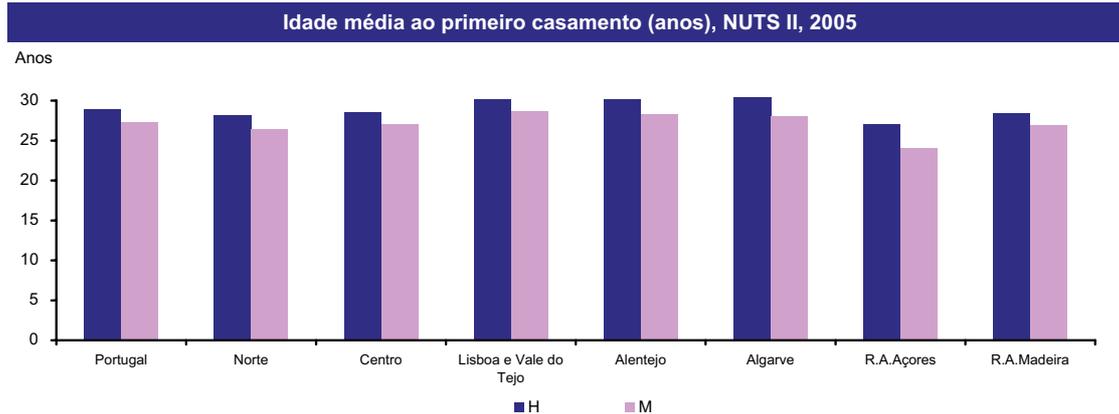
Em Portugal os jovens têm vindo adiar o casamento. Em 2000, os homens celebraram o primeiro casamento em média, com 27,5 anos, idade que se elevou para os 28,9 anos em 2005. Nas mulheres o adiamento é mais forte, com a idade a aumentar dos 25,7 para os 27,3 anos no mesmo período. A idade média ao casamento revela um comportamento semelhante.

O indicador de primo nupcialidade inverteu o sentido a partir de 1999, tendo apenas 56% das mulheres celebrado o primeiro casamento até aos 50 anos em 2005, valor que baixa para 52% nos homens.

Observa-se uma heterogeneidade na distribuição regional das idades médias ao primeiro casamento. É em Lisboa e Vale do Tejo que tantos os homens como as mulheres casam pela primeira vez mais tarde. Ao contrário, é na Região Autónoma dos Açores que os primeiros casamentos ocorrem mais cedo (27,0 anos para os homens e 24,1 para as mulheres em 2005).

⁶ Eurostat (2006) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 16/2006

Figura 5



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

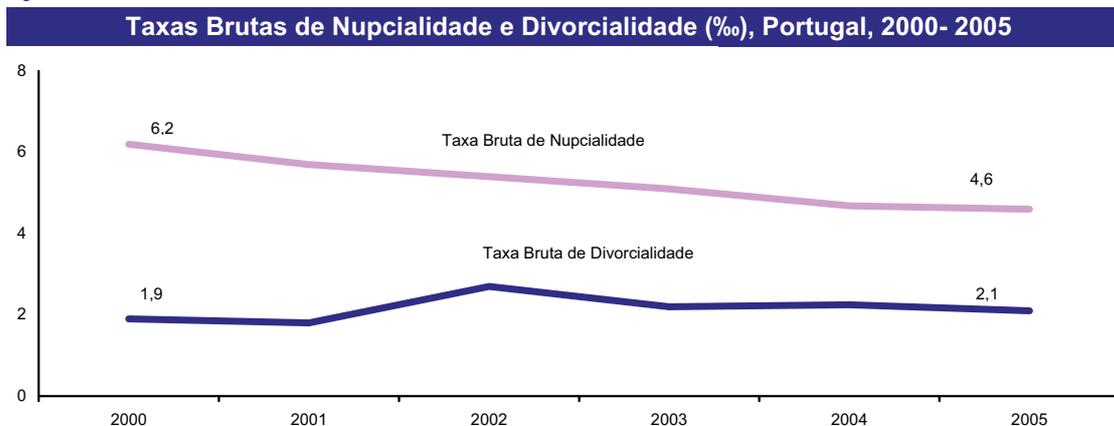
Os casamentos tornaram-se menos estáveis, situação bem evidenciada pelo acréscimo do número de divórcios, sobretudo no início do século XXI e pelo quociente entre o número de divórcios e o de casamentos. O forte aumento observado em 2002 pode reportar-se à mudança de legislação entretanto verificada que facilita a obtenção da dissolução do casamento junto das conservatórias do registo civil. Em 2004, a variável retoma a tendência anterior, situando-se a taxa bruta de divorcialidade em 2,2 divórcios por mil habitantes, valor que tende a convergir com a taxa bruta de nupcialidade. Contudo, em 2005 o número de divórcios observa um decréscimo de 4% face ao ano anterior e que se reflecte na diminuição da taxa.

Portugal, tal como Espanha, regista uma taxa de divórcios que se insere na média comunitária do conjunto dos 25 países, (estimada para 2005 em 2,0 ‰) quase multiplicando por três as observadas na Irlanda e na Itália e duplicando a verificada na Grécia. A Lituânia, Estónia, República Checa, Bélgica, Dinamarca e Alemanha, com níveis iguais ou próximos de 3 ‰ possuem as taxas mais elevadas. Itália e Irlanda com uma taxa igual a 0,8 ‰ apresentam as taxas mais baixas.

A idade média ao divórcio tem vindo a aumentar ao longo do período em análise, rondando, actualmente, os 41 anos para os homens e os 39 para as mulheres, reflectindo a diferença de idades ao casamento. Esta análise, à semelhança do ocorrido com o casamento, deve ter em conta o número de divórcios.

O ratio entre divórcios e casamentos não cessa de aumentar. Enquanto em 2000 por cada 100 casamentos celebrados havia 30 divórcios em 2005 a relação ascende a 46.

Figura 6

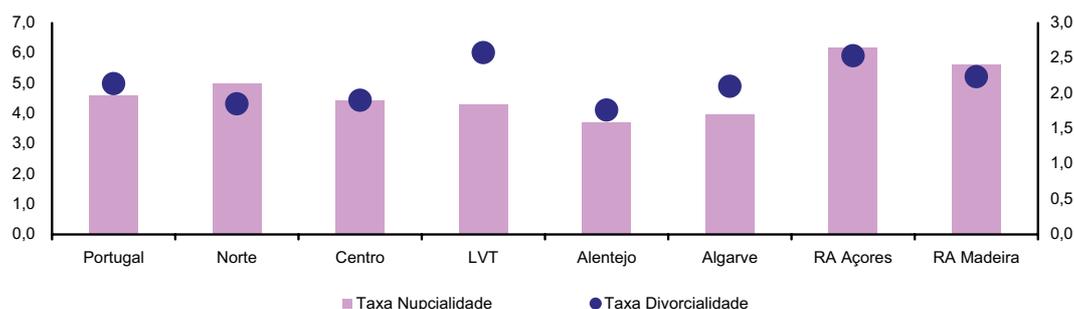


Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente

As disparidades regionais em termos de formação e dissolução de casamentos persistem. As Regiões Autónomas detêm as taxas de nupcialidade mais elevadas, seguidas do Norte. No que se refere às taxas de divorcialidade é em Lisboa e Vale do Tejo, no Algarve e nas Regiões Autónomas que se encontram os valores mais expressivos ou seja, nas regiões em que os casamentos se celebram mais tarde. O Norte regista simultaneamente a taxa de nupcialidade mais elevada entre as regiões do Continente (5,0‰) e a taxa de divorcialidade mais baixa do país (1,8‰).

Figura 7

Taxas Brutas de Nupcialidade e Divorcialidade, (por mil habitantes), NUTS II, 2005



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População

Observa-se uma ligeira diferença se analisarmos por NUTS Antigas e NUTS Novas conforme se pode ver no quadro em anexo.

4. Mortalidade

É na diminuição da mortalidade, e sobretudo no modelo de mortalidade por idades, que se encontra a causa explicativa do envelhecimento no topo da pirâmide por idades. De facto os ganhos alcançados tornaram possível a sobrevivência de um número crescente de pessoas idosas.

Na UE esta situação ocorre com a designada primeira transição epidemiológica ligada ao grande recuo dos óbitos causados por doenças infecciosas e que terminou em toda a Europa Ocidental entre 1950 e 1960. A esta transição epidemiológica seguiu-se um novo período de baixa da mortalidade como consequência dos progressos terapêuticos e meios de diagnóstico, na luta contra as doenças de degenerescência orgânica (cancro e doenças cardiovasculares) e a importância da prevenção da doença.

Portugal, à semelhança da Espanha e da Grécia, na segunda metade do século XX encontrava-se longe do padrão de outros países da UE com uma esperança média de vida à nascença, inferior em cerca de 10 anos. O País vem a recuperar e em quarenta anos ganhou 12, 5 anos de vida nos homens e 13,7 anos nas mulheres.

Os últimos trinta anos do século XX foram os anos de grande progresso no campo da mortalidade para os países da comunidade, embora com ritmos diferentes. A baixa da mortalidade implica todo um processo em que interagem os factores genéticos, ambientais e estilos de vida. Por outro lado, muitas doenças tornaram-se crónicas como é caso da SIDA em que os doentes vivem mais de quinze com a doença, desde que tenham um adequado acompanhamento médico e terapêutico.

Em 2005, registaram-se 107 462 óbitos de residentes em Portugal, ou seja um forte acréscimo de 5,4 % face ao ano anterior.

Quadro 7

Indicadores sobre a Mortalidade e Longevidade, Portugal, 2000-2005						
Indicadores	Anos					
	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Óbitos	105 364	105 092	106 258	108 795	101 932	107 462
<i>Homens</i>	55 023	54 838	55 687	55 966	53 201	55 484
<i>Mulheres</i>	50 341	50 254	51 003	52 829	48 809	51 978
Relação de masculinidade à morte (%)	109,3	109,1	109,2	105,9	109,0	106,7
Taxa Bruta de Mortalidade (‰)	10,3	10,2	10,2	10,4	9,7	10,2
Óbitos com menos de um ano	662	567	574	464	412	386
Taxa de Mortalidade Infantil (‰)	5,5	5,0	5,0	4,1	3,8	3,5
Esperança de vida à nascença (anos)						
Homens	72,9	73,4	73,68	74,00	74,53	74,9
Mulheres	79,9	80,4	80,56	80,57	80,98	81,4
Esperança de vida aos 45 anos (anos)						
Homens	31,4	31,8	31,91	31,94	32,26	32,52
Mulheres	36,6	37,0	37,13	37,1	37,39	37,69
Esperança de vida aos 65 anos (anos)						
Homens	15,2	15,6	15,68	15,68	15,95	16,16
Mulheres	18,6	19,0	19,15	19,07	19,30	19,55

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2004.

A taxa bruta de mortalidade estabilizou à volta dos 10 óbitos por mil habitantes, valor que se insere na média comunitária⁶ (UE25= 9,6‰ em 2005). A taxa bruta de mortalidade mais elevada situa-se na região do Alentejo (15,2‰) e a mais baixa na região do Norte (8,7‰) em 2005.

Entre os países da UE as taxas mais elevadas situavam-se na Letónia (14,2‰), na Hungria (13,5 ‰) Estónia (12,9‰) seguidas, pela Lituânia (12,8‰). A República Checa (10,5‰), Suécia (10,2‰), Dinamarca e Alemanha (10,1‰) posicionam-se acima da média comunitária. Ao contrário, as taxas mais baixas encontram-se na Irlanda (6,6‰) e no Chipre (7,2‰), A Irlanda surge assim, no contexto comunitário como o país que simultaneamente apresenta a taxa mais elevada de natalidade e a mais baixa de mortalidade, situação que deriva de ter uma população relativamente jovem comparada com a de outros estados membros.

Com uma taxa de mortalidade infantil igual a 3,5 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos Portugal situa-se, em 2005, pela segunda vez consecutiva a nível inferior à média comunitária, estimada⁷ para o mesmo ano (UE25 =4,5‰). A Letónia (7,8‰), Lituânia (6,8‰), Polónia (6,4‰) e a Eslováquia (6,2‰), surgem com as taxas mais elevadas, embora provisórias, enquanto a Suécia (2,4‰), e Luxemburgo (2,6‰) observam os níveis mais baixos. De ressaltar que a Grécia (4,1‰) e a Itália (4,7‰), ainda recentemente com níveis inferiores aos portugueses assumem, no presente níveis mais elevados. Os valores extremamente baixos que o indicador atingiu e o facto de o Eurostat divulgar a informação como provisória aconselham alguma prudência na sua análise anual e podem explicar as mudanças de posicionamento dos países. Como curiosidade pode adiantar-se que os antigos manuais de Demografia referiam que o nível de mortalidade infantil nunca poderia ser inferior a 5 ‰, pois este era a parte atribuída à componente endógena da mortalidade infantil sobre a qual não se conseguia actuar.

A análise das mortes segundo a nacionalidade do indivíduo revela que os valores não são muito significativos. A variável nacionalidade só em 1996 foi introduzida no verbete de óbito e registou, nesse mesmo ano, a morte de 378 indivíduos de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal. Aos indivíduos provenientes dos países africanos de língua portuguesa corresponde a quase totalidade de óbitos de nacionalidade africana. Dentro dos europeus, apesar de não representarem proporções significativas, as mais elevadas pertencem aos ingleses. Esta constatação confirma as diferentes razões que determinam a imigração e as diferentes idades em que a mesma ocorre.

^{6 e 7} Eurostat (2006) - Statistics in Focus, Population and Social Conditions, 16/2006

Quadro 8

Óbitos de nacionalidade estrangeira residentes em Portugal, por nacionalidade, 1996-2005						
Continentes / País de Nacionalidade	1996		2000		2005	
	nº	%	nº	%	nº	%
TOTAL	107 259	100,0	105 813	100,0	107 839	100,0
Europa	107 155	99,9	105 631	99,8	107 755	99,9
Portugal	106 881	99,7	105 285	99,7	107 462	99,7
Alemanha	48	0,04	55	0,05	42	0,04
Espanha	32	0,03	26	0,02	29	0,03
França	42	0,04	43	0,04	24	0,02
Países Baixos	20	0,02	28	0,03	23	0,02
Reino Unido	85	0,08	103	0,10	99	0,09
Ucrânia		0,00	26	0,02	21	0,02
Outros países Europa	47	0,04	65	0,06	55	0,05
África	22	0,02	51	0,05	51	0,05
Total dos PALP	19	86,4	45	88,2	48	94,1
Outros Países África	3	13,6	6	11,8	3	5,9
América	32	0,03	45	0,04	29	0,03
América do Norte	20	62,5	23	51,1	10	34,5
América Central e do Sul	12	37,5	22	48,9	19	65,5
Brasil	11	34,4	19	42,2	13	44,8
Outros Países América	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Ásia e Oceania	4	0,00	5	0,00	1	0,00
Pais Desconhecido	44	0,04	79	0,07	2	0,00
Total de óbitos de residentes estrangeiros	378	0,35	528	0,50	377	0,35

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas

As principais causas de morte⁸, registadas em 2004, último ano para o qual existe informação disponível sobre esta variável, são as doenças do aparelho circulatório (36,3%), os tumores/neoplasias (21,8%) e os sintomas, sinais e resultados anormais (9,6%). Entre as doenças do aparelho circulatório, as cerebro-vasculares continuam a ser a primeira causa de morte em Portugal. Os problemas de hipertensão, níveis elevados de colesterol, os hábitos alimentares e os estilos de vida incluindo a sedentarização, explicam a importância que estas causas de morte assumem quando comparadas com os países da UE. As doenças cerebro-vasculares (16,4% do total das mortes) representam o dobro das cardiopatias isquémicas (8,7%), afectam principalmente as mulheres e têm a maior expressão nas idades avançadas, ocorrendo 42% a partir dos 65 anos. Em 2004, a importância relativa da morte devida à referida causa continuou a progredir e assume particular relevância entre os homens a partir dos 50 anos sendo praticamente o dobro da ocorrida nas mulheres. A situação inverte-se a partir dos 75 anos de idade, quando a sobremortalidade feminina se torna fortemente gravosa, traduzindo a maior longevidade da mulher. Pode afirmar-se que as doenças cérebro vasculares, à semelhança das doenças isquémicas, pneumonia, doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas e as doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos estão particularmente associadas ao envelhecimento. Em 2004, os óbitos de homens com 65 ou mais anos representavam 74,0 % do total das mortes do sexo masculino (56,6 % em 2002). Para o mesmo ano 87,2 % das mulheres tinham morrido com idade igual ou superior a 65 anos (70,9 % em 2002).

⁸ Com base na 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID 10), em vigor em Portugal desde 2002.

Quadro 9

Principais causas de morte em Portugal (em percentagem do total de óbitos), 2002 e 2004

Causas de Morte	CID - 10 Lista Europeia	2002 (%)			2003 (%)			2004 (%)		
		HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Tuberculose	4	0,3	0,5	0,1	0,3	0,2	0,2	0,2	0,4	0,2
Doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH)	7	0,9	1,5	0,3	0,9	0,6	0,5	0,3	1,4	0,4
Tumores Malignos	9	20,9	23,7	17,8	20,8	24,0	17,4	21,8	24,8	18,5
Tumor maligno do esófago	10	0,5	0,8	0,2	0,5	0,8	0,2	0,6	0,9	0,2
Tumor maligno do estômago	11	2,4	2,8	1,9	2,3	2,7	1,8	2,3	2,7	2,0
Tumor maligno do colon	15	2,1	2,2	1,9	2,1	2,2	2,0	2,3	2,4	2,1
Tumor maligno da laringe, traqueia, brônquios e pulmões	17	3,2	5,0	1,2	3,3	5,3	1,1	3,4	5,4	1,2
Tumor maligno da mama feminina	21	1,5	0,0	3,0	1,4	0,0	2,9	1,4	0,0	3,0
Tumor maligno da próstata	24	1,6	3,1	0,0	1,6	3,0	0,0	1,7	3,2	0,0
Tumor maligno do tecido linfático, hematopoético e tecidos relacionados	27	1,7	1,7	1,6	1,7	1,8	1,6	1,7	1,7	1,7
Diabetes Mellitus	33	4,2	3,3	5,1	4,2	3,4	4,9	4,4	3,6	5,2
Doenças do Aparelho Circulatório	34	38,4	33,6	43,7	37,6	32,8	42,7	36,3	31,8	41,2
Cardiopatia Isquémica	35	8,9	9,4	8,4	8,8	9,0	8,6	8,7	9,1	8,2
Outras doenças cardíacas	36	6,6	5,3	8,0	6,4	5,2	7,7	6,5	5,3	7,8
Doenças cerebro-vasculares	39	18,3	15,2	21,8	17,5	14,6	20,6	16,4	13,7	19,4
Pneumonia	40	3,3	3,4	3,2	3,5	3,6	3,4	3,3	3,2	3,4
Doenças crónicas das vias aéreas inferiores	44	2,5	3,2	1,8	2,5	3,2	1,8	2,4	3,0	1,7
Doenças Crónicas do Fígado		1,6	2,2	0,9	1,5	2,1	0,8	1,6	2,3	0,9
Sintomas, Sinais e resultados anormais de exames clínicos e de laboratoriais, classificados em outra parte	55	9,4	8,3	10,7	10,0	8,8	11,2	9,6	8,6	10,7
Outras Causas de Morte		18,4	20,4	16,3	18,8	20,2	17,3	19,5	21,0	17,8
TOTAL DE ÓBITOS		100								
Acidentes de transporte	60	38,7	41,2	31,7	35,5	38,7	27,3	32,2	35,2	24,5
Lesões autoprovocadas intencionalmente	63	21,1	22,4	17,5	20,5	22,0	16,7	22,0	23,1	19,4
Outras Causas de Morte Externas	58	40,2	36,4	50,9	44,0	39,3	56,0	45,8	41,8	56,2
TOTAL CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE		100								

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2002-2004 (cálculo das autoras)

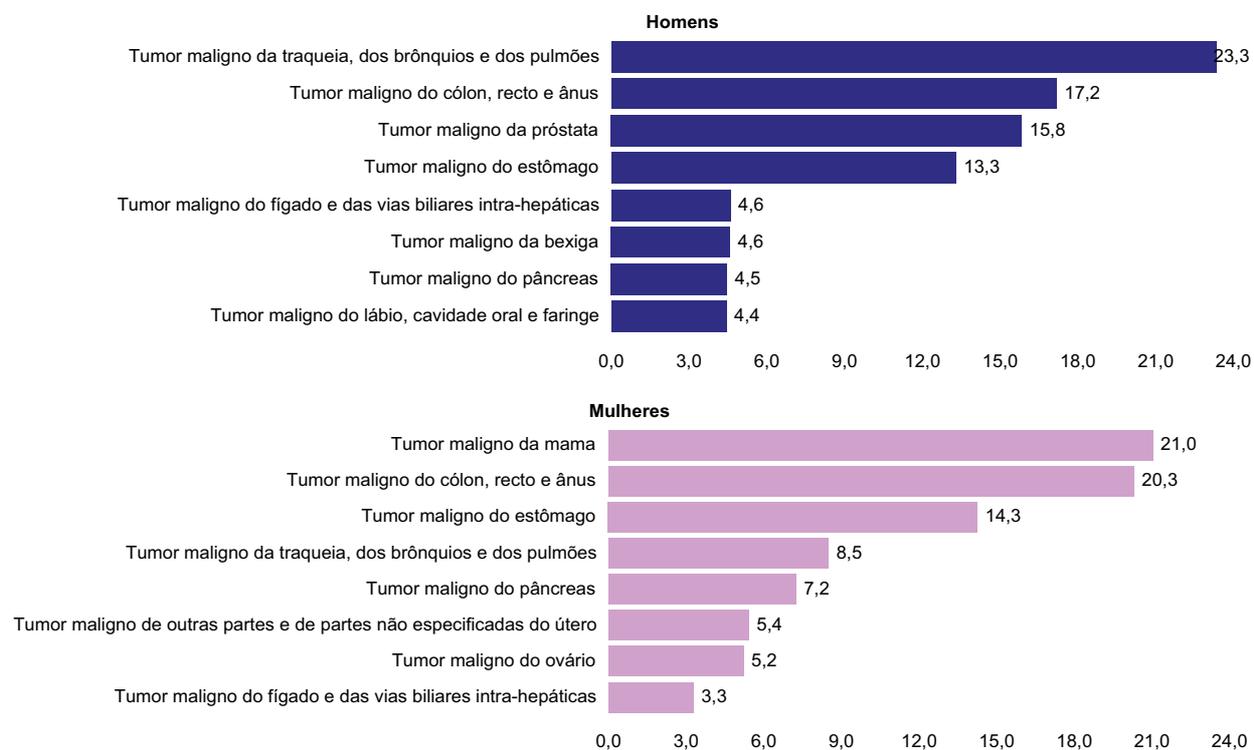
Entre os tumores malignos, em 2004, o da laringe, traqueia, brônquios e pulmões ocupa o primeiro lugar como causa de morte, nos homens (21,8%) e a quase totalidade ocorre nos indivíduos com 50 ou mais anos, atingindo a frequência máxima no grupo etário dos 70-74 anos. Segue-se o tumor da próstata (12,8%). Idêntica hierarquia é reservada, nas mulheres, ao tumor maligno da mama (15,9%) e ao do cólon (11,3%). Nas mulheres o tumor da mama começa, em 2004, a registar valores a partir dos 30 anos para se tornar mais frequente depois dos cinquenta ou mais anos.

O tumor do estômago adquire um peso idêntico tanto nos homens como nas mulheres (10,8%), e detém, em ambos os casos, a terceira posição.

As mortes atribuídas aos tumores malignos da laringe, traqueia, brônquios e pulmões, para os homens, e o da mama, para as mulheres, não cessam de aumentar, tal como as doenças cérebro vasculares em qualquer dos sexos, com maior incidência nas mulheres.

Figura 8

Tumores malignos por sexo (%), Portugal, 2004 (CID - 10)



Fonte: INE, Estatísticas da Saúde 2004 (cálculo das autoras)

Em 2004, registaram-se 1 760 óbitos por acidente de transporte (CID-10, Lista Europeia) concentrando-se quase metade no grupo etário dos 15-39 anos, e em particular na faixa etária entre os 20 e os 24 anos.

Quadro 10

Óbitos causados por acidentes de transporte (CID - 10), Portugal, 2002 - 2004									
Idades	2002			2003			2004		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
15-19	158	130	28	110	82	28	121	94	27
20-24	242	209	33	241	207	34	211	177	34
25-29	233	195	38	195	157	38	193	170	23
30-34	177	155	22	158	139	19	147	123	24
35-39	160	143	17	146	120	26	127	115	12
15-39	970	832	138	850	705	145	799	679	120
TOTAL	2 220	1 739	481	1 997	1 561	436	1 760	1 385	375
Em percentagem									
15-19	100	82,3	17,7	100	74,5	25,5	100	77,7	22,3
20-24	100	86,4	13,6	100	85,9	14,1	100	83,9	16,1
25-29	100	83,7	16,3	100	80,5	19,5	100	88,1	11,9
30-34	100	87,6	12,4	100	88,0	12,0	100	83,7	16,3
35-39	100	89,4	10,6	100	82,2	17,8	100	90,6	9,4
15-39	100	85,8	14,2	100	82,9	17,1	100	85,0	15,0
TOTAL	100	78,3	21,7	100	78,2	21,8	100	78,7	21,3

Fonte: INE, Estatísticas da Saúde, 2002-2004 (cálculo das autoras)

Não é possível, com base no registo das Estatísticas de Saúde, fonte de informação para o estudo do fenómeno da mortalidade apurar os óbitos causados por acidentes em veículos de duas rodas e se a morte ocorre enquanto condutores ou como passageiros.

A quase totalidade das mortes devidas às doenças do sistema nervoso e dos órgãos dos sentidos observa-se nas pessoas idosas e, em particular nas mais idosas. As mortes provocadas pela diabetes mellitus ocorrem essencialmente nas idades superiores a 74 anos e sobretudo nas mulheres. Situação idêntica verifica-se com a doença de Alzheimer.

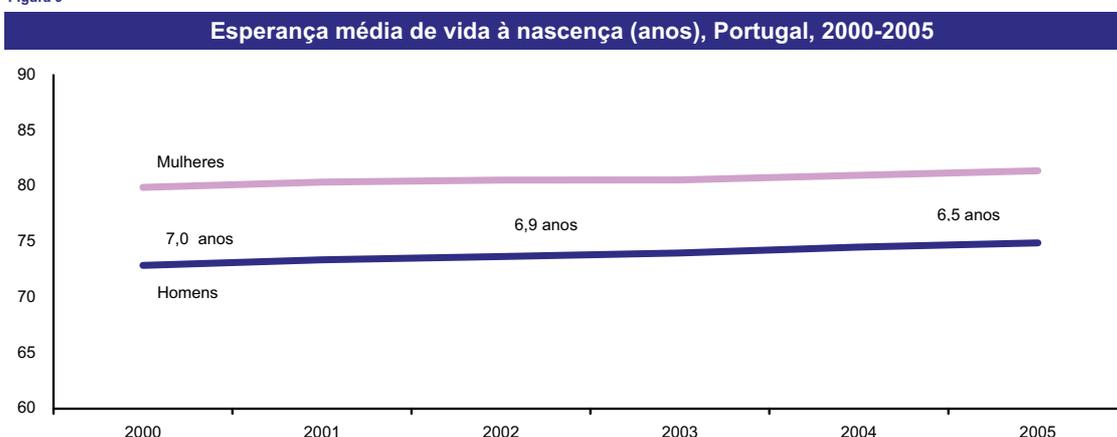
5. Esperança de vida

A análise de tábuas de mortalidade sucessivas permite identificar o avanço no campo da esperança de vida. Entre 2000 e 2005 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 2,0 anos para os homens e 1,5 anos para as mulheres e situou-se em 74,9 anos e 81,4 respectivamente, valores ainda afastados da média europeia estimada pelo Eurostat⁹ (75,8 anos nos homens e 81,9 anos nas mulheres em 2005) e que o colocam num lugar intermédio tanto para os homens como para as mulheres. Contudo, as disparidades na esperança de vida à nascença diminuíram, comparativamente à média comunitária, passando nos homens de 1,2 anos em 2000 para 0,8 anos em 2005. Para as mulheres as diferenças desceram de 0,8 anos para 0,5 anos.

O ritmo de crescimento da longevidade em Portugal, no período em análise, foi mais rápido entre os homens (2,8%) do que entre as mulheres (1,9%), provocando o atenuar do fenómeno da sobremortalidade masculina, à semelhança do verificado em outros países. O aumento de longevidade tende a abrandar à medida que os ganhos de vida progridem. As mulheres desde o início deste século que apresentam um esperança média de vida superior a oitenta anos.

Os valores analisados são deduzidos de tábuas de mortalidade abreviadas assentes em uma média de óbitos para minimizar os efeitos das oscilações anuais dos óbitos.

Figura 9



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

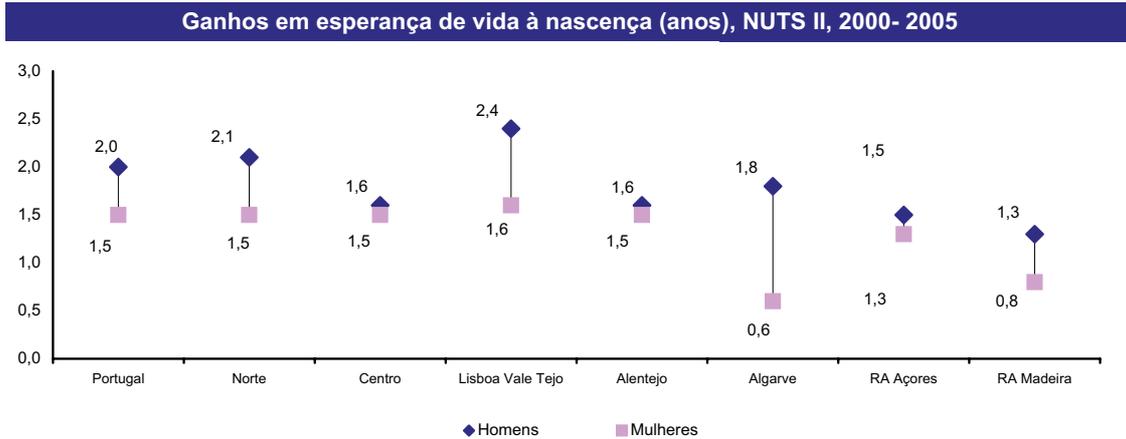
Com o alargamento da Europa Comunitária aumentou a amplitude da esperança de vida observando-se os valores mais elevados, para os homens, na Suécia (78,4 anos) e para as mulheres em Espanha (83,9 anos) e França (83,8 anos). Os níveis mais baixos são pertença da Lituânia (65,4 anos), Letónia (65,6 anos), Estónia (67,3 anos), e Hungria (68,6 anos), no caso dos homens e Lituânia e Letónia para as mulheres ambos com 77,4 anos.

O progresso em termos de esperança média de à nascença, entre 2000 e 2005, é transversal a todas as regiões NUTS II do país, embora com diferente intensidade. É no Centro que tanto homens como mulheres vivem em média, o maior número de anos (75,7 anos e 81,9 anos, respectivamente em 2004/2005,). Ao contrário, é na Regiões Autónoma que em média se vive menos, não tendo os homens (69,3) conseguido ultrapassar os setenta anos enquanto as mulheres alcançam os 78, 2 anos de vida média.

No período 2000-2005, é em Lisboa e Vale do Tejo que se regista o maior aumento de esperança de vida à nascença, quantificado em 2,4, anos para os homens e 1,6 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira no que refere aos homens (1,3 anos) e no Algarve no que se reporta às mulheres (0,6 anos). Na Região Autónoma dos Açores o indicador observou um aumento de 1,3 anos, nos homens, facto que lhes permitiu ultrapassar os 70 anos de vida média (70,8 anos em 2005).

⁹ Sobre esta temática ver Carrilho, Maria e Patrício, Lurdes in "Situação Demográfica Recente" pp132 na RED 38

Figura 10



Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas de População Residente (cálculo das autoras)

Os ganhos alcançados no campo da mortalidade não variam de modo uniforme em cada idade. Em Portugal, os acréscimos de esperança de vida ocorreram em todas as idades estimando-se que os valores sejam superiores nos homens até aos 65 anos, facto que explica a sua evolução positiva no período analisado.

Actualmente, estima-se que os homens que atinjam os 65 anos de idade vivam ainda mais 16 anos, enquanto as mulheres que alcancem a mesma idade podem esperar viver, em média, mais 20 anos. Enquanto que os homens que celebram os 80 anos podem esperar viver mais sete anos as mulheres podem sobreviver mais 8,3 anos.

No período 2000-2005, e a partir dos 70 anos de idade os acréscimos em termos de esperança média de vida foram muito próximos, tanto para homens como para mulheres, e mais modestos, inferiores a um ano. É em Lisboa e Vale do Tejo que se regista o maior aumento de esperança de vida à nascença, quantificado em 2,1 anos para os homens e 1,6 anos para as mulheres. Em oposição, os menores ganhos ocorreram na Região Autónoma da Madeira no que refere aos homens (1,3 anos) e no Algarve no que se reporta às mulheres (0,6 anos). Na Região Autónoma dos Açores o indicador observou um aumento de 1,3 anos, nos homens, facto que lhes permitiu ultrapassar os 70 anos de vida média (70,8 anos em 2005 Lisboa e Vale do Tejo é a região que mais contribui para o aumento da esperança de vida, em todas as vidas, tanto para homens como para mulheres.

A sobremortalidade masculina está bem visível na análise do fenómeno da mortalidade para cada sexo e idades. O excesso de mortalidade masculina face à mortalidade feminina, expresso através da relação da sobremortalidade, cresce desde a nascença e atinge o valor máximo no ano de 2005 na idade exacta dos 20 anos, idade em que o risco de morte é ligeiramente superior a três homens por cada mulher. O rácio desce gradualmente com o avanço da idade, permanecendo triplo até à idade dos 45 anos. Aos 75 anos o risco de morte dos homens é praticamente duplo da mulher.

As causas desta longevidade encontram-se na maior protecção hormonal que a mulher possui até atingir a menopausa. Os avanços na medicina e a adopção de tratamentos hormonais de substituição, eventualmente podem conferir uma posição favorável às mulheres que contrabalança todas as situações de stress, provocadas pela sua maior participação no mercado de trabalho, envolvimento em acidentes de veículos a motor e a adopção de comportamentos de risco semelhantes aos dos homens, no que se refere ao consumo de álcool e tabaco.

Espera-se que em 2005, de 100 000 nados vivos, só 92 359 homens alcancem a idade exacta dos 50 anos, número substancialmente inferior ao das mulheres que sobrevivem à mesma idade (96 755).

De ressaltar que o número estimado de homens sobreviventes aos 80 anos (45 216), em 2005, é inferior ao número de mulheres sobreviventes à mesma idade em 1991/92 (56 270).

Quadro 11

Esperança de vida e níveis de sobrevivência às diversas idades, Portugal, 2000-2005												
Anos	e ₀ anos		e ₂₀		e ₅₀		e ₆₀		e ₇₀		e ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Esperança de vida (ex)												
1999/00	72,89	79,90	53,91	60,67	27,08	31,95	18,90	22,94	11,81	14,57	6,47	7,81
2000/01	73,39	80,37	54,38	61,08	27,49	32,35	19,29	23,32	12,15	14,92	6,81	8,17
2001/02	73,68	80,56	54,61	61,25	27,63	32,50	19,43	23,45	12,27	15,03	6,86	8,18
2002/03	74,00	80,57	54,81	61,24	27,67	32,45	19,46	23,40	12,26	14,94	6,75	8,01
2003/04	74,53	80,98	55,26	61,58	27,97	32,73	19,75	23,66	12,46	15,16	6,86	8,14
2004/05	74,90	81,39	55,61	61,92	28,20	33,02	19,99	23,93	12,63	15,40	6,98	8,31
Anos	l ₀ anos		l ₂₀		l ₅₀		l ₆₀		l ₇₀		l ₈₀	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
Número de sobreviventes (lx)												
1999/00	100 000	100 000	98 459	98 974	90 492	95 971	83 472	92 529	68 590	84 567	40 008	62 120
2000/01	100 000	100 000	98 518	99 056	90 712	96 082	83 887	92 750	69 484	85 110	41 301	63 051
2001/02	100 000	100 000	98 609	99 092	90 976	96 173	84 174	92 898	69 948	85 413	42 063	63 939
2002/03	100 000	100 000	98 789	99 112	91 478	96 307	84 648	93 035	70 539	85 661	42 642	64 334
2003/04	100 000	100 000	98 921	99 206	92 010	96 563	85 328	93 384	71 707	86 224	44 177	65 637
2004/05	100 000	100 000	98 959	99 297	92 359	96 755	85 653	93 672	72 470	86 699	45 216	66 767

Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente intercensitárias, 1991-2000 e Estimativas Provisórias de População Residente 2001-2005

6. As migrações e a população estrangeira

O contributo das migrações na dinâmica do crescimento da população depende do sentido, das características que revelam e da sua duração. Desde 1993, que o saldo migratório é a principal componente do acréscimo populacional em Portugal.

Podem distinguir-se dois tipos de impacte dos migrantes na população de acolhimento. Um, que actua nos comportamentos demográficos de fenómenos como a fecundidade, modelos familiares e mortalidade, para o qual contribuem os imigrantes que permanecem há mais tempo no país. Outro, e este mais imediato incide sobre a estrutura da população ou seja na repartição por sexo e idades e são obra dos imigrantes recentes. Estas diferenças explicam-se pelos motivos que determinam a saída dos países de origem e que ¹⁰se prendem maioritariamente a motivos de natureza económica.

A população estrangeira de acordo com os Censos de 2001 é mais jovem do que a população nacional, e concentra-se na faixa da população em idade activa. Ora, esta é precisamente a população mais afectada pela emigração portuguesa, o que pode atenuar o efeito sobre a estrutura da população em idade activa.

A repartição por sexos da população estrangeira difere da população nacional na qual as mulheres são supranumerárias, como resultado da sua maior longevidade. Ao contrário, os homens predominam na população de nacionalidade estrangeiras, em particular no caso das populações não comunitárias, como resultado provável da sua maior representatividade no processo migratório. De facto, no início, as migrações por natureza económica são sobretudo masculinas. Em fase posterior, ocorre o reagrupamento familiar e os fluxos migratórios tendem para um maior equilíbrio na repartição por sexo. No entanto, nos anos mais recentes a relação de feminilidade desta população tem aumentado.

¹⁰ As recomendações ONU/Eurostat para a ronda dos Censos 2010, recentemente aprovadas, relevam a recolha do fenómeno.

As migrações afectam a estrutura por sexo e por idades de uma população, quer de um modo directo, pela repercussão nos efectivos da população de origem e na de acolhimento, quer de um modo indirecto, pela transferência de nascimentos que podem ter associadas.

A avaliação das migrações internacionais e internas em Portugal apresenta dificuldades particulares, na medida em que não existe um registo directo e exaustivo dos respectivos acontecimentos.

As migrações são no presente o principal factor a influenciar a variação das populações dos países desenvolvidos, devido aos diminutos saldos naturais alcançados, e Portugal como se mostrou não é excepção. A quantificação do fenómeno torna-se, assim, cada vez mais premente¹¹.

As entradas provenientes do estrangeiro têm duas componentes, uma a de indivíduos com nacionalidade estrangeira e outra de indivíduos com nacionalidade portuguesa, normalmente designados como regresso de emigrantes. Segundo os Censos 2001, confirma-se que esta última componente continua a ser relevante e atinge cerca de 60% do total dos indivíduos recenseados em Portugal e que declararam residir no estrangeiro em 1995, perde peso e corresponde a 51 % das entradas ocorridas posteriormente a 1999. Estas duas populações, de nacionalidade portuguesa e estrangeira apresentam estruturas por sexo e idades diferentes e consequentemente provocam efeitos também diferentes, pois os motivos que as conduzem são igualmente diversos¹².

A população estrangeira com autorização de residência em Portugal no final do ano de 2005 ascendia, segundo o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras do Ministério da Administração Interna (SEF/MAI), a 275 906 indivíduos, (números provisórios), ou seja uma variação positiva de 4,7% comparativamente ao ano anterior, e inferior à registada de 2003 para 2004 (5,3%). Esta população situava-se, sobretudo, na faixa etária correspondente à população em idade activa.

¹¹ Sobre esta temática ver MAGALHÃES, Maria da Graça "Migrações Inter NUTS II e Projecções Regionais de População Residente" no número 34 da Revista de Estudos Demográficos (RED).

¹² Sobre esta temática ver Maria I. Baganha, José Carlos Marques e Pedro Góis "Imigrantes de Leste em Portugal" no número 38 da RED

Quadro 12

População estrangeira com residência legalizada em Portugal, 2000-2005						
Continente / País de Nacionalidade	2000	2001	2002	2003*	2004*	2005*
Total	207 587	223 997	238 929	249 995	263 353	275 906
<i>Homens</i>	118 271	125 958	132 663	137 607	143 369	148 700
<i>Mulheres</i>	89 316	98 039	106 266	112 388	119 984	127 206
Europa	61 678	67 127	72 229	77 124	83 656	88 560
Alemanha	10 385	11 167	11 878	12 539	13 098	13 571
Bélgica	2 115	2 278	2 434	2 552	2 656	2 742
Espanha	12 229	13 645	14 599	15 281	15 874	16 383
França	7 193	7 817	8 377	8 841	9 249	9 602
Itália	3 030	3 380	3 771	4 185	4 569	4 816
Moldávia	15	45	97	270	1 047	1 374
Países Baixos	4 075	4 460	4 812	5 102	5 349	5 640
Reino Unido	14 096	14 953	15 903	16 860	17 977	18 966
Roménia	369	508	615	764	1 212	1 556
Rússia	519	596	699	858	1 151	1 335
Suécia	1 235	1 317	1 371	1 405	1 457	1 496
Suíça	1 363	1 407	1 472	1 555	1 616	1 662
Ucrânia	163	203	299	525	1 523	2 070
Outros Países Europa	4 891	5 351	5 902	6 387	6 878	7 347
África	98 769	107 309	114 399	117 954	121 638	125 934
Angola	20 416	22 751	24 782	25 616	26 520	27 697
Cabo Verde	47 093	49 845	52 223	53 434	54 806	56 433
Guiné Bissau	15 941	17 791	19 227	20 041	20 583	21 258
Moçambique	4 619	4 725	4 864	4 916	4 955	5 074
S. Tomé e Príncipe	5 437	6 304	6 968	7 279	7 829	8 274
Total dos Países	93 506	101 416	108 064	111 332	114 693	118 736
Outros Países África	5 263	5 893	6 335	6 668	6 945	7 198
América	37 590	39 018	40 535	42 509	44 892	47 725
América Norte	10 195	10 183	10 138	10 116	10 114	10 108
EUA	8 022	8 023	8 000	7 998	7 992	8 003
América Central e do Sul	27 395	28 835	30 397	32 393	34 778	37 617
Brasil	22 202	23 422	24 762	26 508	28 732	31 546
Venezuela	3 494	3 508	3 520	3 517	3 459	3 330
Ásia	8 746	9 724	10 938	11 565	12 331	12 847
China	3 282	3 953	4 529	4 810	5 273	5 530
Índia	1 290	1 360	1 525	1 612	1 687	1 770
Japão	789	800	818	838	851	864
Paquistão	956	1 034	1 194	1 279	1 345	1 382
Oceânia	526	537	545	557	554	556
Austrália	470	476	483	489	486	488
Outros Países Ásia e Oceânia	2 429	2 577	2 872	3 026	3 175	3 301
Apátridas e Desconhecida	278	282	283	286	282	284

Fonte: Ministério da Administração Interna / Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (MAI/SEF)

Nota: A informação a desde 2000 foi revista pelo MAI/SEF em Setembro de 2006. Este facto explica eventuais diferenças com a informação reportada na RED nº 38.

* Valores Provisórios

No que se refere às regiões de origem, constata-se que a grande maioria dos estrangeiros continua a ser de origem africana e de língua portuguesa (PALP), proporção que aumentou sempre nos anos noventa para se situar em 45,6%, em 2005. A população cabo-verdiana (20,5%) constitui a parte mais significativa da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, tendo, no entanto, perdido importância relativa, face a 1990 (menos 8 pontos percentuais), à semelhança da moçambicana (menos um ponto percentual). Ao contrário, os imigrantes com nacionalidade angolana cresceram de 4,9% para 10,0% e os guineenses de 3,7% para 7,7%. Os nacionais de São Tomé e Príncipe revelam uma tendência em alta, de 1,9 % para 3,0%, no mesmo período, mas em número substancialmente inferior às nacionalidades mais relevantes.

Da Europa tiveram origem 32,1% dos indivíduos estrangeiros a residir legalmente em Portugal em 2005, representando uma variação positiva de 6% face ao ano anterior. Este acréscimo resulta do aumento dos fluxos provenientes dos países do leste europeu, em especial; da Ucrânia; Moldávia; Rússia e Roménia¹³.

Do conjunto dos países da UE, o Reino Unido (6,9%), Espanha (5,9%) e Alemanha (4,9%) assumem as posições mais importantes, mantendo os mesmos valores nos últimos anos. Os nacionais do Brasil subiram 30 % entre 1990 e 2005 e são responsáveis pela maioria dos residentes estrangeiros provenientes da América Central e do Sul. A Ásia ganha importância no conjunto da população estrangeira legalizada e atinge os 4,7% em 2005, contribuindo, essencialmente, os nacionais da China para o acréscimo.

Do total da população estrangeira com residência legalizada em Portugal, em 2005, 53,9% eram indivíduos do sexo masculino e 46,1% do sexo feminino contra 54,4% e 45,69% no ano anterior continuando o atenuar da sobre representatividade masculina. A relação de masculinidade é particularmente elevada entre a população de nacionalidade africana, na qual por cada 100 mulheres residentes em Portugal existem 131 homens. O rácio é mais equilibrado entre a população europeia (110 homens por 100 mulheres). Dentro dos países da UE o número de mulheres excedia o de homens nas nacionalidades espanhola (103), a que se juntam as mulheres com nacionalidade brasileira (114) e outros países da América Central e do Sul, embora não muito expressivos em termos de efectivos. A relação de feminilidade tem vindo a subir, facto que indicia ou o intensificar da entrada de mulheres na situação de imigrantes ou por motivo de reagrupamento familiar.

Devido à intensidade do fenómeno migratório em situação irregular realizaram-se duas operações de legalização extraordinária, em 1992 e em 1996, que originaram a legalização de 39 166 e 35 082 cidadãos estrangeiros, respectivamente. Em ambas as operações a maioria dos pedidos, cerca de 70% pertenceu aos nacionais dos países de língua portuguesa (PALP) e dentro desta predominou a nacionalidade angolana, embora tenham perdido peso entre uma e outra.

Ainda, e de acordo, com a informação do SEF, em 2005, foram prorrogadas 93 391 autorizações de permanência e 46 637 vistos de longa duração nos quais se incluem as categoria de trabalho, estada temporária e estudo.

No que se refere à emigração, os problemas em quantificar os fluxos agravaram-se em 1988 quando foi extinto o *Passaporte de Emigrante*¹⁴ e com a adesão à União Europeia, devido à livre circulação de pessoas nas fronteiras e com o acordo de Schengen celebrado em 1999.

Na emigração portuguesa destacam-se algumas fases de evolução. Uma, que regista o primeiro grande surto emigratório da história contemporânea portuguesa, sobretudo para o Brasil, e que se localiza entre 1911 e 1920 atingindo o valor máximo em 1912; outra, de maior intensidade e que corresponde ao grande ciclo de emigração portuguesa para a Europa, ocorre durante a guerra colonial, situa-se entre 1962 a 1973, e origina a diminuição da população portuguesa durante este período. Ambas as fases têm subjacentes saídas de carácter permanente ou seja, por períodos iguais ou superiores a um ano. A partir do final dos anos oitenta, a emigração portuguesa, assume alguma expressão, mas prevalecem os fluxos de carácter temporário, ou seja por período inferior a um ano, situação que, segundo se estima, tenha tido continuidade no início do presente século¹⁵.

¹³ Decreto-lei 438/88

¹⁴ Sobre esta temática ver Moreira, Humberto "Emigração Portuguesa (Estatísticas retrospectivas e reflexões temáticas)" no número 38 da RED

¹⁵ A informação para 2004 e 2005 não está disponível.

Adoptando uma média das correntes emigratórias permanentes e temporárias deduzida do Inquérito ao Movimento Migratório de Saídas (IMMS) realizado pelo INE, pode apontar-se para um total de 118 080 saídas no período de 1994-2003¹⁶, valores muito afastados dos verificados nos anos sessenta e início dos setenta do século vinte, quando só num ano se atingiu aquele quantitativo.

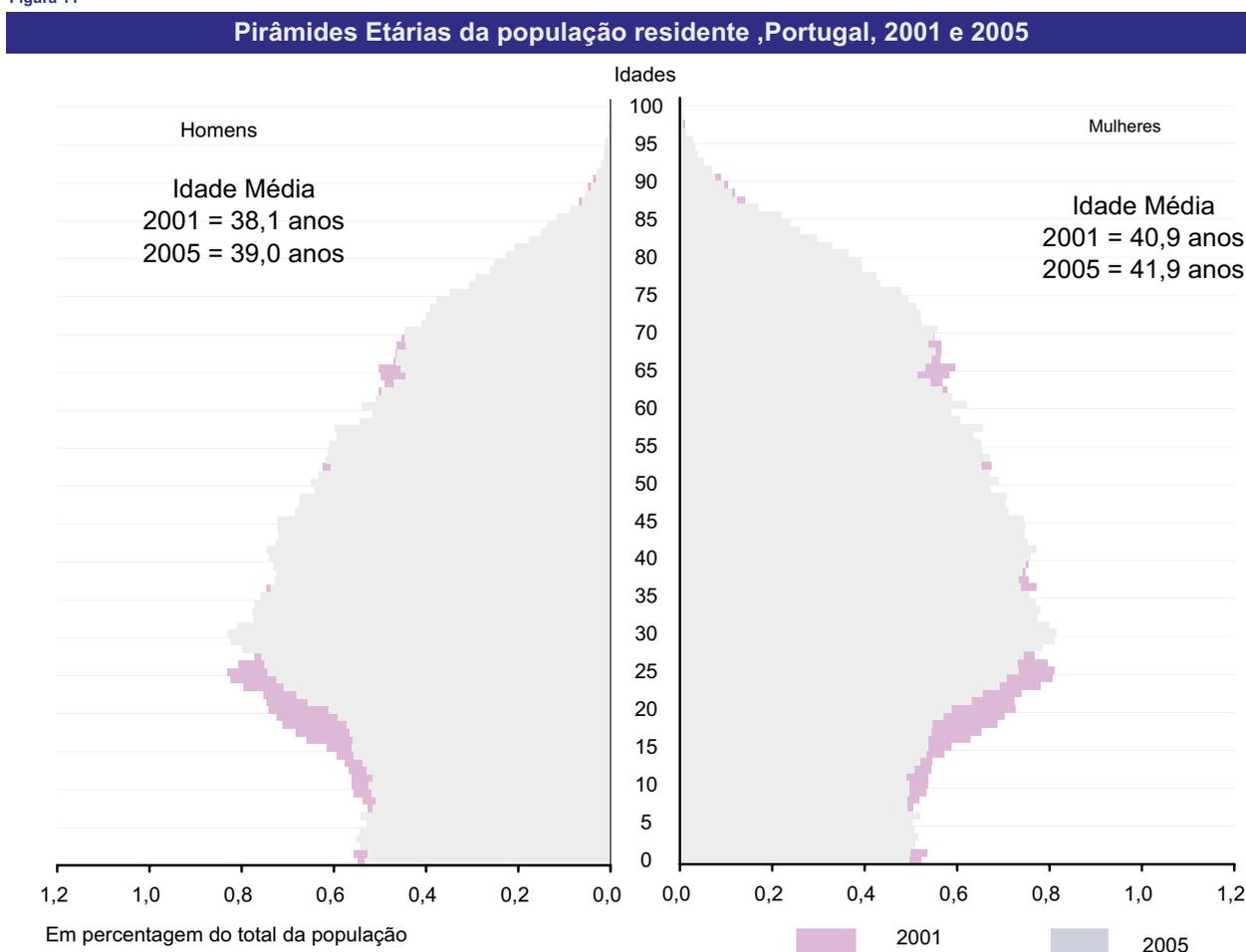
Quantificar os fenómenos migratórios é uma tarefa difícil, tendo em conta a livre circulação no âmbito da comunidade europeia. Alguns especialistas na matéria defendem que os fluxos de entrada e saída no espaço comunitário não devem ser considerados como fluxos migratórios. Este foi também o entendimento dos franceses¹⁷ com a lei de 26 de Novembro deixaram de conseguir captar o número de estrangeiros residentes em França, na medida em que a referida lei não obriga os indivíduos provenientes do espaço económico e da Suíça a terem um título de residência. No momento em que o saldo migratório assume uma relevância enorme no crescimento da população devido à tendência para zero do saldo natural torna-se mais premente ainda a sua quantificação.

7. Estruturas etárias e Envelhecimento

A pirâmide de Portugal evidencia a forte queda de fecundidade, com reflexo nas idades jovens, e o significativo aumento da esperança de vida, bem visível no alargamento das idades avançadas.

Figura 11

Figura 11



¹⁶ Population, Numéro 4, 2006; "L'évolution démographique Récente en France" P.P.395, INED ; Paris'

¹⁷ INE (2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa.

Os ganhos alcançados em termos de esperança de vida induziram o aumento da idade média da população em cerca de 3,3 anos, que passou de 35,5 anos em 1991, para 39,0 anos, em 2005, nos homens, e de 38,2 anos para 41,9 anos nas mulheres. O cálculo da idade mediana permite eliminar os efeitos das idades extremas e estima-se, em 2005, em 37 anos para os homens e 40 anos para as mulheres.

Os desequilíbrios entre os efectivos masculinos e femininos nas idades avançadas, consequência da desigualdade perante a morte, anteriormente analisada, estão bem marcados no desenho da pirâmide.

O aumento conjuntural da natalidade verificado nos últimos cinco anos do século passado é notório nas gerações mais novas mas revelou-se insuficiente para compensar o declínio da percentagem de jovens na população. Na realidade, os efeitos da queda da fecundidade são bastante duradouros e difíceis de recuperar e estão bem expressos na redução da população jovem, que em 1995 tinha um peso relativo na população total de 17,5%, em 2000 de 16,0 % e em 2005 apenas de 15,6 %.

A população em idade activa dos 15-64 anos, que cresceu ligeiramente de 1995 para 2000, como efeito da imigração masculina ocorrida no período, inverteu a tendência entre 2000 e 2005 e perdeu importância relativa, passando de 67,6% e 67,3 % respectivamente. Dentro da população em idade activa ou adulta, ressaltam duas dinâmicas de evolução opostas, com a população mais nova a baixar e a população mais velha a aumentar. De facto, a população em idade activa mais jovem (15-24 anos) desceu para 12,2% em 2005 (14,3% em 2000 e 15,9% em 1995) enquanto a população com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos não cessa de crescer para atingir 55,1% em 2005 (53,4% em 2000 e 51,6% em 1995). Uma outra decomposição da população em idade activa mostra idêntica tendência: a população dos 15-44 anos desce 42,6 % em 2005 (44,0% em 2000 e 44,5% em 1995) Ao contrário, a população dos 45-64 anos, ou seja a população em idade activa mais velha, eleva-se de 23,0% 1995, para 23,7% e em 2000 para atingir 24,7% em 2005. Este comportamento evidencia o envelhecimento da população em idade activa.

A população idosa, ou seja, igual ou superior a 65 anos, representava em 1995, cerca de 15,0 %, (16,4% em 2000) reforçou essa posição aumentando continuamente até atingir os 17,1% em 2005. Esta faixa etária em 2004, último ano para o qual se conhece a informação do Eurostat, ultrapassa a média estimada para UE25 (16,5%). Dentro da população idosa, o crescimento é mais forte nos idosos mais velhos.

O envelhecimento está bem evidenciado na evolução do peso relativo da população com 75 ou mais anos que subiu 6,8 % em 2000 para 7,5%. em 2005. A tendência é mais acentuada entre as mulheres (8,1 % em 2000 e 9,0 % em 2005). A população desta faixa etária representa quase metade da população idosa.

A proporção dos mais idosos (80 ou mais anos) na população idosa em 2005 eleva-se a 22,9 % sendo 19,5% nos homens e 25,4 % nas mulheres expressando o fenómeno da sobremortalidade masculina, contra 19,4% e 25,2%, respectivamente para homens e mulheres, no ano anterior.

A estrutura etária da população portuguesa resulta das diferentes evoluções dos movimentos natural e migratório ao longo do período em observação, traduzida em uma nova distribuição dos grupos etários, com um número de pessoas idosas superior ao número de jovens, e está bem reflectida nos indicadores demográficos normalmente apresentados para medir o envelhecimento. Em 2000 por cada 100 jovens com menos de quinze anos havia cerca de 102 idosos, em 2004 o rácio eleva-se para 110 idosos.

Quadro 13

Estrutura por idades da população residente(%) e índices resumo, por sexo, Portugal, 1995-2005							
Indicadores	1995	2000	2001	2002	2003	2004	2005
População com 0 - 14 anos	17,5	16,0	15,9	15,8	15,7	15,6	15,6
<i>Homens</i>	18,6	17,0	16,8	16,8	16,7	16,6	16,5
<i>Mulheres</i>	16,5	15,1	15,0	14,9	14,9	14,8	14,7
População com 15 - 64 anos	67,5	67,6	67,6	67,5	67,4	67,3	67,3
<i>Homens</i>	68,5	68,9	68,9	68,8	68,8	68,7	68,7
<i>Mulheres</i>	66,6	66,5	66,4	66,3	66,2	66,1	66,0
População com 65 ou mais anos	15,0	16,4	16,5	16,7	16,8	17,0	17,1
<i>Homens</i>	12,9	14,2	14,3	14,4	14,5	14,7	14,8
<i>Mulheres</i>	16,9	18,4	18,6	18,8	18,9	19,2	19,3
População com 75 ou mais anos	5,9	6,8	6,9	7,0	7,2	7,3	7,5
<i>Homens</i>	4,5	5,3	5,5	5,6	5,6	5,8	5,9
<i>Mulheres</i>	7,1	8,1	8,3	8,4	8,6	8,8	9,0
População com 80 ou mais anos	3,1	3,4	3,5	3,6	3,7	3,8	3,9
<i>Homens</i>	2,2	2,5	2,6	2,6	2,7	2,8	2,9
<i>Mulheres</i>	3,9	4,3	4,4	4,5	4,6	4,7	4,9
Índice de dependência total	48,2	47,9	47,8	47,7	47,6	47,8	48,0
<i>Homens</i>	46,1	102,2	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1
<i>Mulheres</i>	50,2	83,6	85,1	86,1	87,2	88,7	89,7
Índice de dependência jovens	25,9	23,7	23,5	23,4	23,3	23,2	23,1
<i>Homens</i>	27,2	24,6	24,4	24,4	24,3	24,1	24,0
<i>Mulheres</i>	24,7	22,7	22,6	22,5	22,5	22,4	22,2
Índice de dependência idosos	22,3	24,2	24,5	24,7	24,9	25,3	25,4
<i>Homens</i>	18,9	20,6	20,8	21,0	21,1	21,4	21,5
<i>Mulheres</i>	25,5	27,7	28,0	28,3	28,6	29,0	29,3
Índice de envelhecimento	85,8	102,2	104,2	105,5	106,8	108,7	110,1
<i>Homens</i>	69,6	83,6	85,1	86,1	87,2	88,7	89,7
<i>Mulheres</i>	102,9	121,8	124,2	125,8	127,5	129,8	131,5
Índice de longevidade	39,0	42,0	42,3	42,6	43,1	43,85	25,4
<i>Homens</i>	35,1	38,2	38,5	38,8	39,2	39,94	21,5
<i>Mulheres</i>	41,8	44,6	45,0	45,4	45,9	46,67	29,3

Fonte: Estimativas de População Residente aferidas com os resultados definitivos dos Censos 2001, tendo em conta os erros de cobertura dos Censos 1991 e 2001 e Estatísticas Demográficas.

A proporção é mais elevada no caso das mulheres devido à maior longevidade que possuem e anteriormente referida. O indicador subiu de 122 idosas por cada 100 jovens em 2000, para 132 em 2005. Desde 1995 que as mulheres idosas ultrapassam em número as mulheres jovens.

Figura 12

Taxa de crescimento natural (por mil habitantes) Portugal, 2005

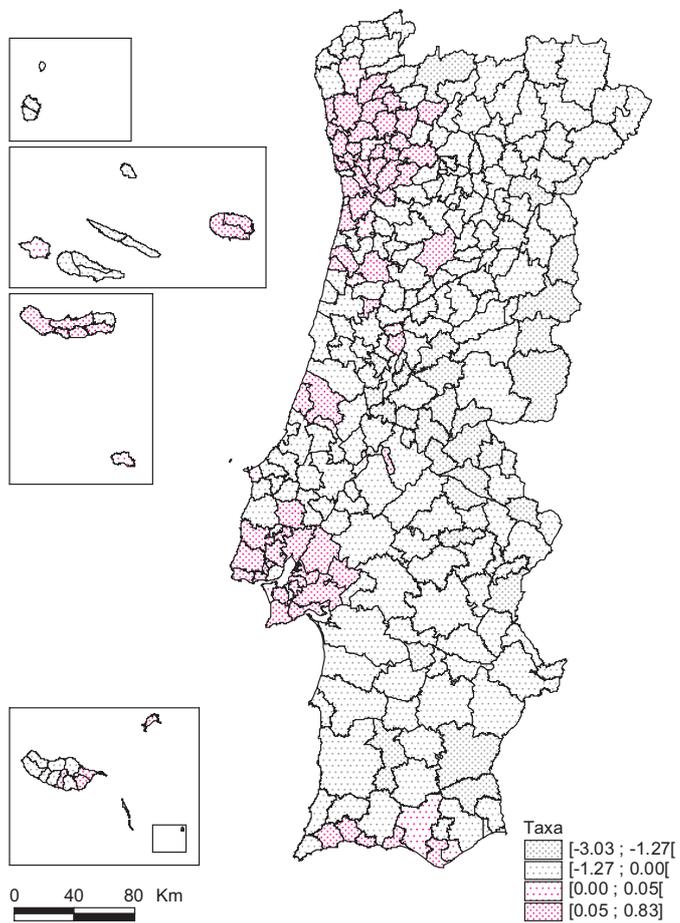
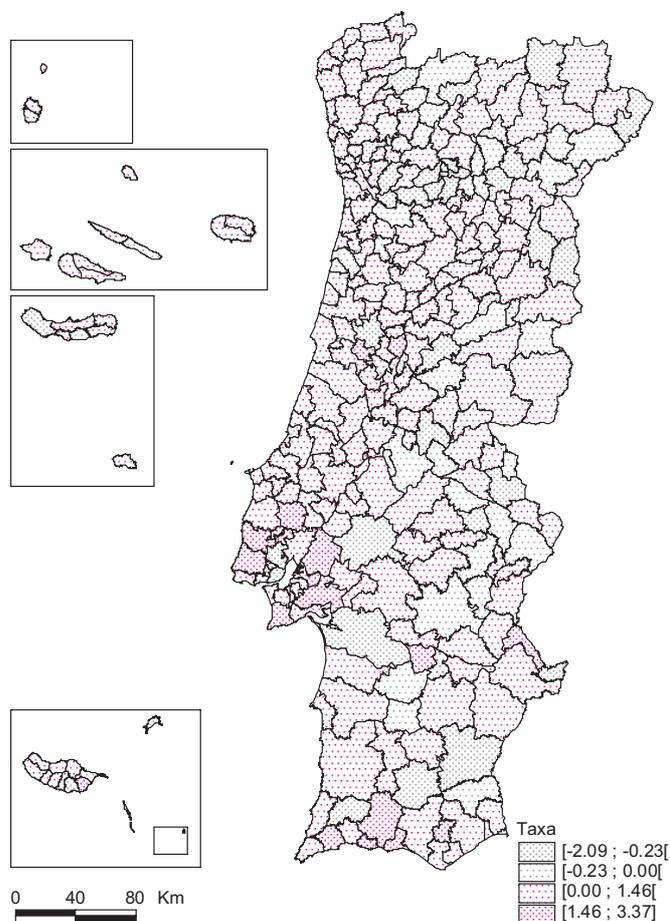


Figura 13

Taxa de crescimento migratório (por mil habitantes), Portugal, 2004



A relação entre a população em idade activa (15-64 anos) e a população dependente (com menos de quinze anos e com 65 ou mais anos) está expressa no índice de dependência total que se manteve nos 48 dependentes em 1995 e em 2005. Este indicador contém duas evoluções opostas; uma descendente, a do índice de dependência de jovens que passou de 26 jovens a cargo para 23, no período e reflecte a baixa natalidade, e outra ascendente que se traduz num aumento do índice de dependência de idosos de 24 para 25, resultante do aumento da esperança de vida em idêntico período. O índice de dependência de idosos não cessa de aumentar e resulta sobretudo da acentuada queda de fecundidade, pois os ganhos no campo da mortalidade observam-se em todas as idades e em especial na mortalidade infantil.

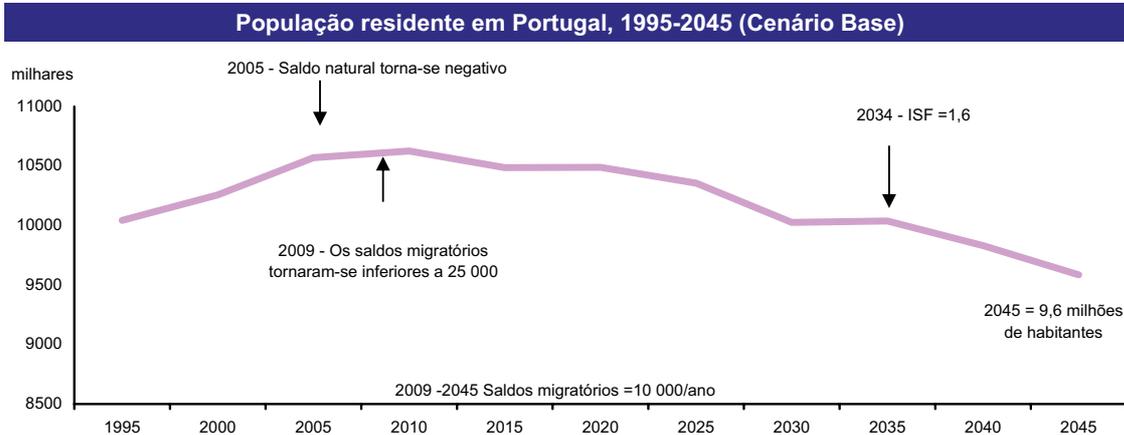
O índice de envelhecimento, que compara a população com 65 e mais anos com a população de idade inferior a 15 anos, assume diferentes evoluções demográficas a nível regional e é na Região Autónoma dos Açores que se encontra o valor mais baixo, consequência do facto de esta região só muito recentemente ter deixado de assegurar a substituição das gerações. O índice varia assim, em 2005 de 63 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores a 184 idosos por cada 100 jovens no Alentejo. São as zonas onde a natalidade é mais elevada que têm os menores rácios.

O nível de envelhecimento de uma região reflecte a evolução das taxas de crescimento natural e migratório, na sua componente interna e externa. Da análise das figuras 12 e 13 facilmente ressalta que as manchas correspondentes às taxas de crescimento natural mais negativas e às taxas de crescimento migratório mais fraco, coincidem com os níveis de envelhecimento mais fortes.

As projecções de população residente assentes nos resultados definitivos dos Censos 2001 e nas tendências das variáveis demográficas apontam para um decréscimo da população residente, qualquer que seja o cenário escolhido¹⁸.

O *cenário base* conjuga subidas graduais dos níveis actuais de fecundidade e de esperança de vida com saldos migratórios sempre positivos com tendência para se reduzirem e tornarem constantes e iguais a 10 000 indivíduos por ano, a partir de 2009.

Figura 14



Fonte: INE, Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000 e Projecções da População Residente, 2000-2050

Prevê-se que a população residente em 2045 diminua para 9 585,5 milhares de indivíduos, número bastante inferior ao de 1995. A proporção de população jovem reduzir-se-á a 13,0% e a população idosa aumentará para 30,7% agravando-se assim o processo de envelhecimento da população portuguesa bem expresso no índice de envelhecimento de 236 idosos por cada 100 jovens.

Mesmo num cenário de fecundidade alta, com um índice de fecundidade a atingir 1,92 criança por mulher a população situar-se-á em 10 208,8 milhares de indivíduos, a população idosa aumentará mais moderadamente (29,1%) e o índice fixar-se-á em 189 idosos por cada 100 jovens.

Esta evolução demonstra que a imigração pode retardar o envelhecimento demográfico, dada a maior juventude da sua população, mas não o resolve.

¹⁸ INE (2003) Projecções de População Residente, 2000-2050, Lisboa.

Conclusões

Confirma-se o atenuar do crescimento contínuo da população residente observado desde o final do século XX.

A dinâmica do crescimento da população residente em Portugal no período 2000-2005 caracteriza-se pela forte redução do saldo natural, que se tornou praticamente nulo, provocada pela queda da natalidade e pelo acréscimo importante da mortalidade, em particular no último ano. Paralelamente, assiste-se ao atenuar dos fortes saldos migratórios positivos, consequência do declínio das correntes migratórias de entrada e do aumento das de saída.

A fecundidade permanece muito fraca, com um nível bastante inferior ao exigido para substituir as presentes gerações de pais, ou seja, cerca de 2,1 crianças por mulher. Neste campo, dois países da Europa do Sul a Espanha e a Grécia revelam níveis inferiores ao de Portugal.

A esperança de vida conhece ganhos significativos, sobretudo entre os homens, diminuindo a diferença da vida média entre homens e mulheres. No entanto, o indicador continua a não ser favorável tanto para homens como para mulheres no contexto da média comunitária.

As grandes mudanças na fecundidade e na mortalidade determinaram o processo de envelhecimento da população residente em Portugal. Desde 2000, que a proporção de pessoas idosas excede a de população jovem. Dentro da população idosa, maioritariamente feminina, o ritmo de crescimento é mais forte na mais idosa.

O declínio da mortalidade infantil, a maior acessibilidade a métodos contraceptivos seguros, a entrada da mulher na vida activa, a dificuldade em conciliar vida familiar, profissional e pessoal, são factores decisivos para ter filhos, e no seu espaçamento. O ingresso tardio dos jovens no mercado de trabalho, devido à maior escolarização, e consequente dependência das gerações mais novas às mais idosas, a dificuldade no acesso à habitação são eventualmente condicionantes importantes na escolha do número de filhos a ter. Por outro lado, a criação do sistema de segurança social e os esquemas de pensões de reforma separaram a função de procriar da de sustentar os pais na velhice.

Nascem cada vez menos crianças, os filhos dos imigrantes ganham peso no número anual de nascimentos, o filho único é a opção predominante, a proporção de nascimentos com coabitação dos pais eleva-se, os pais são mais velhos e escolhem com maior frequência a união de facto como forma de conjugalidade, e divorciam-se mais. A maternidade depois dos trinta é mais frequente e a das adolescentes mantém-se elevada, apesar de se ter reduzido substancialmente. No que se refere ao padrão da fecundidade,

O sentido que os fluxos migratórios apresentarem no futuro determina a variação positiva ou negativa da população e o maior ou menor grau de envelhecimento demográfico, pois a permanência da fecundidade a níveis inferiores ao da substituição das gerações parece irreversível.

A entrada de imigrantes pode atenuar o envelhecimento devido à sua estrutura etária se concentrar nas idades activas. No entanto, deve ter-se presente que o efeito imigratório sobre a composição de idades da população é mais modesto do que a baixa da fecundidade, pois os imigrantes tendem a adoptar os padrões de fecundidade e mortalidade das sociedades de acolhimento, e eles próprios envelhecem. A predominância masculina nos fluxos de entrada tem enfraquecido recentemente.

As projecções disponíveis no INE apontam para a diminuição da população e para a progressão do fenómeno do envelhecimento, mesmo na hipótese de os níveis de fecundidade aumentarem e os saldos migratórios continuarem positivos.

O envelhecimento demográfico e a imigração permanecem como os grandes desafios que a sociedade portuguesa enfrenta e para os quais tem que encontrar respostas de modo a promover a igualdade de oportunidades para todos.

Referências Bibliográficas

- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2005) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 38, pp 111-140, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e GONÇALVES, Cristina (2004) “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, pp 175 -191, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2004) “Tábuas de Mortalidade em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 36, INE, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2003) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 34, INE, Lisboa
- CARRILHO, Maria José (2002) “ Os Imigrantes no Processo de Envelhecimento em Portugal” A Europa, o Desafio Demográfico e o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça, actas do Debate no Centro Cultural de Belém, Parlamento Europeu, Lisboa.
- CARRILHO, Maria José e PATRÍCIO, Lurdes (2002) “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, Revista Estudos Demográficos n.º 32, INE, Lisboa.
- CHESNAIS, Jean-Claude (s.d.), *La Démographie*, Que sais-je ?, Presses Universitaires de France, Paris.
- LANZIERI Giampaolo (2006) “Population in Europe 2005 ; First Results” *Statistics in Focus Population and Social Conditions*, 16/2006, EUROSTAT, Luxembourg.
- INE (2006), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2005, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa.
- INE (2005), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2004, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Sociais, Lisboa.
- INE (2004), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2003, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística Departamento de Estatísticas Censitárias e da População,, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Provisórias de População Residente, 2001-2002, Portugal, NUTS II; NUTSIII e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE (2003), *Estimativas Definitivas de População Residente Intercensitárias, 1991-2000, Portugal, NUTS II; NUTS III e Municípios*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- INE (2003), *Projeções da População Residente 2000-2050, Portugal*, Instituto Nacional de Estatística – Departamento de Estatísticas Censitárias da População, Lisboa.
- INE, *Estatísticas Demográficas*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- INE, *Recenseamentos Gerais da População 1991 e 2001*, Instituto Nacional de Estatística, Departamento de Estatísticas Censitárias e da População, Lisboa.
- LECAILLON, Jean-Didier (1992), *Démographie Économique – Analyse des Ressources Humaines*, Éditions Litec, Paris.
- NAZARETH, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia – Teoria e Prática*, Editorial Presença, Lisboa.
- PRESSAT, Roland (1972), *Démographie Statistique*, Presses Universitaires de France, Paris.
- SAUVY, Alfred (1984), *La Population*, Que sais-je ?, 14ª edição, Presses Universitaires de France, Paris.

Anexo 1

População residente em Portugal, 2000 e 2005, NUTS II (duas geografias)

NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	População	
	2000	2005
Portugal	10 256 658	10 569 592
Continente	9 779 845	10 082 154
Norte	3 643 795	3 737 791
Centro	2 325 161	2 382 448
Lisboa e Vale do Tejo	2 661 748	2 779 097
Alentejo	765 742	765 971
Algarve	383 399	416 847
Região Autónoma dos Açores	237 028	242 241
Região Autónoma da Madeira	239 785	245 197

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	População	
	2000	2005
Portugal	10 256 658	10 569 492
Continente	9 779 845	10 082 154
Norte	3 643 795	3 737 791
Centro	1 759 891	1 793 474
Lisboa	3 468 116	3 615 773
Alentejo	524 644	518 169
Algarve	383 399	416 847
Região Autónoma dos Açores	237 028	242 241
Região Autónoma da Madeira	239 785	245 197

* Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela(15/09/1988),Odivelas e Trofa(14/12/1998) bem como a passagem da NUTS IIIMédia Tejo para o Alto Alentejo(08/09/1999)

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2005,

Anexo 2

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2005

Idades	Nuts II, Decreto Lei 46/89*								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	18,96	18,22	16,50	14,79	20,81	22,61	24,77	35,39	25,29
20-24	47,61	46,91	44,55	39,49	51,25	48,06	67,06	65,41	53,57
25-29	84,27	84,11	80,32	79,75	88,30	80,10	105,78	94,24	80,59
30-34	85,27	85,46	78,60	79,83	93,78	83,57	99,87	81,00	82,09
35-39	37,62	37,55	33,13	34,54	43,89	32,66	42,76	34,31	42,93
40-44	7,41	7,35	6,60	6,05	8,88	6,03	8,56	7,75	9,40
45-49	0,45	0,45	0,41	0,29	0,53	0,41	0,84	0,39	0,48
15-49	41,75	41,54	38,30	37,36	46,42	39,26	51,01	47,67	43,93
Fecundidade Total	1,41	1,40	1,30	1,27	1,54	1,37	1,75	1,59	1,47

Taxas de fecundidade (por mil mulheres), NUTS II, 2005

Idades	Nuts II, Decreto Lei 244/2002								
	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
15-19	18,96	18,22	16,50	14,95	22,17	21,57	24,77	35,39	25,29
20-24	47,61	46,91	44,55	40,96	52,92	47,74	67,06	65,41	53,57
25-29	84,27	84,11	80,32	82,00	88,19	82,94	105,78	94,24	80,59
30-34	85,27	85,46	78,60	80,38	96,51	85,24	99,87	81,00	82,09
35-39	37,62	37,55	33,13	34,99	46,36	32,68	42,76	34,31	42,93
40-44	7,41	7,35	6,60	6,31	9,46	6,21	8,56	7,75	9,40
45-49	0,45	0,45	0,41	0,32	0,56	0,43	0,84	0,39	0,48
15-49	41,75	41,54	38,30	38,25	47,90	40,29	51,01	47,67	43,93
Fecundidade Total	1,41	1,40	1,30	1,30	1,58	1,38	1,75	1,59	1,47

* Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela(15/09/1988),Odivelas e Trofa(14/12/1998) bem como a passagem da NUTS IIIMédia Tejo para o Alto Alentejo(08/09/1999)

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2005, (cálculo das autoras).

Anexo 3

Idade Média à Maternidade (anos), NUTS II, 2005		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Indicadores	
	Nascimento de um Filho	Nascimento do 1º Filho
Portugal	29,6	27,8
Continente	29,7	27,8
Norte	29,5	27,6
Centro	29,7	27,8
Lisboa e Vale do Tejo	29,9	28,2
Alentejo	29,1	27,0
Algarve	29,4	27,6
Região Autónoma dos Açores	27,9	25,4
Região Autónoma da Madeira	29,3	27,4

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores	
	Nascimento de um Filho	Nascimento do 1º Filho
Portugal	29,6	27,8
Continente	29,7	27,8
Norte	29,5	27,6
Centro	29,7	27,8
Lisboa	30,0	28,4
Alentejo	29,2	27,3
Algarve	29,4	27,6
Região Autónoma dos Açores	27,9	25,4
Região Autónoma da Madeira	29,3	27,4

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2005, (cálculo das autoras).

* Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela(15/09/1988),Odivelas e Trofa(14/12/1998)

bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo(08/09/1999)

Anexo 4

Idade Média ao Casamento (anos), NUTS II, 2005				
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Indicadores			
	Idade média ao casamento		Idade Média ao 1º casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	31,3	28,9	28,9	27,3
Continente	31,4	29,0	29,0	27,4
Norte	29,8	27,5	28,1	26,5
Centro	30,7	28,3	28,6	27,0
Lisboa e Vale do Tejo	33,3	30,9	30,1	28,7
Alentejo	32,4	29,8	30,1	28,3
Algarve	33,6	30,9	30,4	28,1
Região Autónoma dos Açores	29,0	25,7	27,0	24,1
Região Autónoma da Madeira	30,9	28,1	28,5	26,9

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores			
	Idade média ao casamento		Idade Média ao 1º casamento	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Portugal	31,3	28,9	28,9	27,3
Continente	31,4	29,0	29,0	27,4
Norte	29,8	27,5	28,1	26,5
Centro	31,0	28,6	28,7	27,1
Lisboa	33,8	31,3	30,4	29,0
Alentejo	32,2	29,7	29,9	28,1
Algarve	33,6	30,9	30,4	28,1
Região Autónoma dos Açores	29,0	25,7	27,0	24,1
Região Autónoma da Madeira	30,9	28,1	28,5	26,9

Fonte:INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2005, (cálculo das autoras).

Anexo 5

Taxas Brutas de Nupcialidade e divorcialidade (por mil habitantes), NUTS II, 2005		
NUTS II - Decreto Lei nº46/89 *	Indicadores	
	Taxa bruta de Nupcialidade	Taxa bruta de Divorcialidade
Portugal	4,61	2,14
Continente	4,55	2,13
Norte	5,00	1,85
Centro	4,45	1,90
Lisboa e Vale do Tejo	4,31	2,58
Alentejo	3,73	1,77
Algarve	3,97	2,10
Região Autónoma dos Açores	6,20	2,54
Região Autónoma da Madeira	5,64	2,24

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002	Indicadores	
	Taxa bruta de Nupcialidade	Taxa bruta de Divorcialidade
Portugal	4,61	2,14
Continente	4,55	2,13
Norte	5,00	1,85
Centro	4,43	1,95
Lisboa	4,28	2,69
Alentejo	3,98	1,99
Algarve	3,97	2,10
Região Autónoma dos Açores	6,20	2,54
Região Autónoma da Madeira	5,64	2,24

Fonte:INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2005, (cálculo das autoras).

Anexo 6

Esperança média de vida (anos), por sexo, NUTS II, 2004- 2005																		
Idades	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa e Vale do Tejo		Alentejo		Algarve		R. A. Açores		R. A. Madeira	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0	74,9	81,4	75,1	81,5	75,3	81,6	75,5	81,8	74,9	81,5	74,5	81,3	74,1	80,9	70,8	78,4	69,3	78,2
1	74,2	80,7	74,4	80,8	74,6	80,9	74,7	81,0	74,2	80,8	73,9	80,4	73,4	80,3	70,3	77,8	68,4	77,6
5	70,3	76,7	70,5	76,9	70,7	76,9	70,8	77,1	70,3	76,8	70,0	76,5	69,5	76,3	66,4	74,0	64,5	73,7
10	65,4	71,8	65,6	71,9	65,8	72,0	65,9	72,1	65,3	71,9	65,1	71,5	64,6	71,4	61,5	69,1	59,6	68,8
15	60,4	66,8	60,6	67,0	60,9	67,0	61,0	67,2	60,4	66,9	60,1	66,6	59,7	66,4	56,6	64,2	54,7	63,9
20	55,6	61,9	55,8	62,0	56,0	62,1	56,2	62,3	55,5	62,0	55,3	61,7	55,0	61,5	51,9	59,2	49,9	59,1
25	50,9	57,0	51,1	57,1	51,3	57,2	51,5	57,4	50,7	57,1	50,6	56,8	50,4	56,6	47,1	54,3	45,1	54,1
30	46,1	52,1	46,4	52,2	46,5	52,2	46,8	52,5	46,0	52,3	46,0	51,8	45,8	51,8	42,4	49,4	40,4	49,2
35	41,5	47,3	41,7	47,4	41,9	47,4	42,1	47,6	41,4	47,4	41,3	47,0	41,2	47,0	37,7	44,7	35,9	44,4
40	37,0	42,4	37,2	42,6	37,3	42,6	37,5	42,8	36,9	42,6	36,8	42,1	36,7	42,2	33,3	39,9	31,5	39,5
45	32,5	37,7	32,7	37,8	32,8	37,8	33,0	38,0	32,5	37,9	32,4	37,3	32,4	37,5	28,8	35,1	27,3	34,8
50	28,2	33,0	28,4	33,1	28,5	33,1	28,6	33,3	28,2	33,2	28,0	32,6	28,1	32,9	24,7	30,4	23,3	30,3
55	24,0	28,4	24,2	28,5	24,3	28,5	24,4	28,8	24,1	28,7	23,8	28,0	24,0	28,3	20,6	26,0	19,6	25,8
60	20,0	23,9	20,1	24,0	20,2	24,0	20,3	24,2	20,1	24,2	19,8	23,5	20,0	23,9	17,0	21,7	16,1	21,5
65	16,2	19,5	16,3	19,6	16,3	19,6	16,4	19,8	16,2	19,8	16,0	19,1	16,3	19,4	13,4	17,5	13,1	17,4
70	12,6	15,4	12,7	15,5	12,8	15,5	12,8	15,6	12,7	15,7	12,5	15,0	12,6	15,3	10,4	13,6	10,2	13,5
75	9,5	11,6	9,6	11,6	9,6	11,6	9,6	11,7	9,6	11,9	9,4	11,2	9,4	11,3	7,7	10,3	7,8	10,1
80	7,0	8,3	7,0	8,3	7,1	8,4	7,0	8,3	7,1	8,6	6,8	8,0	6,9	8,0	5,8	7,1	6,0	7,4
85 +	5,0	5,7	5,0	5,7	5,2	5,8	4,9	5,6	5,2	6,0	4,8	5,4	4,6	5,3	3,9	4,9	4,7	5,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2005, (cálculo das autoras).

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002

Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela(15/09/1988),Odivelas e Trofa(14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo(08/09/1999)

Anexo 7

Esperança média de vida (anos), por sexo, NUTS II, 2004- 2005

Idades	Portugal		Continente		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		R. A. Açores		R. A. Madeira	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
0	74,9	81,4	75,1	81,5	75,3	81,6	75,5	81,8	74,9	81,5	74,5	81,3	74,1	80,9	70,8	78,4	69,3	78,2
1	74,2	80,7	74,4	80,8	74,6	80,9	74,7	81,0	74,2	80,8	73,9	80,4	73,4	80,3	70,3	77,8	68,4	77,6
5	70,3	76,7	70,5	76,9	70,7	76,9	70,8	77,1	70,3	76,8	70,0	76,5	69,5	76,3	66,4	74,0	64,5	73,7
10	65,4	71,8	65,6	71,9	65,8	72,0	65,9	72,1	65,3	71,9	65,1	71,5	64,6	71,4	61,5	69,1	59,6	68,8
15	60,4	66,8	60,6	67,0	60,9	67,0	61,0	67,2	60,4	66,9	60,1	66,6	59,7	66,4	56,6	64,2	54,7	63,9
20	55,6	61,9	55,8	62,0	56,0	62,1	56,2	62,3	55,5	62,0	55,3	61,7	55,0	61,5	51,9	59,2	49,9	59,1
25	50,9	57,0	51,1	57,1	51,3	57,2	51,5	57,4	50,7	57,1	50,6	56,8	50,4	56,6	47,1	54,3	45,1	54,1
30	46,1	52,1	46,4	52,2	46,5	52,2	46,8	52,5	46,0	52,3	46,0	51,8	45,8	51,8	42,4	49,4	40,4	49,2
35	41,5	47,3	41,7	47,4	41,9	47,4	42,1	47,6	41,4	47,4	41,3	47,0	41,2	47,0	37,7	44,7	35,9	44,4
40	37,0	42,4	37,2	42,6	37,3	42,6	37,5	42,8	36,9	42,6	36,8	42,1	36,7	42,2	33,3	39,9	31,5	39,5
45	32,5	37,7	32,7	37,8	32,8	37,8	33,0	38,0	32,5	37,9	32,4	37,3	32,4	37,5	28,8	35,1	27,3	34,8
50	28,2	33,0	28,4	33,1	28,5	33,1	28,6	33,3	28,2	33,2	28,0	32,6	28,1	32,9	24,7	30,4	23,3	30,3
55	24,0	28,4	24,2	28,5	24,3	28,5	24,4	28,8	24,1	28,7	23,8	28,0	24,0	28,3	20,6	26,0	19,6	25,8
60	20,0	23,9	20,1	24,0	20,2	24,0	20,3	24,2	20,1	24,2	19,8	23,5	20,0	23,9	17,0	21,7	16,1	21,5
65	16,2	19,5	16,3	19,6	16,3	19,6	16,4	19,8	16,2	19,8	16,0	19,1	16,3	19,4	13,4	17,5	13,1	17,4
70	12,6	15,4	12,7	15,5	12,8	15,5	12,8	15,6	12,7	15,7	12,5	15,0	12,6	15,3	10,4	13,6	10,2	13,5
75	9,5	11,6	9,6	11,6	9,6	11,6	9,6	11,7	9,6	11,9	9,4	11,2	9,4	11,3	7,7	10,3	7,8	10,1
80	7,0	8,3	7,0	8,3	7,1	8,4	7,0	8,3	7,1	8,6	6,8	8,0	6,9	8,0	5,8	7,1	6,0	7,4
85 +	5,0	5,7	5,0	5,7	5,2	5,8	4,9	5,6	5,2	6,0	4,8	5,4	4,6	5,3	3,9	4,9	4,7	5,1

Fonte: INE, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População, 2005, (cálculo das autoras).

NUTS II - Decreto Lei nº 244/2002

* Estas NUTS incluem as seguintes alterações posteriores: a criação dos municípios de Vizela (15/09/1988), Odivelas e Trofa (14/12/1998) bem como a passagem da NUTS III Média Tejo para o Alto Alentejo (08/09/1999)



Estatísticas Demográficas – Acção desenvolvida no âmbito do Conselho Superior de Estatística

Autor:

Humberto Moreira

Instituto Nacional de Estatística / Departamento de Estatísticas Sociais – Técnico Superior de Estatística.

E-mail: humberto.moreira@ine.pt

Resumo:

A anotação e o conhecimento de determinados acontecimentos que contribuíram para a evolução da área estatística da Demografia, ou de qualquer outra área, são factores muito importantes na ponderação e no saber fazer no que diz respeito a acções e projectos futuros. Neste sentido, o presente artigo pretende descrever um resumo histórico das actividades realizadas, no âmbito do Conselho Superior de Estatística, com vista ao desenvolvimento das estatísticas demográficas.

O primeiro capítulo refere-se ao enquadramento genérico das estatísticas oficiais, desde a última reestruturação do Sistema Estatístico Nacional. O segundo capítulo trata especificamente da área estatística da Demografia e das actividades exercidas, nos últimos quinze anos, pelo respectivo grupo de trabalho. Finalmente, o terceiro capítulo expressa algumas observações sobre o trabalho realizado e algumas expectativas sobre a atitude e a colaboração em termos individuais e institucionais, de modo a dispormos de melhores estatísticas sobre a população portuguesa, sua estrutura e movimentos.

Demographic statistics – Improvement action in the context of the High Council of Statistics

Palavras-chave:

Estatísticas oficiais, grupos de trabalho do Conselho Superior de Estatística, área estatística da Demografia, decisões e recomendações, fontes estatísticas, integração da informação estatística.

Abstract:

The description and knowledge of certain events that contribute to the evolution of the Demography statistics area, or any other area, are very important factors in the reflection and the know-how, concerning future actions and projects. In this way, the present article contributes for the historic summary of the activities that were accomplished within the compass of High Council of Statistics to the development of demographic statistics.

The first chapter refers to the general framework of official statistics, since the last restructuring of the National Statistical System. The second chapter is concerned specifically with Demography statistics and the activities which were developed during the last fifteen years, by the respective working group. Finally, the third chapter expresses some observations about works and expectations of individual and institutional attitude and co-operation, in order to obtain better statistics regarding Portuguese population, structure and movements.

Key words:

Official statistics, working groups of High Council of Statistics, Demography statistic area, resolutions and recommendations, statistical sources, integration of statistical information.

1. Enquadramento genérico do passado recente das estatísticas oficiais (reestruturação)

1.1 Comissão de Reestruturação do Sistema Estatístico Nacional (os primeiros passos 1986/87)

Em 12 de Julho de 1986, o Conselho de Ministros tomou a resolução de criar a **Comissão de Reestruturação do Sistema Estatístico Nacional (SEN)**, na dependência do então Secretário de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional¹, publicada no Diário da República n.º 143, de 25 de Junho de 1986. Em traços gerais, os objectivos definidos para esta Comissão, presidida pelo Prof. Doutor Manuel José Vilares², enquadravam-se no seguinte:

- *Levantamento das situações que configuravam o sistema estatístico nacional;*
- *Programação de um conjunto de acções e decisões na perspectiva integradora das várias instituições responsáveis pela função estatística;*
- *Adequação dos produtos estatísticos à óptica do utilizador;*
- *Formação permanente e elevada qualificação dos técnicos, tendo em conta as condições de trabalho e as carreiras profissionais;*
- *Desenvolvimento no domínio das tecnologias de produção e difusão estatística; adoptar um conjunto de regras e procedimentos inerentes à prática comunitária (Comunidade Europeia).*

Na conformidade da mencionada resolução governamental, esta Comissão adoptou na sua metodologia de trabalho a realização de um grande número de contactos com os órgãos delegados e outras entidades ligadas ao SEN, bem como de individualidades também relacionadas com o sistema, para que, detalhadamente, se detectassem os problemas e as dificuldades existentes e simultaneamente pudessem contribuir na formulação de propostas de soluções e recomendações a adoptar no futuro. Tanto da parte das entidades, como das individualidades contactadas, designadamente responsáveis e quadros do INE, houve a maior adesão e empenhamento na colaboração prestada, de modo que a reestruturação do Sistema Estatístico Nacional, em termos globais, e do Instituto Nacional de Estatística, em termos específicos, fosse bem sucedida.

No cumprimento do prazo calendarizado, em 2 de Fevereiro de 1987, a Comissão submeteu à apreciação o Relatório Final, em que se apresentavam, de forma pormenorizada, a análise descritiva do SEN, suas deficiências e insuficiências e obviamente as propostas de reestruturação. Este Relatório foi um pilar determinante para a consequente elaboração da Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional, dos Estatutos do Instituto Nacional de Estatística e do Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação³.

1.2 Bases gerais do Sistema Estatístico Nacional (Lei n.º 6/89, de 15 de Abril)

Na sequência do processo iniciado pela Comissão já mencionada, com a programação de um conjunto de acções e decisões, particularmente de ordem legal e estrutural, que induziam a uma profunda reestruturação do SEN, em 9 de Fevereiro de 1989, é aprovada na Assembleia da República a **Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional**, publicada no Diário da República n.º 88, de 15 de Abril de 1989. De acordo com esta nova Lei, o **Sistema Estatístico Nacional** é constituído pelos seguintes órgãos:

- **Instituto Nacional de Estatística (INE)** – Artigo 3.º – *Funções exclusivas do Instituto Nacional de Estatística: O exercício de funções de notação, apuramento, coordenação e difusão de dados estatísticos cabe exclusivamente ao Instituto Nacional de Estatística).*
- **Conselho Superior de Estatística (CSE)** – Artigo 8.º – *Natureza: O Conselho Superior de Estatística é o órgão do Estado que superiormente, orienta e coordena o Sistema Estatístico Nacional.*

¹ Dr. José da Silva Peneda.

² Presidente do Conselho de Direcção do Instituto Nacional de Estatística, entre 1986 e 1992.

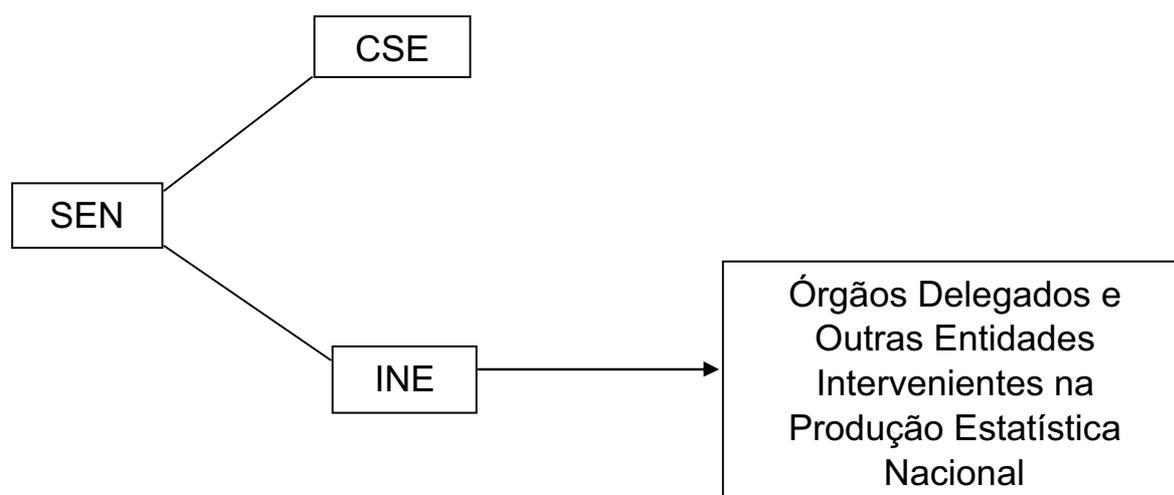
³ Estabelecimento do ensino superior público orientado para a formação de quadros técnicos superiores de estatística, incluindo a cooperação internacional, particularmente com os países africanos de língua oficial portuguesa.

Esta nova Lei incentivou a produção de dados estatísticos na perspectiva dos respectivos utilizadores, quer se tratem de entidades da administração pública central, regional ou local, quer se trate de empresas ou empresários individuais, de instituições particulares sem fins lucrativos, de universidades, investigadores e estudantes, de meios de comunicação social, e de tantos outros que se poderiam referenciar. Na altura, utilizou-se o lema “*saber para desenvolver*”, com particular ênfase para a informação estatística como factor importante na aquisição de conhecimento. Os princípios básicos e orientadores do Sistema Estatístico Nacional circunscrevem-se, de um modo geral aos seguintes:

- Segredo estatístico (*direito à privacidade individual e à defesa da concorrência*);
- Centralização (*tendência para a descentralização geográfica e flexibilidade da descentralização funcional*);
- Coordenação (*adopção das normas harmonizadas no desempenho da função estatística, nomeadamente conceitos, definições e nomenclaturas*);
- Autoridade estatística (*punição das transgressões estatísticas e permissão do acesso às fontes administrativas*).

A **delegação de competências** encontra-se claramente expressa no Artigo 16.º da Lei n.º 6/89, de 15 de Abril. Ao interpretar-se de forma sucinta este artigo, observa-se que o INE pode delegar funções de notação, apuramento e coordenação de dados estatísticos noutros serviços públicos (órgãos delegados), com o parecer favorável de CSE, por despacho conjunto dos ministros responsáveis pelos respectivos serviços e do ministro que tutela o INE.

Esquema da organização estatística por entidades públicas, ministérios e áreas delegadas:



Entidades com Delegação de Competências do INE (Órgãos Delegados)

- **Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (DGEEP)** – *Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.*

Áreas estatísticas: Trabalho (34); Educação e Formação (36); Empresas (52); Ficheiro de Unidades Estatísticas (21); Metodologias de Normalização (23).

- **Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura (DGPA)** – *Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.*

Área estatística: Pescas (61).

- **Direcções Regionais de Agricultura (DRA's)** – *Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.* **Gabinete de Planeamento e Política Agro-Alimentar (GPPAA)** – *Serviço central de coordenação da informação estatística no âmbito do MADRP e das relações com as estruturas nacionais*

e comunitárias de estatística (*Lei Orgânica*); entidade representante do MADRP no Conselho Superior de Estatística (CSE).

Área estatística: Agricultura e Florestas (60).

- **Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE)** – *Ministério da Educação*.

Área estatística: Educação e Formação (36).

- **Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (GPLP)** – *Ministério da Justiça*.

Área estatística: Justiça (40).

- **Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES)** – *Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*.

Áreas estatísticas: Educação e Formação (36); Ciência e Tecnologia (80).

- **Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência (SNRIPD)** – *Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*.

Área estatística: Saúde e Incapacidades (38).

- **Direcção Regional de Estatística da Madeira (DREM)**⁴ – Governo Regional – Região Autónoma da Madeira.

Áreas estatísticas: Todas as áreas estatísticas relativas às operações estatísticas de âmbito nacional delegadas pelo INE e das operações estatísticas relativas à Região Autónoma da Madeira, na qualidade de órgão central desta Região.

- **Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA)**⁴ – Governo Regional – Região Autónoma dos Açores.

Áreas estatísticas: Todas as áreas estatísticas relativas às operações estatísticas de âmbito nacional delegadas pelo INE e das operações estatísticas relativas à Região Autónoma dos Açores, na qualidade de órgão central desta Região.

Outras Entidades Intervenientes na Produção Estatística Nacional⁵

- **Direcção-Geral de Geologia e Energia (DGGE)** – *Ministério da Economia e Inovação*.

Área estatística: Indústria e Energia (65).

Direcção-Geral da Saúde (DGS) – *Ministério da Saúde*.

Área estatística: Saúde e Incapacidades (38).

- **Direcção-Geral do Turismo (DGT)** – *Ministério da Economia e Inovação*.

Área estatística: Turismo (73).

- **Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade (IIES)** – *Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social*.

Área estatística: Protecção Social (39).

- **Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (INSA)** – *Ministério da Saúde*.

Área estatística: Saúde e Incapacidades (38).

- **Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP (UMIC)** – *Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior*.

Área estatística: Sociedade de Informação (81).

- **Banco de Portugal (BP)** – *Ministério das Finanças*.

Área estatística: Turismo (73); Ficheiro de Unidades Estatísticas (21).

⁴ Atribuições referidas no Decreto-Lei n.º 124/80, de 17 de Maio.

⁵ Organismos públicos que realizam operações ou outras actividades estatísticas oficiais, de forma contínua e regular, com a respectiva aprovação técnica e o registo dos instrumentos de notação pelo INE.

Segundo o **Plano de Actividades 2006** do INE e de Outras Entidades Intervenientes na Produção Estatística Nacional, das 291 operações estatísticas programadas para 2006, 115 são da responsabilidade de Outras Entidades SEN e 9 desenvolvidas conjuntamente entre o INE e Outras Entidades produtoras de estatísticas oficiais. No contexto geral, as áreas estatísticas, onde a participação das entidades extra INE se faz mais sentir, são a *Justiça*, a *Educação e Formação* e a *Saúde e Incapacidades*.

Glossário:

- **ÁREA DE ACTIVIDADE:** Subconjunto de um domínio estatístico ou de acção onde se desenvolve uma actividade. Fonte: INE.
- **ÁREA ESTATÍSTICA:** Área de interesse para a investigação estatística. Fonte: Structures for Metadata, Wilfried Grossmann.

Classificação das Áreas Estatísticas			
Código	Designação	Código	Designação
29	Estatísticas Multitemáticas	52	Empresas
31	População	53	Sector Monetário e Financeiro
32	Famílias	54	Administrações Públicas
33	Instituições Sem Fins Lucrativos	57	Comércio Internacional de Bens
34	Trabalho	58	Comércio Internacional de Serviços
35	Rendimento e Condições de Vida	60	Agricultura e Floresta
36	Educação e Formação	61	Pescas
37	Cultura, Desporto e Lazer	65	Indústria e Energia
38	Saúde e Incapacidades	66	Construção e Habitação
39	Protecção Social	70	Comércio Interno
40	Justiça	71	Transportes
41	Protecção Civil e Segurança do Consumidor	72	Comunicações
42	Sistema de Indicadores Sociais	73	Turismo
45	Território	74	Serviços Especializados
46	Ambiente	80	Ciência e Tecnologia
50	Contas Nacionais	81	Sociedade da Informação
51	Conjuntura Económica e Preços		

- **ESTATÍSTICAS OFICIAIS:** Informações quantitativas, agrupadas e representativas, extraídas da recolha e do tratamento sistemático de dados, produzidos pelas autoridades nacionais no âmbito do Sistema Estatístico Nacional e pela autoridade comunitária no âmbito da execução dos programas nacionais e comunitários. Fonte: INE (*Manual da Qualidade*).
- **OPERAÇÃO ESTATÍSTICA:** Actividade estatística, enquadrada numa metodologia estatística pré-definida, englobando os processos de recolha, tratamento, análise e difusão de dados respeitantes a características de uma população. São considerados quatro tipos de operações estatísticas: inquérito amostral, recenseamento, estudo estatístico, estudo analítico. Fonte: INE.
- **OUTRA ACTIVIDADE ESTATÍSTICA:** Actividade estatística que não é operação estatística. Fonte: INE.
- **PRODUÇÃO ESTATÍSTICA:** Processo que abrange todas as actividades necessárias à recolha, armazenamento, processamento, compilação, análise de difusão da informação estatística oficial. Fonte: INE (*Manual da Qualidade*).

1.3 Estatutos do Instituto Nacional de Estatística (*Decreto-Lei n.º 280/89, de 23 de Agosto*)

O Instituto Nacional de Estatística é um instituto público, dotado de personalidade jurídica, património próprio e autonomia administrativa e financeira⁶. Os novos estatutos no INE visam uma filosofia de gestão, de tipo empresarial, uma maior mobilidade dos meios e a flexibilidade no funcionamento, em que a produção da informação estatística se desenvolve na perspectiva das necessidades dos utilizadores. A estes objectivos, junta-se também o reforço da capacidade institucional do INE, necessária às exigências acrescidas da coordenação estatística.

No âmbito das atribuições de coordenação, cabe ao Instituto Nacional de Estatística exercer as funções de coordenação técnica das actividades estatísticas realizadas pelos os órgãos delegados ou por outras entidades estatísticas intervenientes na produção estatística nacional. Em termos estrutura organizacional, em vigor (2006), o INE dispõe de algumas unidades orgânicas vocacionadas para o exercício da respectiva coordenação técnica, das quais se destacam as seguintes:

- **Unidade de Relações Externas e Cooperação**, no descritivo funcional desta unidade constam, entre outras, as seguintes: “*coordenação das relações com as entidades com delegação de competências e com outras entidades intervenientes na produção estatística oficial*”; “*coordenação de acções de cooperação entre o INE e outras instituições das Administrações Públicas, designadamente no que se refere à execução de operações estatísticas especiais, assegurando a articulação interna das actividades que lhes estão associadas*”; “*promoção de acções de melhoria das relações de cooperação, decorrentes de processos de avaliação do grau de satisfação das instituições da Administração Pública*”.
- **Unidade de Planeamento e Controlo**, relativamente às funções de coordenação extra INE: “*gere o planeamento estratégico e operacional, preparando os respectivos planos, e elabora os relatórios referentes às actividades realizadas pelo INE e pelas outras entidades públicas intervenientes na produção estatística oficial*”.
- **Departamento de Metodologia Estatística**, unidade orgânica com um papel relevante na coordenação estatística, que sucinta e seguidamente se transcrevem: “*coordenar a actividade de desenvolvimento técnico e científico no domínio das metodologias estatísticas e apoiar horizontalmente as unidades orgânicas do INE, bem como as restantes entidades do SEN responsáveis pela produção, difusão e análise de dados estatísticos oficiais*”; “*assegurar a gestão permanente do Sistema de Metainformação do SEN, nomeadamente no que se refere a Conceitos, Nomenclaturas, Fontes Estatísticas, Variáveis e Metodologias com vista à respectiva harmonização e integração no plano técnico*”; “*certificar os aspectos técnicos das operações estatísticas do SEN, submetidas pelo INE ou outras entidades intervenientes na produção estatística nacional*”; “*assegurar a gestão e análise das classificações para uso do SEN, desenvolvendo as acções necessárias a sua aprovação pelo CSE*”.
- **Departamento de Recolha da Informação**, na esfera específica da coordenação técnica e externa, este departamento do INE dispõe da seguinte competência: “*promover a adopção, nas regiões autónomas e órgãos delegados do INE, de normas, procedimentos e práticas de recolha harmonizados*”.

1.4 Conselho Superior de Estatística (*órgão orientador e coordenador do SEN*)

O Conselho Superior de Estatística (CSE), criado pela Lei n.º 6/89, de 15 de Abril, é o órgão responsável pela orientação do Sistema Estatístico Nacional, substituindo o anterior Conselho Nacional de Estatística (CNE). As atribuições e competências do CSE ficam mais reforçadas, bem como se verifica uma significativa alteração na sua composição. Além das entidades da administração pública central, o CSE passou também a integrar entidades dos governos regionais, das associações autárquicas, de defesa do consumidor, das confederações sindicais e patronais, das universidades e do banco central.

As modificações introduzidas, relativamente ao anterior CNE, realçam a maior representatividade, intervenção e concertação dos produtores e utilizadores da informação estatística, de forma a se tornar mais adequada às necessidades da sociedade portuguesa. O CSE elabora propostas e recomendações sobre as necessidades estatísticas e anualmente prepara e aprova o Plano de Actividades do INE e das Outras Entidades Intervenientes na Produção Estatística Nacional. O Conselho Superior de Estatística é presidido pelo Ministro⁷ que tutela o Instituto Nacional de Estatística, presentemente a Presidência do Conselho de Ministros (PCM), e tem como Vice-Presidente o Presidente do INE.

⁶ Perda da autonomia financeira, a partir de 1 de Janeiro de 2003. Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro.

⁷ Ministro da Presidência, Dr. Pedro Silva Pereira, XVII Governo Constitucional (12.III.2005).

1. 4. 1 Composição do Conselho Superior de Estatística (*representantes nomeados*)

- Serviços Públicos
 - Instituto Nacional de Estatística
 - Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação
 - Presidência do Conselho de Ministros
 - Ministério das Finanças
 - Ministério da Justiça
 - Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
 - Ministério da Economia e Inovação
 - Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
 - Ministério da Educação
 - Ministério da Saúde
 - Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
 - Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
 - Ministério da Defesa Nacional
 - Ministério da Cultura
 - Ministério dos Negócios Estrangeiros
- Governos Regionais
 - Governo Regional dos Açores
 - Governo Regional da Madeira
- Associações de Municípios
 - Associação Nacional dos Municípios Portugueses
- Banco Central
 - Banco de Portugal
- Confederações Sindicais
 - Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses
- União Geral de Trabalhadores
- Confederações Patronais
 - Confederação da Indústria Portuguesa
 - Confederação dos Agricultores de Portugal
 - Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
 - Confederação do Turismo Português
- Universidades
 - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Nos termos do regulamento interno, o Conselho Superior de Estatística reúne em plenário, em sessões restritas, em Secções Permanentes ou Eventuais e em Secções Regionais. As sessões restritas têm como objectivo deliberar sobre matérias, cuja natureza e âmbito, manifestamente respeitam apenas uma parte das representações que integram o plenário ou contribuam para uma melhor fundamentação das decisões. Em algumas das secções previstas foram criados grupos de trabalho, constituídos por representantes de entidades públicas ou privadas, com ou sem assento no CSE.

1. 4. 2 Secções Permanentes (1º nível de distribuição funcional de carácter temático)

- **Secção Permanente do Segredo Estatístico** – [sumário do mandato/composição]: “*analisar e decidir sobre os pedidos de libertação do segredo estatístico*”, “*zelar pela observância das regras do segredo estatístico*”, “*acompanhar os desenvolvimentos de ordem normativa no âmbito do segredo estatístico e protecção de dados, nomeadamente as decorrentes da actividade do «Comité do Segredo Estatístico» que funciona no âmbito da Comunidade Europeia, bem como os desenvolvimentos em curso no Conselho da Europa*”.
 - Instituto Nacional de Estatística
 - Ministério da Justiça
 - Outras entidades designadas de acordo com as áreas de actividade onde se integra a solicitação para a libertação de dados individuais sujeitos a segredo estatístico.
- **Secção Permanente de Estatísticas Económicas Sectoriais**
- **Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão**
- **Secção Permanente de Estatísticas Macroeconómicas**
- **Secção Permanente de Cooperação Estatística**
- **Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial**
- **Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente** – [Retrospectiva, composição, sumário do mandato e grupos de trabalho]:

Retrospectiva – Após a reestruturação do Sistema Estatística Nacional (1989), verificou-se na estrutura e funcionamento do Conselho Superior de Estatística um maior desenvolvimento nas respectivas actividades e composição. As funções de coordenação e de cooperação institucional passaram a exercer-se com maior abrangência e intervenção. A interacção institucional, no sentido de se produzir informação estatística de melhor qualidade, com maior celeridade e com menores custos, fez com que o CSE adoptasse novas regras e meios de gestão e articulação interna.

De acordo com esta nova dinâmica, foram constituídas no âmbito do CSE, em 1990, várias secções permanentes ou eventuais e secções regionais. Em 20 de Novembro de 1990, pela 17ª deliberação do Conselho Superior de Estatística, é criada a Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais⁸. Em 28 de Novembro de 1997, atendendo a um conjunto de novas circunstâncias realizaram-se alguns reajustamentos na estrutura e funcionamento do CSE. Assim, entre outras mais alterações, a 140ª deliberação do CSE, extinguiu a Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais e criou a Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente, composta pelos seguintes representantes (composição):

- Instituto Nacional de Estatística
- Ministério das Finanças
- Ministério da Justiça
- Ministério da Educação
- Ministério da Saúde
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
- Ministério da Cultura

⁸ Dr. Arnaldo de Matos Lopes (*já falecido*), primeiro Presidente da Secção. Vogal do Conselho de Administração do INE (1989 – 1998).

- Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Confederação Nacional dos Trabalhadores Portugueses
- União Geral de Trabalhadores
- Confederação dos Agricultores de Portugal
- Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.
- Associação Nacional para a Defesa do Consumidor (DECO)

Sumário do Mandato – “*pronunciar-se sobre os instrumentos técnicos de coordenação às necessidades das áreas relacionadas com os temas «População e Sociedade», «Território e Ambiente» e «Inovação e Conhecimento»; «colaborar na avaliação da relação custo/eficácia na elaboração de estatísticas», «acompanhar a qualidade e a adequação das actividades estatísticas relativas aos temas mencionados, com publicação de um relatório bienal», «colaborar na definição das linha gerais, planos e relatórios de actividades», «avaliar eventuais insuficiências estatísticas produzidas nas respectivas áreas, propor acções conducentes à respectiva melhoria e fomentar o aproveitamento dos actos administrativos para fins estatísticos», «acompanhar os trabalhos dos comités ou grupos de trabalho que funcionam no âmbito do Eurostat nas suas áreas de intervenção».*”

1. 4. 3 Grupos de Trabalho (*nível de base e mais especificado de intervenção do CSE*)

No âmbito da reestruturação e das novas responsabilidades do Conselho Superior de Estatística, como órgão orientador do Sistema Estatístico Nacional, resultaram novas práticas de funcionamento e uma nova estrutura na sua composição, como já foi mencionado anteriormente. Estas novas linhas gerais de organização e das respectivas actividades tiveram repercussões em cascata nos vários níveis de gestão e de intervenção do CSE, tanto ao nível das secções (permanentes, eventuais ou regionais), como ao nível dos grupos de trabalho, unidades de base no funcionamento do CSE⁹, constituídos para áreas estatísticas específicas, ou para outras especializações de índole transversal, como, por exemplo, a questão do segredo estatístico.

Neste contexto, em 7 de Julho de 1993, a então Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais decidiu criar os seguintes grupos de trabalho (12), correspondentes às respectivas áreas estatísticas consideradas na altura: Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas **«Formação Profissional»; «Trabalho»; «Ambiente»; «Educação»; «Cultura»; «Saúde»; «Demografia»¹⁰; «Desporto e Recreio»; « Protecção Social»; «Ciência e Tecnologia»; «Justiça»; «Famílias».**

Actualmente, no que se refere à Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente, os grupos de trabalho criados são os seguintes:

- Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas do Ambiente
- Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas do Trabalho, Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais
- Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Educação e Formação
- Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia
- Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Justiça

⁹ Os grupos de trabalho podem constituir, informalmente, subgrupos para tarefas parcelares, inerentes ao cumprimento do seu mandato.

¹⁰ Etimologia, do grego *demos* (povo) + *graphein* (descrever). A demografia é a ciência que tem por objecto o estudo estatístico das populações humanas, que incide sobretudo na avaliação do respectivo volume, composição, distribuição e evolução.

- Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Cultura
- Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Deficiência e Reabilitação
- Grupo de Trabalho sobre Acompanhamento do Inquérito ao Emprego/Série 98

2. Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (*desenvolver as estatísticas oficiais e sua análise na área da Demografia*)

2.1 Formas e meios de cooperação (*abordagens e projectos estatísticos conjuntos*)

Como já foi anteriormente mencionado, com a implementação da nova lei de bases do SEN e a reestruturação do INE e do CSE, iniciaram-se novas práticas de interacção institucional, no sentido de se procurar disponibilizar informação estatística de qualidade, actualizada, voltada para as necessidades reais dos utilizadores nacionais ou internacionais, particularmente no âmbito comunitário. Nesta perspectiva de acção conjunta e consertada entre as entidades do Sistema Estatístico Nacional, ou seja o INE, conjuntamente com os órgãos delegados ou outras potenciais entidades aderentes, estabeleceram como acção prioritária, na metodologia da recolha de dados, o aproveitamento dos actos administrativos para fins estatísticos. Um dos objectivos desta medida seria, obviamente, minimizar os custos inerentes à recolha da informação, em alternativa à realização de operações estatísticas exclusivas para o efeito e, por outro lado, evitar a excessiva carga de inquéritos junto dos informadores. Apesar dos avanços entretanto já realizados, quanto à integração de fontes administrativas para a produção de estatísticas oficiais, continua ainda a existir alguma falta de sensibilidade, às vezes inclusivamente de certa resistência, para que a função estatística seja incorporada nos procedimentos e nas metodologias de recolha inerentes à recolha da informação dos actos administrativos.

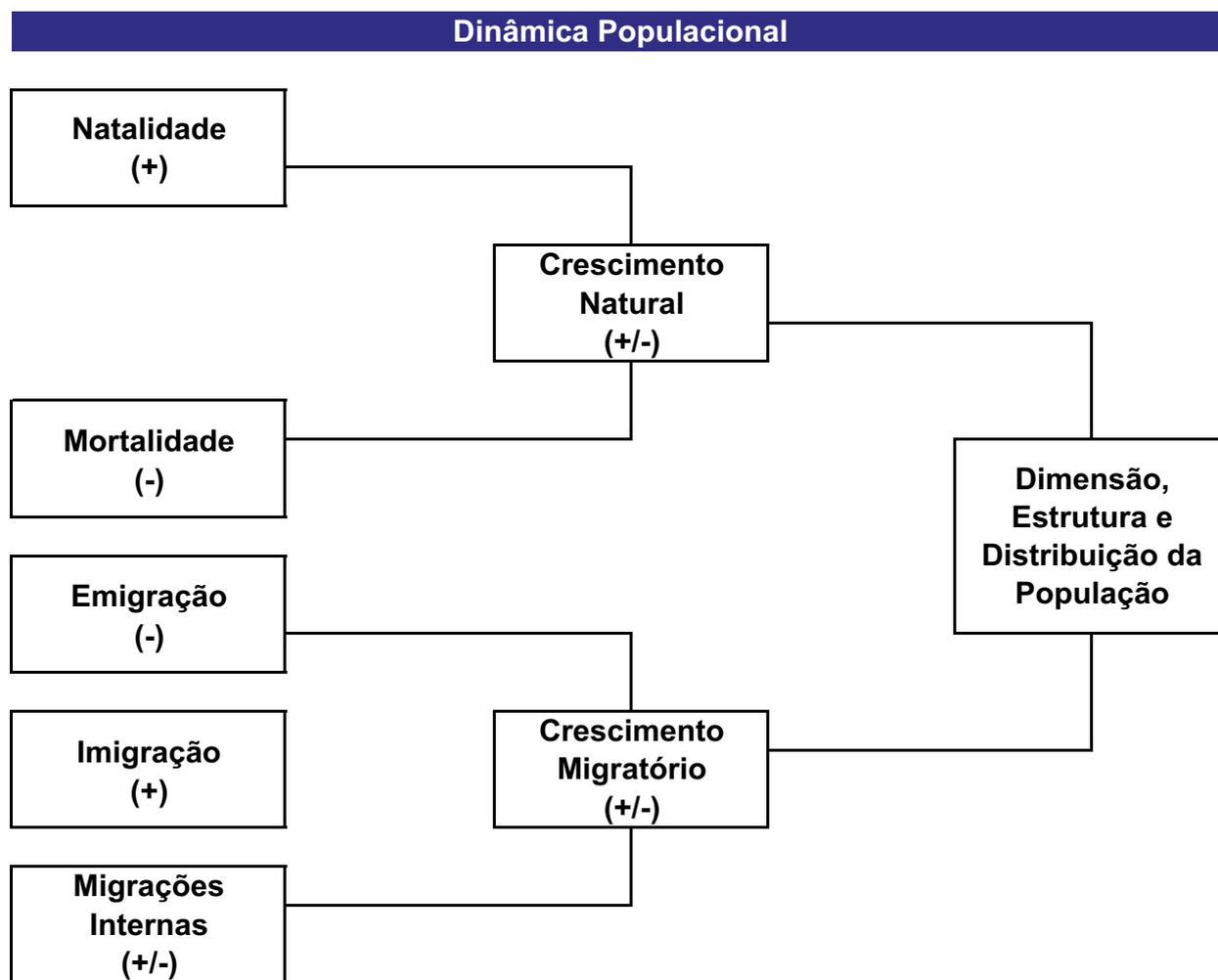
No entanto, tendo em conta o presente enquadramento, no âmbito do CSE, nos inícios da década de 90 (século XX), foram criados grupos de trabalho, em função das várias áreas estatísticas, que na generalidade dos casos prestaram serviços úteis ao SEN. Por vezes, de modo excepcional, havia GT que apenas cumpriam parcialmente os seus mandatos, mas mesmo assim não deixaram de prestar serviços úteis às estatísticas oficiais. Além disso, é de referir também a experiência muito positiva relacionada com a generalidade dos membros dos grupos de trabalho, na sua maior parte, adquiriram o hábito de trabalharem em conjunto e de contribuírem para a transversalidade da função estatística por várias instituições da administração pública e entidades pertencentes ao sector privado.

Os representantes das várias entidades nos grupos de trabalho do CSE, com particular destaque para o presidente do grupo, têm uma notória influência na condução dos trabalhos e na concretização dos objectivos. A selecção de cada representante, certamente que, deverá ter em conta o manifesto interesse do próprio e a sua disponibilidade em participar, os conhecimentos profissionais adequados às respectivas áreas de intervenção, a capacidade de desenvolver trabalho de equipa e o empenhamento de cumprir cabalmente o mandato do grupo de trabalho, dentro do prazo estabelecido.

2.2 Demografia e Estatística (*reciprocidade de uma longa relação*)

As origens da estatística relacionam-se com as necessidades dos estados conhecerem a dimensão das suas populações e da respectiva evolução: crescimento, situação estacionária ou declínio. Por outro lado a demografia procura observar, avaliar e explicar a dimensão, a estrutura e a distribuição de uma população, as mudanças que ocorrem ao longo do tempo, e quais os factores determinantes e as consequências dessas mudanças. Estes objectivos são indissociáveis da respectiva informação estatística.

Em Portugal, à semelhança do que ocorreu em outros países da Europa, a publicação de dados estatísticos iniciou-se, igualmente, com as questões demográficas: recenseamentos da população e estatísticas referentes aos actos do registo civil, anteriormente registos paroquiais. O Instituto Nacional de Estatística, desde a sua fundação, em 1935, edita, com periodicidade anual, a publicação *Estatísticas Demográficas*¹¹. Em Outubro de 1935, o INE publica o volume referente ao ano civil de 1933, em Maio e em Julho de 1936 são publicados os volumes para os anos de referência de 1934 e 1935, respectivamente. É de reconhecer, não obstante os 70 anos já passados, o esforço desenvolvido pelo INE, personificado nos seus trabalhadores, para que os dados estatísticos referentes aos principais fenómenos demográficos fossem aceleradamente disponibilizados, tendo em conta os primeiros passos da instituição.



2. 2. 1 Ex-Centro de Estudos Demográficos (*exemplo de inclusão e cooperação na área estatística da Demografia*)

Tal como sucedeu com a produção de dados estatísticos sobre a Demografia, o INE desempenhou, de igual modo, um papel de destaque nos estudos demográficos. Por portaria governamental¹², Ministério das Finanças (na altura, órgão tutelar do INE), é criado o **Centro de Estudos Demográficos (CED)**, órgão anexo, sem quadro próprio, ao Instituto Nacional de Estatística, que desempenhava a sua missão de forma autónoma, com colaboradores internos e externos, estes últimos relacionados com a investigação demográfica em vários sectores institucionais, designadamente nos círculos universitários. As matérias então propostas para estudo no CED foram agrupadas da seguinte maneira, conforme o referido na respectiva apresentação:

¹¹ *Anuário Demográfico*, título utilizado até 1966, tanto pelo INE, como pela anterior Direcção-Geral de Estatística (extinta em 1935).

¹² Portaria n.º 10619, de 11 de Março de 1944.

- I. Problemas qualitativos da população.
- II. Geo-demografia, Migrações, Urbanismo.
- III. Movimento fisiológico da população.
- IV. Demografia sanitária.
- V. Problemas demógrafo-sociais.
- VI. Metodologia da estatística demográfica.

A integração do Centro de Estudos Demográficos no INE, ao longo do tempo e nos seus vários formatos e enquadramentos orgânicos sucessivos, desempenhou um papel de grande relevo e referência em prol da demografia em Portugal. Ao conjugar-se a produção das estatísticas demográficas, de forma próxima e integrada, com a análise especializada e criativa dos respectivos dados disponibilizados, fez com que houvesse resultados muito positivos no desenvolvimento da área estatística da Demografia. No entanto, a última reestruturação do INE, que se encontra em vigor desde 1 de Outubro de 2004, interrompeu, em termos de unidade orgânica explícita, as actividades exercidas pelo Centro de Estudos Demográficos ou pelas unidades congéneres que entretanto lhe sucederam.

Desde a sua fundação, uma das incumbências deste Centro relacionava-se com a elaboração de uma revista que tornasse público e, simultaneamente, estimulasse a produção de estudos e trabalhos da parte dos seus colaboradores. Assim, em 15 de Junho de 1945 (*60º aniversário em 2005*), é publicado o primeiro volume da **Revista de Estudos Demográficos (RED)**, cuja coordenação e apresentação coube ao Prof. Doutor António Almeida Garrett, responsável na altura pela direcção do Centro de Estudos Demográficos. Entre os vários redactores deste primeiro número, conta-se o Dr. Joaquim José Pais Morais¹³, na época um jovem quadro do INE, com o artigo intitulado «*Sobre o acerto da logística à população portuguesa*», ainda hoje bastante pedagógico em termos metodológicos.

Neste primeiro volume da RED, e em outros que lhe seguiram, há uma curiosidade que convém salientar e que demonstra a transversalidade da revista e do seu sentido de publicitação aos trabalhos realizados sobre demografia. Trata-se de um capítulo designado por “*Bibliografia*”, onde figura uma sùmula de títulos editados em Portugal, referentes em exclusivo à demografia, ou de artigos sobre este mesmo tema incluídos em outras publicações. Segue a sugestão para que se retome esta perspectiva de conteúdo editorial em próximos números da RED.

A longevidade da Revista de Estudos Demográficos é já considerável, 61 anos. Não obstante a descontinuidade do Centro de Estudos Demográficos ou das unidades orgânicas no INE que lhe sucederam, tais como o Gabinete de Estudos Demográficos, o Instituto continua a preservar a elaboração desta prestigiada publicação. Ultimamente, a chefia da direcção editorial tem estado a cargo da Dra. Maria José Carrilho, se bem que a sua colaboração e dedicação à RED já possua um longo historial (mais de 3 décadas).

2.3 Actividades no período 1992 – 1993 (*concertação entre produtores e utilizadores da informação estatística sobre a Demografia*)

Na nova perspectiva, resultante da actual Lei de Bases do SEN, de se desenvolver as actividades estatísticas oficiais, orientadas para a satisfação das necessidades manifestadas pelos utilizadores e realizadas na óptica da cooperação institucional, foi criado um grupo de trabalho¹⁴ que abrangia as várias áreas das estatísticas demográficas e sociais. Entretanto, posteriormente, tendo em conta a grande dimensão e especificidade das matérias e tarefas inerentes a este grupo, a Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais optou pela sua desagregação e a criação de vários grupos especializados, segundo as respectivas áreas estatísticas, como mais adiante será mencionado,

¹³ Posteriormente exerceu as funções de Subdiretor-Geral do INE e de Director do Centro de Estudos Demográficos. Apesar de se encontrar aposentado, há já alguns anos, continua a ser um assíduo e atento utilizador das estatísticas demográficas.

¹⁴ 1ª Decisão da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais (DOCT/193/CSE/DS), 15 de Outubro de 1991.

Em termos gerais, tanto para a área da Demografia como para outras áreas relacionadas com estatísticas demográficas e sociais, não obstante as particularidades e as adaptações de cada área, o mandato atribuído¹⁵ aos grupos de trabalho mencionados determinava, em síntese, o seguinte: **“orientar e desenvolver as actividades estatísticas no sentido da satisfação dos utilizadores nacionais e internacionais, incluindo a integração no sistema estatístico comunitário”**; **“avaliar as metodologias adoptadas e os resultados obtidos que permitam uma adequada utilização”**; **“proceder ao levantamento das estatísticas demográficas e sociais no âmbito do SEN”**; **“propor a manutenção/reconversão/extinção das estatísticas demográficas e sociais ou iniciar a produção de novas estatísticas”**; **“definir prioridades e a avaliação ou reavaliação dos recursos necessários”**.

No que se refere ao Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia (GTED), de acordo com o mandato atribuído (1º), as entidades e seus representantes que constituíram este Grupo eram as seguintes:

- Instituto Nacional de Estatística (INE)¹⁶ – *Fernando Casimiro, Maria José Carrilho, Humberto Moreira.*
- Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) – *Paulo Pleno Gouveia.*
- União Geral dos Trabalhadores (UGT) – *António de Dornelas Cysneiros, Paula Bernardo.*
- Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) – *Domingos Lourenço Magalhães.*
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) – *Maria João Valente Rosa.*
- Comissões de Coordenação Regional (CCR):
 - Comissão de Coordenação da Região Norte – *Fernanda Neves.*
 - Comissão de Coordenação da Região Centro – *Fernanda Costa, António Oliveira.*
 - Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo – *Maria de Fátima Malheiro, Maria Ester Fernandes.*
 - Comissão de Coordenação da Região do Alentejo – *Amável Candeias.*
 - Comissão de Coordenação da Região do Algarve – *Ana Paula Rodrigues; Lúcia Barros Silveira.*

As reuniões do Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia¹⁷ decorreram em quatro sessões de trabalho, entre 12 de Novembro de 1992 e 29 de Abril de 1993. Os trabalhos iniciaram-se com a análise de um documento, apresentado pelos representantes do INE, onde se efectuava um levantamento sobre a produção estatística na área da Demografia¹⁸, incluindo os respectivos instrumentos de notação para a respectiva recolha. A partir da análise e discussão deste documento, foram apresentados outros contributos, por escrito ou verbalmente, dos representantes das restantes entidades participantes neste GT e do Gabinete de Estudos Demográficos (INE).

Na sequência da consolidação e da síntese dos vários contributos e propostas apresentadas, foi elaborado um relatório final, aprovado por todas as entidades representadas em que constavam as recomendações para o desenvolvimento das estatísticas demográficas, ventiladas segundo os fenómenos demográficos específicos. Inclui-se também a definição das respectivas prioridades, face às recomendações feitas, bem como uma perspectiva de conteúdos e de apresentação quanto à informação publicada nas *«Estatísticas Demográficas»*. No seguinte quadro enumeram-se, sintetizadamente, as recomendações do Grupo de Trabalho.

¹⁵ 3ª Decisão da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais (DOCT/566/CSE/DS), 7 de Julho de 1993.

¹⁶ O INE encontrava-se representado por duas unidades orgânicas distintas: o Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais (na óptica do produtor) e o Gabinete de Estudos Demográficos (na óptica do utilizador).

¹⁷ Presididas pelo Dr. Fernando Casimiro, director do então Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do INE.

¹⁸ Excepto nos que se refere aos Censos, nomeadamente de 1991 e 2001, relativamente aos quais foram criadas pelo CSE as respectivas secções eventuais de acompanhamento.

Projecto estatístico	Recomendações
Nados-vivos (Nascimentos)	<ul style="list-style-type: none"> ● Introduzir as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Coabitação dos pais.</i> ○ <i>Nacionalidade dos pais.</i> ○ <i>Residência do pai.</i> ● Alterar as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Local do parto</i>, desagregar <i>Estabelecimento hospitalar</i> em: <i>hospital</i>; <i>centro de saúde</i>. ○ <i>N.º de filhos anteriores do mesmo casamento</i>, passa a: <i>N.º de filhos anteriores comuns (nados-vivos; fetos-mortos)</i>; <i>N.º de filhos anteriores não comuns (do pai do nado-vivo; da mãe do nado-vivo)</i>.

Projecto estatístico	Recomendações
Óbitos (Sete ou mais dias)	<ul style="list-style-type: none"> ● Introduzir as seguintes questões (óbitos infantis): <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Dados relativos à mãe (condição perante o trabalho, profissão, situação na profissão, ramo de actividade económica).</i> ○ <i>Dados relativos ao pai (nível de instrução).</i> ● Alterar as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Nacionalidade</i>, indicar o país de nacionalidade. ○ <i>N.º de filhos do casamento dissolvido</i>, passa a: <i>N.º de fetos-mortos</i>; <i>N.º de nados-vivos</i>; <i>N.º de filhos ainda vivos: (0 – 4; 5 – 9; 10 – 17; 18 ou mais anos)</i>.

Projecto estatístico	Recomendações
Óbitos Perinatais (Fetos-Mortos e Óbitos com menos de sete dias de idade)	<ul style="list-style-type: none"> ● Introduzir as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Coabitação dos pais.</i> ○ <i>Nacionalidade dos pais.</i> ○ <i>Dados relativos à mãe (condição perante o trabalho, situação na profissão).</i> ○ <i>Dados relativos ao pai (nível de instrução, residência).</i> ○ <i>Nacionalidade da criança nascida viva.</i> ● Alterar as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>N.º de filhos do casamento dissolvido</i>, passa a: ○ <i>N.º de filhos anteriores comuns (n.º de fetos-mortos; n.º de nados-vivos)</i>. ○ <i>N.º de filhos vivos não comuns: (do pai da criança morta; da mãe da criança morta)</i>.

Projecto estatístico	Recomendações
Casamentos	<ul style="list-style-type: none"> ● Introduzir as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>Formas de celebração não católicas.</i> ○ <i>Coabitação anterior.</i> ○ <i>Filhos não comuns anteriores ao casamento: Sim (quantos do marido, quantos da mulher); Não.</i> ● Alterar as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ○ <i>N.º de casamentos anteriores</i>, incluir: <i>dissolvidos por viuvez</i>; <i>dissolvidos por divórcio</i>.

Projecto estatístico	Recomendações
Divórcios e Separações	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir a seguinte questão: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Nacionalidade dos ex-cônjuges. ◦ Coabitação anterior. ◦ Filhos não comuns anteriores ao casamento: Sim (quantos do marido, quantos da mulher); Não . • Anular as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Estado civil anterior do cônjuge masculino. ◦ Estado civil anterior do cônjuge feminino. • Alterar as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ◦ N.º de casamentos anteriores do cônjuge masculino , acrescentar: dissolvidos por viuvez; dissolvidos por divórcio . ◦ N.º de casamentos anteriores do cônjuge feminino , acrescentar: dissolvidos por viuvez ; dissolvidos por divórcio .

Projecto estatístico	Recomendações
Imigração	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Imigrante permanente (com residência igual ou superior a um ano). ◦ Imigrante temporário (com residência inferior a um ano).

Projecto estatístico	Recomendações
Emigração	<ul style="list-style-type: none"> • Introduzir as seguintes questões: <ul style="list-style-type: none"> ◦ Caracterização sócio-económica do emigrante: nível de instrução; condição perante o trabalho (no país de origem), profissão (no país de origem/destino), situação na profissão (no país de destino), ramo de actividade económica (no país de origem/destino) . ◦ Relacionamento familiar do emigrante: existência de familiares no país de destino; grau de parentesco. ◦ Imigrante temporário (com residência inferior a um ano)

Projecto estatístico	Recomendações/Novas Estatísticas
Migrações Internas	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitamento de fontes administrativas alternativas (p. ex. Recenseamento Eleitoral e Cartão de Contribuinte). Dados passíveis de obter pelo Inquérito ao Emprego, com representatividade NUTS II, desagregação considerada insuficiente pelo G. T. • Disponibilidade dos dados estatísticos: desagregação até ao nível de NUTS III, pelo menos. • Variáveis. Residência (concelho de origem/destino); idade; sexo; estado civil; situação na profissão; ramo de actividade; profissão; nível de instrução; migração individual ou familiar.

2. 4 Actividades no período 2002 – 2003 [integração específica: estatísticas sobre óbitos (entre as áreas da Demografia e da Saúde) e integração mais geral: meta-informação/conceitos estatísticos da Demografia]

Como já foi anteriormente mencionado neste texto (ponto 1. 4. 2 – Secções Permanentes), verificaram-se alguns ajustamentos na estrutura orgânica do Conselho Superior de Estatística, nomeadamente a criação da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente e consequentemente a extinção da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais. Estas medidas tiveram, necessariamente, repercussões ao nível da estrutura dos grupos de trabalho, tornando-os mais flexíveis no modo de funcionamento e na respectiva composição, designadamente a desagregação entre representantes fixos e não fixos que deixou de existir.

A 4ª Decisão da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente¹⁹, em 25 de Janeiro de 2000, considerou e destacou a necessidade de se dar continuidade ao levantamento, análise e acompanhamento das estatísticas produzidas nas áreas temáticas que lhe respeitam, no âmbito do Sistema Estatístico Nacional, tendo para o efeito criado vários grupos de trabalho destinados a prosseguirem esses objectivos. Um desses grupos foi o Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia, com a atribuição do seguinte mandato:

¹⁹ Presidida pela Dra. Alda Caetano de Carvalho, actualmente Presidente da Direcção do Instituto Nacional de Estatística.

- a) Analisar os “**Conceitos Estatísticos**” da área temática – Demografia;
- b) Colaborar com o Instituto Nacional de Estatística na elaboração de um **novo verbete para a caracterização dos óbitos**, visando a melhoria das estatísticas sobre óbitos e uma adequada codificação das causas de morte.

Tendo em conta as mencionadas alíneas do mandato, as entidades e respectivos representantes neste Grupo foram as seguintes:

A. Composição para a análise da alínea a) do mandato:

- Instituto Nacional de Estatística: *Fernando Casimiro (Presidente do Grupo de Trabalho), Humberto Moreira, Rita Figueiredo, Alexandra Abreu.*
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas: *Gilberta Rocha.*
- Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral: *Carlos Nunes da Ponte, Amélia André.*
- Departamento de Prospectiva e Planeamento (Ministério do Planeamento): *Filomena Carvalho, Maria João Sequeira.*
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: *Ana Bela Nobre, Luiz Pestana Ferreira.*
- Direcção-Geral dos Registos e do Notariado: *Eugénia Pimpão, Paula Marina Lopes.*

B. Composição para a análise da alínea b) do mandato:

- Instituto Nacional de Estatística: *Fernando Casimiro (Presidente do Grupo de Trabalho), Humberto Moreira.*
- Direcção-Geral da Saúde: *Amélia Leitão, Judite Morgado.*
- Direcção-Geral dos Registos e do Notariado: *Eugénia Pimpão, Paula Marina Lopes.*
- Instituto de Medicina Legal: *Francisco Corte-Real, Teresa Magalhães.*

A primeira reunião do Grupo de Trabalho realizou-se em 4 de Abril de 2002, com os representantes de todas as entidades que compõem as alíneas a) e b) do mandato. Nesta reunião, o Dr. Fernando Casimiro, na altura Director do Departamento de Estatísticas Censitárias e da População do INE, foi eleito para Presidente. Relativamente à alínea a) realizaram-se mais 6 reuniões, entre 18 de Abril e 27 de Junho de 2002; quanto à alínea b) ocorreram mais 2 reuniões. Tendo em conta que algumas das entidades estavam simultaneamente representadas em ambas as alíneas, no sentido de se facilitar a participação e as deslocações dos seus representantes, realizou-se uma reunião conjunta em 11 de Julho de 2002. A reunião final, relativa às duas alíneas do mandato, realizou-se em 10 de Setembro de 2002, para a aprovação, na generalidade, do relatório dos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia.

Sobre os **conceitos estatísticos da área da Demografia**, como fontes de fundamentação e actualização, foram utilizados para o trabalho desenvolvido vários diplomas legais, bem como documentação e publicações diversas, relacionadas com as estatísticas demográficas. Na consulta dos diplomas legais, a título exemplificativo, faz-se referência ao Código Civil, ao Código do Registo Civil, à Lei da Nacionalidade, tendo em conta os respectivos decretos regulamentares posteriores. Entre as outras fontes utilizadas, faz-se referência ao Programa Global do Recenseamento Geral da População e da Habitação/Censos 2001, às recomendações das Nações Unidas para o Sistema das Estatísticas Vitais e para as Estatísticas das Migrações Internacionais, ao Glossário do Eurostat (*New Cronos*), às Recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS); à Classificação Internacional de Doenças (CID – 10) – Volume 2, Organização Mundial de Saúde.

Relativamente à base de dados já existente no Instituto Nacional de Estatística, sobre os conceitos estatísticos da área da Demografia, o GTED realizou-se uma detalhada análise e reformulação. A nova base de conceitos, resultante do trabalho efectuado, contem os termos e as definições dos conceitos demográficos utilizados nas operações estatísticas realizadas no âmbito do Sistema Estatístico Nacional.

No que se refere à alínea b) do mandato, como consequência da análise técnica efectuada nas reuniões do GTED ao **verbetes para óbito de 28 ou mais dias** e ao **verbetes para óbito fetal ou neonatal** (crianças nascidas vivas que faleceram com menos de 28 dias de idade) procederam-se a algumas alterações (vide tabelas de correspondência). Na generalidade, estas alterações correspondem a uma melhor articulação entre os certificados de óbito²⁰ e os respectivos verbetes para óbito.

²⁰ Certificado, da responsabilidade do médico, para confirmar, junto do Registo Civil, a declaração de um óbito, feito em impresso de modelo fornecido pelos competentes serviços de saúde.

Reformulação do verbete para óbito 28 ou mais dias

Tabela de correspondência entre as anteriores e as novas variáveis

Ano de referência - 2002		Ano de referência - 2003		Observações
	Identificação do verbete (7 dígitos)		N.º de certificado de óbito (7 dígitos: 6 dígitos + check-digit)	Alteração da designação e do código
	Distrito/Região Autónoma		Distrito/Região Autónoma (ilha)	
	Concelho		Concelho	
	Conservatória		Conservatória	
	Registo n.º		Registo n.º	
	Data do registo		Data do registo	
Q1	Causa da morte:	Q1	Causa da morte:	
	- Causa básica (código CID-10)		- Causa básica (código CID-10) *	
	- Causa externa (código CID-10)		- Causa externa (código CID-10)	
Q1	Declaração obrigatória			Supressão
Q1	Intervalo aproximado entre o começo da doença e a morte	Q1	Tempo aproximado entre o início da doença e a morte	Alteração da designação
		Q2	Tipo de óbito:	Nova variável
			Natural	Preenchimento exclusivo
			Não Natural	
			Sob investigação médica (aguarda exames complementares ou outros)	
		Q3	Tipo de óbito não natural:	Nova variável
			Acidente de trânsito	Preenchimento exclusivo
			Acidente de trabalho	
			Eventual suicídio	
			Eventual homicídio	
			Outro acidente, qual?	
			Ignorado	
Q2	Data	Q4	Data do falecimento **	
Q3	Local	Q5	Local ***	
	Num domicílio		Num domicílio	
	Num hospital/clínica		No hospital/clínica	Alteração da designação
	Noutro local		Noutro local	
Q4	A causa da morte foi indicada com base em:	Q6	A causa da morte foi indicada com base em:	
	· Apenas em elementos de ordem clínica		· Apenas em elementos de ordem clínica	
	· Autópsia		· Autópsia	
	· Auto lavrado pela autoridade administrativa		· Auto lavrado pela autoridade administrativa	
	· Outros documentos oficiais		· Outros documentos oficiais	
Q5	Nacionalidade	Q11	Nacionalidade	
Q6	Naturalidade	Q10	Naturalidade	
Q7	Residência habitual	Q12	Residência habitual	
Q8	Sexo	Q7	Sexo	
Q9	Data de nascimento	Q8	Data de nascimento	
Q10	Condição perante o trabalho	Q13	Condição perante o trabalho	
Q11	Profissão	Q14	Profissão	
Q12	Situação na profissão	Q15	Situação na profissão	
Q13	Ramo de actividade	Q16	Ramo de actividade	
Q14	Estado civil	Q9	Estado civil	
	Solteiro		Solteiro	
	Casado		Casado	
	Viúvo		Viúvo	
	Divorciado		Divorciado	
	Separado			Supressão
	Ignorado		Ignorado	
Q15	Data do último casamento	Q17	Data do último casamento	
Q16	Idade do cônjuge sobrevivido	Q18	Idade do cônjuge sobrevivido	
Q17	Número de filhos do casamento dissolvido			Supressão
Q18	Filiação	Q19	Filiação	
Q19	Dados relativos aos pais	Q20	Dados relativos aos pais ****	
Q19.1	Data do nascimento	Q20.1	Data do nascimento	
Q19.2	Grau de instrução completo	Q20.2	Nível de instrução completo	
Q19.3	Condição perante o trabalho	Q20.3	Condição perante o trabalho	
Q19.4	Profissão	Q20.4	Profissão	
Q19.5	Situação na profissão	Q20.5	Situação na profissão	
Q19.6	Ramo de actividade	Q20.6	Ramo de actividade	

* Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde – Décima Revisão, Organização Mundial de Saúde (OMS) – Centro Colaborador da OMS para a

Classificação de Doenças em Português – Universidade de São Paulo, Brasil.

Q4 – ** quando a data do falecimento é desconhecida deverá indicar a data de verificação do falecimento.

Q5 – ***os óbitos ocorridos em lares para idosos deverão ser anotados "Num domicílio".

Q20 – ****preenchimento de todos os quesitos relativos aos pais, mesmo que eles tenham entretanto falecido.

Reformulação do verbete para óbito fetal e neonatal

Tabela de correspondência entre as anteriores e as novas variáveis

Ano de referência - 2002	Ano de referência - 2003	Observações
Identificação do verbete (7 dígitos)	N.º de certificado de óbito (7 dígitos: 6 dígitos + check-digit)	Alteração da designação e do código
Distrito/Região Autónoma. Concelho Conservatória Registo n.º Data do registo	Distrito/Região Autónoma (ilha). Concelho Conservatória Registo n.º Data do registo	
Q1 Causa da morte: - Alineas a) e b): causa básica e causa externa. - Alineas c) e d): causa básica e causa externa.	Q1 Causa da morte: - Alineas a) e b): causa básica e causa externa. - Alineas c) e d): causa básica e causa externa.	
Q1 Declaração obrigatória	Q1 Tempo aproximado entre o início da doença e a morte	Supressão Nova variável
	Q2 Tipo de óbito não natural: Acidente de transporte Eventual homicídio Outro acidente, qual?	Nova variável Preenchimento exclusivo
Q2 A criança nasceu viva: - Data do nascimento - Data do falecimento	Q3 A criança nasceu viva: - Data do nascimento - Data do falecimento	
Q3 A criança nasceu morta (data do parto)	Q4 A criança nasceu morta (data do parto)	
Q3 E morreu (antes do parto)	Q4 E morreu (antes do parto)	
Q3 E morreu (depois do parto)	Q4 E morreu (durante o parto)	Correcção ao texto
Q3 E morreu (ignorado)	Q4 E morreu (ignorado)	
Q4 Sexo	Q5 Sexo	
Q5 Peso à nascença	Q6 Peso à nascença	
Q6 Filiação	Q7 Filiação	
Q7 Nacionalidade (criança nascida viva)	Q8 Nacionalidade (criança nascida viva)	
Q8 Local do falecimento	Q9 Local do falecimento	
Q8 Local do falecimento (domicílio)	Q9 Local do falecimento (Num domicílio)	Alteração da designação
Q8 Local do falecimento (hospital/clínica)	Q9 Local do falecimento (No hospital/clínica)	Alteração da designação
Q8 Local do falecimento (outro)	Q9 Local do falecimento (Noutro local)	Alteração da designação
Q9 A causa da morte foi indicada com base em: - Apenas em elementos de ordem clínica. - Autópsia. - Auto lavrado por autoridade administrativa. - Outros documentos oficiais.	Q10 A causa da morte foi indicada com base em: - Apenas em elementos de ordem clínica. - Autópsia. - Auto lavrado pela autoridade administrativa. - Outros documentos oficiais.	
Q10 Se resultante de parto gemelar, indique: - 1º gémeo - 2º gémeo - 3º gémeo - Outro múltiplo.	Q11 Se resultante de parto gemelar, indique*: - 1º gémeo - 2º gémeo - 3º gémeo - Outro múltiplo.	
Q11 Local	Q12 Local	
Q11 Local (domicílio)	Q12 Local (domicílio)	
Q11 Local (hospital/clínica)	Q12 Local (hospital/clínica)	
Q11 Local (outro)	Q12 Local (outro)	
Q12 Natureza - Simples - Gemelar	Q13 Natureza*: - Simples - Gemelar	
Q13 Se gemelar, indique - N.º de gémeos (N.º de nados vivos; N.º de fetos mortos)	Q14 Se gemelar, indique: - N.º de gémeos (N.º de nados vivos; N.º de fetos mortos)	
Q14 O parto foi - Normal; Espontâneo de apresentação de vértice - Outro (especifique) - Ignorado	Q15 O parto foi: - Normal; Espontâneo de apresentação de vértice - Outro (especifique) - Ignorado	
Q15 Assistência - Médico - Enfermeira obstétrica - Enfermeira - Sem assistência - Ignorada	Q16 Assistência: - Médico - Enfermeira obstétrica - Enfermeira - Sem assistência - Ignorada	
Q16 Duração da gravidez - N.º de semanas de gestação - Ignorada	Q17 Duração da gravidez: - N.º de semanas de gestação - Ignorada	
Q17 Vigilância antenatal: Houve três ou mais consultas médicas: Sim, Não Ignorada.	Q18 Vigilância antenatal: Houve três ou mais consultas médicas: Sim, Não Ignorada.	
Q18 Data de nascimento	Q19 Data de nascimento**	
Q19 Residência habitual	Q20 Residência habitual**	
Q20 Nacionalidade	Q21 Nacionalidade**	
Q21 Grau de ensino completo	Q22 Nível de instrução completo**	
Q22 Condição perante o trabalho	Q23 Condição perante o trabalho**	
Q23 Profissão	Q24 Profissão**	
Q24 Situação na profissão	Q25 Situação na profissão**	
Q25 Ramo de actividade	Q26 Ramo de actividade**	
Q26 Número de partos anteriores	Q27 Número de partos anteriores**	
	Q27 Termo**	Nova variável
	Q27 Pré-termo**	Nova variável
Q27 Data do parto imediatamente anterior	Q28 Data do parto imediatamente anterior**	
Q28 Número de abortos e gravidezes ectópicas	Q29 Número de abortos e gravidezes ectópicas**	
Q29 Número de filhos vivos	Q30 Número de filhos vivos**	

Q11 e Q13 - *indique o(s) número(s) de registo(s) dos restantes gémeos. Se um ou mais gémeos foram registados noutra conservatória, indique a(s) conservatória(s).
Q19 e seguintes - **preencha todos os quesitos relativos aos pais do feto ou da criança, mesmo que estes tenham entretanto falecido.

A Secção Permanente de Planeamento, Coordenação e Difusão²¹ decidiu, na sua reunião de 11 de Abril de 2003, aprovar os conceitos para fins estatísticos da área temática da Demografia, sem prejuízo da introdução de eventuais alterações decorrentes da análise final e global com vista à harmonização, integração e exaustividade dos conceitos definidos, nos termos da legislação do Sistema Estatístico Nacional.

A Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente²², reunida em 4 de Junho de 2003, decidiu emitir parecer favorável ao relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia, recomendando ao Instituto Nacional de Estatística a implementação dos novos modelos de verbetes para a caracterização dos óbitos com vista à melhoria das estatísticas sobre óbitos e a uma adequada codificação das causas de morte.

2. 5 Actividades no período 2004 – 2006 (*evolução das estatísticas migratórias com a exploração de dados administrativos da população*)

Em 18 de Fevereiro de 2004, iniciaram-se as reuniões do Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia, relacionadas com o cumprimento ao novo mandato, atribuído pela Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente (SPEDSFA) e expresso nos seguintes termos:

Análise de uma proposta de acção na área estatística das “**Migrações**”, com base num documento de trabalho a apresentar pelo Instituto Nacional de Estatística.

A nova composição do GTED, de acordo com mandato atribuído, era formada pelas seguintes entidades e respectivos representantes:

- Instituto Nacional de Estatística: *Fernando Casimiro*²³ (*participante apenas na 1ª reunião*), *Humberto Moreira*, *Paula Paulino*, *Cláudia Pina* (*a partir de 26 de Outubro de 2004*).
- Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas: *Gilberta Rocha* (*Presidente do GTED*).
- Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral: *Carlos Nunes da Ponte*, *Amélia André*.
- Serviço de Estrangeiros e Fronteiras: *Ana Bela Nobre* (*substituída por João Ataíde, a partir de 19 de Maio de 2005*), *Maria José Torres*.
- Direcção-Geral dos Registos e do Notariado: *Eugénia Pimpão*, *Regina Fontainhas*.
- Inspecção-Geral do Trabalho: *Maria José Cardoso*, *Patrício Costa*.
- Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas: *Isabel Corado*, *Lubélia Gomes*.
- Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas: *André Corrêa d’Almeida* (*substituído por Catarina Oliveira, a partir de 29 de Setembro de 2005*), *Ana Braga*.
- Observatório da Ciência e do Ensino Superior (em substituição da Direcção-Geral do Ensino Superior): *Teresa Almeida* (*a partir de 5 de Maio de 2005*).

As reuniões do Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia, relativas ao presente mandato ocorreram entre 18 de Fevereiro de 2004 e 17 de Março de 2006, tendo-se realizado, ao todo 18 reuniões. Como se encontra mencionado no próprio mandato do GTED, o arranque dos trabalhos iniciou-se com a análise do documento base, apresentado pelo Instituto Nacional de Estatística, onde se descreviam as fontes, as variáveis observadas, os métodos de recolha, bem como os dados disponíveis sobre as estatísticas migratórias. Em simultâneo, para cada fenómeno migratório, eram dados os esclarecimentos às dúvidas colocadas pelos participantes e, no âmbito da discussão técnica, efectuadas propostas metodológicas, como também procedendo-se à avaliação dos dados disponíveis face às necessidades estatísticas nessas matérias. Por outro lado, competia também ao Grupo de Trabalho delinear uma estratégia de acção no sentido de propor novas fontes com o objectivo de melhorar e alargar a cobertura estatística aos mais variados tipos de movimentos migratórios e *stocks*, ainda a descoberto.

²¹ 253ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística (DOCT/1122/CSE/PDC).

²² 9ª Decisão da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente (DOCT/1200/CSE/DSFA).

²³ Substituído na presidência do GTED, por motivo de comissão de serviço no estrangeiro, pela Prof. Dra. Gilberta Rocha, eleita por unanimidade na reunião de 18 de Fevereiro de 2004.

Este designio encontrava-se também incluído nas ***Linhas Gerais da Actividade Estatística Nacional e respectivas prioridades para o período de 2003-2007***, aprovadas pelo Conselho Superior de Estatística. Neste plano das actividades estatísticas nacionais, no domínio da *População e Sociedade*, uma das primeiras prioridades seria “*Desenvolver um novo modelo de estimação dos fluxos migratórios*”. Tal como anteriormente mencionado, este objectivo perspectiva a exploração de dados administrativos e o intercâmbio da informação administrativa.

A Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente²⁴, reunida em 4 de Maio de 2006, decidiu emitir parecer favorável ao relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia e aprovar as respectivas deliberações. Sublinhou também a relevância e a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia.

²⁴ 15ª Decisão da Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente (DOCT/1825/CSE/DSFA).

Quadros síntese sobre as recomendações²⁵ às entidades envolvidas, com o objectivo de melhorar a informação das componentes das migrações internacionais (Imigração, População Estrangeira e Emigração) e Migrações Internas.

Migrações Internacionais	
Imigração e População Estrangeira	
Cooperação inter-institucional	
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) e Instituto Nacional de Estatística (INE)	<p>Potenciar a informação do Sistema Integrado de Informação (SII) do SEF para fins estatísticos, tendo em conta os seguintes procedimentos:</p> <p>Dar continuidade ao processo de avaliação da qualidade do stock de população estrangeira, na sequência do inquérito piloto de 2004;</p> <p>Utilizar a renovação dos títulos de residência para proceder ao “<i>refrescamento</i>” da informação estatística;</p> <p>Proceder ao tratamento das prorrogações de permanência (autorização de permanência e vistos de longa duração) e promover a divulgação dos respectivos dados.</p>
Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e Instituto Nacional de Estatística (INE)	<p>Contabilizar e divulgar os dados sobre os vistos para estadas de longa duração; o registo estatístico da prorrogação dos vistos pelo SEF complementa a informação sobre os estrangeiros, detentores deste tipo de entrada e permanência em Portugal.</p>
Direcção-Geral dos Registos e do Notariado (DGRN) e Instituto Nacional de Estatística (INE)	<p>Avaliar a possibilidade de utilização para fins estatísticos dos dados administrativos existentes no ficheiro informatizado da Conservatória dos Registos Centrais, nomeadamente no que respeita à atribuição, aquisição e perda da nacionalidade portuguesa. No desenvolvimento deste projecto deve também participar o Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça (ITIJ), entidade que assegura a gestão informática do ficheiro.</p>
Inspeção-Geral do Trabalho (IGT) e Instituto Nacional de Estatística (INE)	<p>Utilização para fins estatísticos dos dados administrativos sobre contratos de trabalho de cidadãos estrangeiros. Recomendação ao INE, por intermédio dos serviços regionais de estatística dos Açores e da Madeira, de contactar com as respectivas Inspeções Regionais de Trabalho.</p>
Observatório da Ciência e do Ensino Superior (OCES) e Instituto Nacional de Estatística (INE)	<p>Disponibilização de dados estatísticos sobre os alunos do ensino superior matriculados, inscritos e diplomados estrangeiros, pelo respectivo país de nacionalidade.</p>

Recomendações ao INE

Proceder a estudos metodológicos que permitam uma utilização sistemática da informação do **Inquérito ao Emprego** para caracterizar a população estrangeira face ao mercado de trabalho. Neste sentido recomenda-se ainda que proceda às diligências necessárias à implementação em 2008 do módulo **ad hoc do Inquérito ao Emprego – Migrantes e seus Descendentes**, de acordo com as orientações comunitárias. O objectivo deste módulo é observar e caracterizar de forma aprofundada, nos vários países da União Europeia, as populações migrantes, utilizando conceitos e metodologias harmonizadas. Reforçar contactos com os seguintes organismos no sentido de se proceder à avaliação da disponibilidade e acessibilidade dos dados estatísticos por eles produzidos ou à exploração efectiva da informação já disponibilizada:

- Instituto do Emprego e da Formação Profissional/Direcção de Serviços de Estudos do Mercado de Emprego (registos de emprego e desemprego);
- Ministério da Educação/Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (estudantes por nacionalidade);
- Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social/Divisão de Estatística (registos de segurança social);
- Ministério das Finanças – Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (registos de contribuição fiscal);
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social – Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (Quadros de Pessoal).

Estudar a viabilidade de, no próximo recenseamento da população a realizar em 2011, alargar o universo de observação aos estrangeiros residentes no país há menos de um ano e incluir um módulo que permita conhecer outras dimensões da realidade imigratória, como por exemplo as “*segundas gerações de migrantes*”.

²⁵ Apresentadas no relatório do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia e aprovadas pela Secção Permanente de Estatísticas Demográficas e Sociais, das Famílias e do Ambiente (SPEDSFA).

Migrações Internacionais

Emigração

Cooperação inter-institucional

Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) e Instituto Nacional de Estatística (INE) Promover a colaboração da **Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas** com o **INE** relativamente ao tratamento estatístico da informação fornecida pelas embaixadas e consulados, nomeadamente: “stock” de inscrições, novas inscrições e transferências de residência dos portugueses que vivem no estrangeiro.

Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) e Instituto Nacional de Estatística (INE) Promover a colaboração do **Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral** com o **INE** no sentido de procederem à análise conjunta da informação relativa ao recenseamento eleitoral, nomeadamente: primeiras inscrições em postos consulares e transferências de cidadãos nacionais residentes em Portugal para outros países.

Recomendações ao INE / Cooperação inter-institucional

Considerar a possibilidade de proceder a alterações metodológicas ao Inquérito aos Movimentos Migratórios de Saída (IMMS), módulo do Inquérito ao Emprego, no sentido de aumentar a fiabilidade das estimativas obtidas e alargar o número de variáveis em observação, com relevo para a vertente socio-económica (condição perante o trabalho, profissão e situação na profissão); ou, em alternativa, estudar a viabilidade de implementação de um inquérito autónomo, com metodologia ajustada à observação do fenómeno emigratório.

Explorar de forma mais aprofundada as estatísticas dos principais países de destino da emigração portuguesa, com particular relevo para as estruturas por sexo e idades e características socio-económicas dos emigrantes. Ainda neste âmbito, sublinha-se a pertinência da elaboração de um exercício, entre Portugal e alguns dos principais países de destino, que avalie o nível de simetria dos processos estatísticos utilizados (fontes, metodologias, conceitos) e da respectiva informação estatística.

Explorar as potencialidades da informação contida nos ficheiros relativos ao registo de Contribuição Fiscal e ao registo da Segurança Social, no âmbito do acesso a dados administrativos para fins estatísticos.

Migrações Internacionais

Integração da Informação

Recomendar ao INE que avalie a possibilidade da concepção de uma base de dados de indicadores estatísticos, que centralize a informação produzida pelo INE e pelas entidades representadas no GTED. Esta base de dados constituir-se-á como uma fonte coerente e harmonizada de informação estatística acessível a todos os utilizadores. Neste âmbito, e tendo como objectivo a identificação dos indicadores a integrar a base de dados, **recomendar ao INE** que em articulação com:

- O Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) – enquanto entidade pública com competências na área da integração dos imigrantes e minorias étnicas na sociedade portuguesa* – proceda à identificação das dimensões associadas ao fenómeno migratório e respectivos indicadores, com vista ao aprofundamento do conhecimento e avaliação desta realidade.
- O Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas CRUP – enquanto entidade agregadora da produção científica universitária – proceda à identificação das dimensões associadas ao fenómeno migratório, nas suas vertentes emigração e imigração, e respectivos indicadores, no sentido de melhor responder às necessidades dos utilizadores, designadamente nos domínios económico, demográfico, social e cultural.
- As entidades produtoras de dados e representadas no GTED, designadamente Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, Direcção-Geral dos Registos e Notariado/Conservatória dos Registos Centrais, Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, Observatório da Ciência e Ensino Superior e Inspecção-Geral do Trabalho, analisem e validem as dimensões associadas ao fenómeno migratório, nomeadamente através da avaliação da possibilidade de construção dos indicadores nas áreas da respectiva competência.

Migrações Internas

A actuação mais importante centra-se no alargamento das fontes disponíveis, particularmente aquelas que possam colmatar a desactualização da informação no período inter-censitário.

Cooperação inter-institucional

Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) e Instituto Nacional de Estatística (INE) Procederem à análise conjunta da informação relativa ao recenseamento eleitoral no que respeita às transferências (cartão de eleitor) em território nacional.

Recomendações ao INE

Proceda a estudos metodológicos que permitam uma utilização sistemática da informação do Inquérito ao Emprego para quantificar e caracterizar os movimentos migratórios internos, nomeadamente para níveis de desagregação geográfica mais finos que a NUTS II.

Explore exaustivamente as potencialidades da informação pertinente para a medição dos fluxos internos contida nos ficheiros relativos ao registo de Contribuição Fiscal e ao registo da Segurança Social.

Migrações (âmbito geral)

Recomendar ainda um contacto mais estreito entre o INE com as Universidades Portuguesas e o Observatório da Imigração, representados no GT, com vista a um melhor conhecimento destes fenómenos e, consequentemente, das dificuldades encontradas para a prossecução dos objectivos traçados nos respectivos planos de investigação. Este contacto deve possibilitar a identificação, regularmente actualizada, das unidades de investigação, dos estudos realizados e dos autores que trabalham nas várias vertentes migratórias.

A SPEDSFA recomenda ainda que, no futuro, a análise das estatísticas e indicadores sobre Migrações Internacionais, se realize tendo como enquadramento um cenário de comparabilidade e de boas práticas internacionais.

Durante o 4º trimestre de 2006, o Instituto Nacional de Estatística apresentará à SPEDSFA um documento de avaliação do grau de exequibilidade das recomendações constantes do Relatório apresentado pelo Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas da Demografia.

*Conforme Decreto-Lei n.º 27/2005, o ACIME é uma estrutura interdepartamental de apoio e consulta do Governo em matéria de imigração e minorias étnicas, que tem como missão promover a integração dessas populações em Portugal, e cooperar e coordenar acções conjuntas com os diversos serviços da Administração Pública competentes em razão da matéria relativa à entrada, saída e permanência de cidadãos estrangeiros.

3. Notas finais (*expressar algumas reflexões pessoais e expectativas*)

Apesar da já razoável dimensão deste artigo e do tempo já dedicado à sua elaboração, incluindo a esquematização e o desenvolvimento do texto, a sequência cronológica dos factos mais relevantes, a pesquisa documental²⁶, as sucessivas revisões, correcções e alterações ao que já foi escrito, em boa hora me envolvi nesta estimulante tarefa, não obstante algumas ansiedades sentidas. Ao longo deste exercício, vieram-me à memória factos e momentos gratificantes, experiências profissionais compartilhadas com outras pessoas, algumas delas irremediavelmente pertencentes ao passado, mas que em muito me ajudaram e com quem muito aprendi.

Um outro facto relevante e encorajador, para a elaboração deste artigo, diz respeito ao acolhimento dado a esta iniciativa pela Dra. Leonor Pereira, Directora do Departamento de Estatísticas Sociais²⁷, e que desde a primeira hora me tem sido transmitido, face ao compromisso assumido com a Direcção Editorial da Revista de Estudos Demográficos. A área estatística da Demografia, como já foi, por várias vezes, deliberadamente mencionado, caracteriza-se como um espaço aberto, dinâmico e convergente de muitas opiniões e vontades. A RED, editada pelo INE, desde Junho de 1945, é um bom exemplo desse tipo de procedimentos.

Em termos pessoais, dado que, uma vez mais, me foi concedido o benefício de colaborar com esta revista, coube-me a motivada tarefa de redigir o presente artigo com base nos conhecimentos e na experiência adquirida na minha vida profissional relacionada com as estatísticas demográficas. Estas referências tanto se enquadram ao nível do INE, com os colegas de trabalho que compartilharam as mesmas actividades, nomeadamente os afectos aos sistemas de informação e às metodologias, como ao nível mais geral do SEN, com os representantes de órgãos delegados ou de outras entidades, que também partilharam com grande empenho no desenvolvimento das estatísticas demográficas e na gradual utilização de dados administrativos para produção de estatísticas sobre a população.

O ponto de partida para a concepção do presente artigo relaciona-se com a importância atribuída, pelo autor e largamente corroborada por outros colegas de trabalho, quanto ao papel dos grupos de trabalho, criados no âmbito do Conselho Superior de Estatística, na dinamização das actividades inseridas no Sistema Estatístico Nacional. A actividade dos GT deverá, o mais possível, desenrolar-se com regularidade, em função dos mandatos que lhes são atribuídos e na perspectiva do desenvolvimento a realizar em cada área estatística, a da Demografia enquadra-se perfeitamente nesta perspectiva.

A regularidade das reuniões dos grupos de trabalho do CSE será, certamente, um bom contributo para melhorar a coordenação e o desempenho, tanto das actividades da responsabilidade directa do INE, como das actividades exercidas por outros organismos públicos na produção estatística²⁸. A ocorrência de, pelo menos, uma reunião anual para apresentação do plano de acções para o ano seguinte, do relatório de actividades do ano anterior e para ponto de situação dos trabalhos em curso, ou a iniciar, contribuirá para a dinamização e a co-responsabilização das respectivas áreas estatísticas.

As reuniões dos grupos de trabalho, bem como as das secções permanentes ou eventuais e os plenários do Conselho Superior de Estatística definem-se como espaços privilegiados de debate, entre utilizadores e produtores, e marcadamente contributivos para a evolução e desenvolvimento do Sistema Estatístico Nacional. Complementarmente, as decisões e as recomendações, e respectivas prioridades de execução, devem circular em cascata, em função da estrutura orgânica e hierárquica do CSE, mas também, obviamente do sentido inverso, da base ao topo, este circuito da informação deve ser praticado do mesmo modo.

Uma outra questão, também relevante das actividades no âmbito do CSE, relaciona-se com o perfil profissional dos presidentes dos grupos de trabalho, não só pelos conhecimentos relativamente à área estatística em causa, mas também sobre a sua capacidade de liderança, dinamismo e concretização dos objectivos definidos. A participação activa dos Presidentes e membros das Secções Permanentes ou Eventuais e dos Grupos de Trabalho e das próprias entidades públicas e privadas que representam é fundamental para o sucesso dos trabalhos a realizar. Não pode também deixar de ser salientado o papel do INE no desenvolvimento das actividades estatísticas, enquanto órgão central do Sistema Estatístico Nacional e principal destinatário das recomendações formuladas pelas Secções Permanentes ou Eventuais e pelos Grupos de Trabalho do Conselho Superior de Estatística.

²⁶ Referência especial aos documentos facultados pelo Secretariado do Conselho Superior de Estatística.

²⁷ Unidade da actual Macroestrutura orgânica do INE (*Ordem de Serviço n.º O/15/04*, de 24 de Setembro de 2004), onde actualmente me encontro vinculado, em termos profissionais.

²⁸ Órgãos delegados e outras entidades intervenientes na produção estatística nacional.

Por último e para definitivamente encerrar o presente artigo, não quero deixar de voltar a expressar as minhas homenagens aos trabalhadores do INE, que ao longo dos seus 71 anos de existência desta nossa instituição, independentemente da sua categoria profissional, vivos ou já falecidos, conhecidos ou desconhecidos²⁹, que contribuíram ou que, presentemente, contribuem para a produção, análise e difusão das estatísticas demográficas dentro dos parâmetros de qualidade e de actualidade dos dados disponibilizados.

Bibliografia:

Vilares, Manuel José; Manuel de Oliveira Marques; Aníbal Durães dos Santos: *Sistema Estatístico Nacional – Situação Actual e Propostas de Reestruturação*. Julho de 1989. Relatório da Comissão de Reestruturação do Sistema Estatístico Nacional, nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 48-B/86, de 25 de Junho.

Cunha, Adrião Simões Ferreira da: *O Sistema Estatístico Nacional – Algumas notas sobre a evolução dos seus princípios orientadores: de 1935 ao presente*. INE/Lisboa, 1995 (ano do 60º aniversário do INE).

Lei n.º 6/89, de 15 de Abril: *Lei de Bases do Sistema Estatístico Nacional*.

Decreto-lei n.º 280/89, de 23 de Agosto: *Estatutos do INE*.

Decreto-lei n.º 124/80, de 17 de Maio: Criação dos Serviços Regionais de Estatística das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Plano de Actividades 2006 – INE e Outras Entidades intervenientes na produção estatística nacional (*DOCT/1736/CSE-2*), INE, 14 de Fevereiro de 2006.

Classificação Geral de Actividades do INE – 2006 – (CGA), INE, 24 de Janeiro de 2006.

Marcoestrutura Orgânica do INE (*Ordem de Serviço n.º O/15/04*), de 24 de Setembro de 2004.

Manual da Qualidade do INE (*Ordem de Serviço n.º O/15/98*), de 15 de Setembro de 1998.

Nazareth, J. Manuel, *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença (1ª Edição, Lisboa, 1988).

Sousa, Fernando de, *História da Estatística em Portugal* – Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 1995.

INE, *Setenta anos 1935 – 2005: O Instituto Nacional de Estatística ao Serviço da Sociedade Portuguesa*. INE/Lisboa, Maio de 2006.

Revista de Estudos Demográficos – Número 1. INE/Centro de Estudos Demográficos, 15 de Junho de 1945.

²⁹ Em analogia ao soldado desconhecido, homenageado em qualquer parte do mundo, seja em que país for.



O número 39 da Revista de Estudos Demográficos (RED) versa sobre a temática da Educação. Aborda um vasto conjunto de áreas tais como propostas metodológicas de análise transversal da escolarização. Apresenta uma reflexão sobre a liberdade de escolha de escola e a autonomia escolar para o debate sobre a importância dos indicadores de desempenho em educação e divulga um estudo quantitativo sobre as relações entre as notas dos alunos portugueses nos exames do 12.º ano e diferentes características das suas escolas. Dá uma panorâmica sobre a dimensão da mobilidade internacional de alunos do ensino superior. Apresenta um enquadramento geral do sistema educativo português, nomeadamente da medida aprendizagem e da sua importância no mercado de emprego. Divulga a evolução da população escolar, o abandono e as saídas precoces do sistema educativo e as taxas de retenção.